



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

CARMEM CIENE PINHEIRO SANTOS

**INFLUÊNCIA E LIMITES DA LINGUAGEM SIMPLES COMO FERRAMENTA DE
COMUNICAÇÃO PÚBLICA**

FORTALEZA

2025

CARMEM CIENE PINHEIRO SANTOS

**INFLUÊNCIA E LIMITES DA LINGUAGEM SIMPLES COMO FERRAMENTA DE
COMUNICAÇÃO PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre (M.Sc.) em Avaliação de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Grazielle de Albuquerque Moura Paiva

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S234i Santos, Carmem Ciene Pinheiro.
Influência e limites da linguagem simples como ferramenta de comunicação pública / Carmem Ciene Pinheiro Santos. – 2025.
116 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Grazielle de Albuquerque Moura Paiva.

1. Linguagem simples. 2. Comunicação pública. 3. Políticas públicas. 4. Participação. I. Título.
CDD 320.6

CARMEM CIENE PINHEIRO SANTOS

**INFLUÊNCIA E LIMITES DA LINGUAGEM SIMPLES COMO FERRAMENTA DE
COMUNICAÇÃO PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre (M.Sc.) em Avaliação de Políticas Públicas.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Grazielle de Albuquerque Moura Paiva (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Thiago Oliveira da Silva Novaes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. João Araújo Monteiro Neto
Universidade de Fortaleza (Unifor)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família, pela confiança constante no meu potencial e pelo apoio em todos os aspectos possíveis. De forma mais específica, agradeço aos meus pais, pela base da minha formação e por todo o apoio; ao meu irmão, Marcus, e minha cunhada, Paula, pela parceria e torcida sempre constantes; às minhas primas, por atuarem como verdadeiras irmãs no apoio frente ao que fosse necessário – principalmente com minha filha – para que eu pudesse me dedicar às atividades intelectuais; à minha filha, Valentina, por me ajudar a encontrar em mim mesma a força e a dedicação necessárias à continuação da minha construção como ser humano que estuda e trabalha, e ao meu marido, Carlos, pelo companheirismo em dividir as angústias, as alegrias, o trabalho extra e as responsabilidades a fim de que eu possa continuar minha carreira acadêmica.

À minha amiga Louise, por sempre escutar atenta minhas ideias, meus planos, meus medos e sempre contribuir com um aprofundamento das ideias ou mesmo com contatos que me possam ser úteis.

Aos colegas do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas Turma Assembleia, por dividirem comigo a empolgação pelos novos conhecimentos e a ansiedade pelos trabalhos e pela produção da dissertação, bem como por sempre torcerem e estarem dispostos a ajudar no que fosse possível.

Ao amigo Valdo, por todo o apoio à minha pesquisa, principalmente no momento inicial, com a indicação de materiais de pesquisa, de contatos para que eu pudesse dar andamento ao meu trabalho e por trilhar juntos esse caminho do mestrado e da produção da dissertação, sempre trocando ideias e oferecendo suporte.

Aos queridos Priscila, Raquel, João, Ricardo, Marquinhos e Mailson, pelo apoio, atenção e pela contribuição imensa que forneceram para a concepção deste trabalho.

À professora Grazi Albuquerque, pela orientação que ultrapassou todas as expectativas, transformando esse momento em algo mais leve e humanizado, contribuindo de forma inestimável com a construção do conhecimento que posso hoje na área da linguagem simples e por continuar me abrindo portas confiando no meu potencial para colaborar com essa área.

Por fim, agradeço a Deus, por permitir que minha vida seja rodeada de pessoas incríveis, as quais acreditam em mim – às vezes, muito mais do que eu mesma – e me cercam do apoio necessário para que eu continue trilhando o caminho que escolhi para mim e continue me aperfeiçoando como estudante, profissional e ser humano.

RESUMO

Os índices que medem alfabetismo e proficiência leitora dos brasileiros apresentam resultados preocupantes e que colocam em evidência a dificuldade de utilização, por parte da população, dos serviços públicos, por não entender a linguagem utilizada nos textos divulgados por entes governamentais. Esse cenário aponta para a necessidade da criação de ferramentas, como a linguagem simples, que simplifiquem os textos e tornem o cidadão autônomo na utilização da informação e dos serviços. O presente trabalho se baseou no método experiencial de Lejano (2012) para analisar a percepção dos contemplados no Edital Ceará da Cidadania e Diversidade, de 2022, acerca da influência do texto divulgado em linguagem simples em sua participação no certame em questão, comparando com dados de experimento realizado pelos mesmos indivíduos. O experimento usou os parâmetros de medição de linguagem simples utilizados por Pires (2021) e comparou os dados obtidos no experimento com as respostas dos participantes à entrevista com roteiro semiestruturado, esta tendo sido baseada nas discussões sobre a relação entre comunicação pública, participação e linguagem simples. Os resultados apontam que, mesmo para um público habituado a um gênero textual que usa a linguagem do “burocratês”, existem benefícios na divulgação dos textos em linguagem simples, principalmente no que se refere ao tempo necessário para ler o texto e utilizar suas informações no seu processo de participação no edital cultural (construção do projeto e inscrição no certame), bem como no que tange à interpretação das informações disponibilizadas pelo texto. O resultado das entrevistas também apontou o uso da linguagem simples como ferramenta de democratização dos editais, no sentido de se apresentar como um instrumento na direção de uma comunicação voltada para os preceitos de participação, cidadania e interesse público.

Palavras-chave: linguagem simples; comunicação pública; políticas públicas; participação.

ABSTRACT

The indices that measure literacy and reading proficiency of Brazilians present worrying results that highlight the difficulty in using public services by the population, as they do not understand the language used in texts published by government entities. This scene points to the need to create tools, such as plain language, that simplify texts and make citizens autonomous in the use of information and services. The present work was based on Lejano's (2012) experiential method to analyze the perception of those included in the 2022Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural, regarding the influence of the text published in plain language on their participation in the contest in question, comparing with data from an experiment carried out by the same individuals. The experiment used the plain language measurement parameters used by Pires (2021) and compared the data obtained in the experiment with the participants' responses to the interview with a semi-structured script, which was based on discussions about the relationship between public communication, participation and plain language. The results indicate that, even for an audience accustomed to a textual genre that uses "bureaucratic" language, there are benefits in disseminating texts in plain language, mainly in terms of the time needed to read the text and use its information in the process of participating in the cultural notice (construction of the project and registration in the competition), as well as in terms of interpreting the information made available by the text. The results of the interviews also pointed to the use of plain language as a tool for democratizing notices, in the sense of presenting itself as an instrument towards communication focused on the precepts of participation, citizenship and public interest.

Keywords: plain language; public communication; public policies; participation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Avaliação do texto em linguagem simples com as cores relacionadas a cada elemento analisado no Índice de Linguagem Simples.....	53
Figura 2 – Análise do texto em linguagem simples quanto ao vocabulário utilizado – 1	54
Figura 3 – Análise do texto em linguagem simples quanto ao vocabulário utilizado – 2	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diretrizes da Lei nº 18.246/2022 para aplicação da linguagem simples	47
Quadro 2 – Notas da avaliação dos textos no Índice de Linguagem Simples.....	52
Quadro 3 – Palavras apontadas na avaliação de vocáculo como de difícil entendimento do Índice de Linguagem Simples	55
Quadro 4 – Perfil dos participantes da pesquisa	60
Quadro 5 – Triangulação dos resultados da variável tempo	63
Quadro 6 – Triangulação dos resultados da variável compreensão	64
Quadro 7 – Resumo das críticas e sua relação com a pesquisa bibliográfica	67
Quadro 8 – Interpretações da trajetória da pesquisa	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados do experimento	61
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCP	Associação Brasileira de Ciência Política
ABEPTIC	Associação Brasileira de Entidades Estaduais e Públcas de TIC
Anpocs	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
DOE	Diário Oficial do Estado do Ceará
IHD	Interação Humano-Dados
Inaf	Indicador de Alfabetismo Funcional
ISO	International Organization for Standardization
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
ONGs	Organizações não Governamentais
Plain	Plain Language Association International
Secult-Ce	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
VOLP	Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	POLÍTICAS PÚBLICAS: DAS ORIGENS AO FOCO NO CIDADÃO....	15
3	COMUNICAÇÃO PÚBLICA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA PARTICIPATIVA.....	23
4	LINGUAGEM SIMPLES E INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO.....	29
4.1	Críticas ao movimento.....	39
5	METODOLOGIA.....	42
5.1	Definição da amostragem e coleta de dados.....	43
5.2	Experimento.....	45
5.2.1	<i>Escolha do texto do experimento.....</i>	46
5.2.2	<i>Alterações feitas no texto original.....</i>	48
5.2.3	<i>Verificação das mudanças no texto.....</i>	51
5.2.4	<i>Execução do experimento.....</i>	56
5.3	Entrevista.....	57
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	60
6.1	Tempo.....	62
6.2	Compreensão.....	63
6.3	Críticas.....	65
6.4	Limitações e possibilidades da pesquisa.....	69
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
	REFERÊNCIAS	75
	APÊNDICE A – TEXTO ORIGINAL.....	80
	APÊNDICE B – TEXTO EM LINGUAGEM SIMPLES	82
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO.....	84
	APÊNDICE D – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA	85
	APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	86
	APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS	87

1 INTRODUÇÃO

O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) aponta que, em 2018, a população brasileira considerada plenamente proficiente na escala de alfabetismo funcional era de 12%. Os outros 88% figuravam entre as escalas de elementar (34%), intermediário (25%), analfabeto (8%) e rudimentar (22%), sendo esses dois últimos considerados analfabetos funcionais, ou seja, 30% da população brasileira. Esse cenário permite inferir que textos mais simples facilitam a compreensão e, consequentemente, o acesso de uma parcela maior da população ao conteúdo expresso.

Discute-se, há algum tempo, a necessidade de um olhar para os textos divulgados por entes públicos no sentido de conferir-lhes mais clareza, a fim de democratizar sua compreensão e tornar os cidadãos detentores do conhecimento necessário para utilizar as informações contidas nesses textos de acordo com suas necessidades (Pires, 2021; Martins e Filgueiras, 2007; Fisher, 2017; Garwood, 2014; Silveira, 2017).

Dessa forma, o fenômeno da linguagem simples, amplamente conhecida em países de língua inglesa pelo termo *plainlanguage*, vem sendo apresentada como resposta a essa problemática da burocracia presente na escrita de textos governamentais, uma vez que se constitui no processo de busca por clareza nos textos, utilizando elementos de ordem linguística e visual, de forma a possibilitar a compreensão e utilização das informações por parte dos leitores (Pires, 2021; Fisher, 2017; Garwood, 2014).

Dentro desse contexto, a Política Estadual de Linguagem Simples, sancionada pelo Governo do Estado do Ceará em dezembro de 2022, pode ser entendida como uma possível ferramenta de democratização dos textos divulgados por órgãos institucionais, uma vez que regulamenta estratégias de simplificação da linguagem utilizada e de inserção de elementos visuais, a fim de tornar o texto mais claro e, assim, facilitar sua interpretação e utilização por um maior número de pessoas.

A relação entre a política de linguagem simples e a discussão sobre a relação entre estado e sociedade no que tange à participação cidadã se estreita no sentido que o movimento de linguagem simples pretende conferir autonomia ao leitor, a fim de que este use a informação da maneira que achar adequada. Nesse mesmo sentido, Santos (2002, p. 75) ao tratar da abertura do Estado à participação cidadã, reflete que “no domínio da democracia participativa, mais do que em qualquer outro, a democracia é um princípio sem fim, e as tarefas de democratização só se sustentam quando elas próprias são definidas por processos democráticos cada vez mais exigentes”.

Data dos anos 1940, nos Estados Unidos, a criação de fórmulas e discussões para avaliar a complexidade da escrita de determinados textos e sua relação com a escolaridade necessária para que o leitor os comprehenda. No Reino Unido, no mesmo período, nomes como o primeiro-ministro Winston Churchill e o escritor George Orwell abordavam a falta de clareza e objetividade em textos governamentais (Fisher, 2017).

No entanto, foi a partir dos anos 1970 que o movimento por uma linguagem clara ganhou maior mobilização e notoriedade – em países de língua inglesa –, inclusive com a criação do termo *plainenglish*. A ideia ganhou tanta força que, em 1998, após o então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, emitir um memorando sobre o uso de linguagem clara em textos governamentais, seu vice-presidente, Al Gore, responsável por monitorar a implementação do memorando, afirmou: “A linguagem clara é um direito civil” (Fisher, 2019, p.24).

O movimento por uma comunicação textual mais clara é bem recente no Brasil. Órgãos governamentais, como o Conselho Nacional de Saúde e o Ministério da Saúde, a partir de 2009, emitiram documentos em que regulamentavam a necessidade de clareza na linguagem de textos destinados ao público. Em 2015, a Presidência da República criou o Programa Bem Mais Simples Brasil, voltado a simplificar e agilizar a prestação de serviços públicos. No texto que regulamenta o programa, há o destaque para a necessidade de linguagem simples e compreensível. (Fisher, 2019)

A partir de então, outros textos governamentais passaram a tratar da temática, orientando o uso de linguagem clara e acessível. Mas foi a Prefeitura de São Paulo, por meio da Lei 17.316, em março de 2020, que, de forma pioneira no Brasil, instituiu uma legislação que efetivamente trata da temática da clareza em textos governamentais, de maneira que a matéria legislativa em questão traz a definição de linguagem simples e texto em linguagem simples, os objetivos da lei, os princípios da Política Municipal de Linguagem Simples e as diretrizes a serem seguidas a fim de adequar os textos produzidos pela administração pública municipal à política em questão.

No Ceará, a iniciativa de tratar da simplificação de textos coube ao Íris Laboratório de Inovação e Dados do Governo do Estado, órgão presente na estrutura organizacional da Casa Civil que idealizou e coordena um programa estadual de simplificação e desburocratização da linguagem usada na comunicação entre o Governo do Ceará e a população. O amadurecimento da iniciativa no Ceará levou à sanção, em 1º de dezembro de 2022, da Lei 18.246, que institui a Política Estadual de Linguagem Simples nos órgãos e nas entidades da administração direta e indireta do estado do Ceará.

Assim, uma série de diretrizes foram estabelecidas, com o objetivo de adequar os textos produzidos pela administração direta e indireta do estado do Ceará aos princípios de empatia e foco na cidadã e no cidadão, participação social (cocriação), redução de desigualdades, desburocratização da linguagem, transparência, confiança no Estado e inovação (Ceará, 2022).

Entre os produtos entregues pelo Íris está a simplificação do Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural da Secretaria da Cultura do Ceará, publicado em fevereiro de 2022, o qual tinha por objetivo promover a diversidade de artistas e grupos/coletivos, garantindo direitos, manifestações e bens culturais. Puderam concorrer ao edital em questão projetos ligados a quatro áreas: “Cultura LGBTQIA+”, “Territórios artísticos e criativos de periferias do Ceará”, “Museus comunitários: memória e patrimônio”, “Bibliotecas comunitárias e populares do Ceará”.

O presente estudo tem o supracitado edital como objeto. Uma vez que a proposta da linguagem simples tem como um de seus princípios o foco no cidadão, a pretensão foi avaliar essa política sob a ótica do público ao qual ela se destina. Considerando as formas contra-hegemônicas de avaliação de políticas públicas, o objetivo desta pesquisa foi de implementar o que propõe Lejano (2012), ao afirmar que o entendimento do funcionamento de uma política deve direcionar esforços para entrar no mundo das pessoas para as quais a política está sendo moldada, uma vez que as populações em questão não devam mais ser tratadas como receptoras passivas da política.

Portanto, o presente trabalho buscou analisar, sob a ótica do cidadão que utiliza os textos divulgados em linguagem simples, a importância de considerar a capacidade de interpretação textual desse público no ato de escrita e divulgação de textos com relevância para sua vida como cidadão. Assim, pretendia-se analisar se a ideia de que a posse da informação e, mais precisamente, a autonomia no ato de encontrar e compreender essa informação possibilita tornar o leitor – no caso em questão, o cidadão – protagonista em sua jornada na utilização dos serviços públicos, uma vez que não fica preso à necessidade da ajuda de terceiros para compreender seus direitos e o que precisa fazer para garanti-los.

Uma vez que seja novidade nos órgãos públicos e ainda sem muita divulgação e adesão, a pesquisa em torno da linguagem simples se faz importante pelo fato de que permite sua maior disseminação e auxilia na propagação dos benefícios sociais que essa política garante. Além disso, autores que estudam a temática apontam a necessidade de pesquisar de forma mais específica a percepção dos usuários sobre a iniciativa em textos governamentais e sua relação com o uso de serviços públicos (Pires, 2021; Garwood, 2014).

Dessa forma, a pesquisa a ser desenvolvida partiu do questionamento acerca da opinião dos usuários do serviço público que utiliza a linguagem simples em seus textos de divulgação sobre a facilidade – ou não – de entendimento desses textos e sua consequente influência na participação desse cidadão nas políticas públicas. Com base nesse contexto, o estudo tem o objetivo geral de compreender a percepção dos participantes do Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural, do ano de 2022, acerca da influência da estrutura resultante da adoção da linguagem simples no texto em sua participação na política pública em questão, no que concerne ao momento de produção do projeto e de inscrição no certame.

A pesquisa teve como público os participantes contemplados no edital, cujas informações de contato estavam disponíveis em portais de acesso público (Diário Oficial do Estado e Mapa Cultural).

A fim de comparar as respostas das entrevistas com dados que analisam os benefícios dos textos escritos em linguagem simples, foi realizado um experimento para medir as variáveis tempo de leitura e compreensão de informações após a leitura, de forma a triangular os dados desses dois métodos e analisar se seus resultados corroboravam.

Especificamente, o trabalho implementa uma discussão, a partir dos referenciais bibliográficos, sobre a relação entre a comunicação pública e a adesão da linguagem simples e como estas podem ser ferramentas de democratização da informação e incentivo à participação cidadã nos serviços e políticas públicas. Em seguida, após implementação do experimento e das entrevistas com roteiro semiestruturado, os resultados apontam para uma concordância em relação aos pontos de benefício da linguagem simples. No entanto, as vantagens de seu uso são limitadas, uma vez que ela se apresenta como uma ferramenta dentro de um contexto específico de comunicação pública.

Com o intuito de realizar o debate necessário para implementar a pesquisa proposta, iniciaremos discutindo a ideia de comunicação pública como política pública necessária aos cidadãos em geral, discutindo a importância do foco no cidadão a quem a política se destina. Seguimos tratando da conceituação de linguagem simples e os benefícios que o fenômeno propõe.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS: DAS ORIGENS AO FOCO NO CIDADÃO

O termo política, em língua portuguesa, tem diversas acepções, sendo utilizado para designar diferentes coisas. Assim, a fim de conferir maior clareza ao sentido que se quer abordar, na ciência política, adota-se o emprego dos conceitos em inglês “*polity*”, “*politics*” e “*policy*”, com o intuito de fazer a distinção entre a denominação das instituições públicas, os processos políticos e os conteúdos da política, respectivamente (Frey, 2000).

A dimensão institucional ‘*polity*’ se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo; no quadro da dimensão processual ‘*politics*’ tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição; a dimensão material ‘*policy*’ refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas (Frey, 2000, p. 216, 217).

Dessa maneira, recorre-se ao termo “*policy*” para se referir às iniciativas de ação pública, ou seja, a coordenação de dispositivos político-administrativos com foco em objetivos explícitos. Vale ressaltar que, na realidade política, esses elementos estão entrelaçados e se influenciam mutuamente. Mesmo em um cenário em que se delimita o termo política a fim de estabelecer uma definição para a expressão “políticas públicas”, Rosa, Lima e Aguiar (2021) endossam a ideia de que existem vários conceitos para essa expressão e que cada um oferece uma perspectiva diferente que enfoca determinada dimensão das políticas. Segundo os autores, esse cenário permite que a definição de “políticas públicas” seja efetivada de diversas formas.

Volta-se, dessa maneira, a atenção ao propósito das políticas, que os autores definem como “instrumentos técnico-políticos voltados ao enfrentamento de um dado problema social: algo que é considerado indesejável e que desperta uma ação em contrapartida” (Rosa; Lima; Aguiar, 2021, p.13). Por outro lado, se o foco muda para o papel dos atores, a política pública fica delimitada a partir da iniciativa do ator governamental de agir ou não agir, sendo então política tudo o que os governos escolhem fazer ou não fazer. Por fim, se o olhar é voltado para o aspecto processual das políticas públicas, o termo vai se referir “ao processo de construção de intervenções junto à realidade social, por meio de instrumentos considerados adequados (Rosa; Lima; Aguiar, 2021, p. 16).

Esse pensamento relaciona-se com a discussão acerca do ciclo de políticas públicas. Agum, Riscado e Menezes (2015) enfatizam que essa é uma forma de visualizar e interpretar a política pública em fases e sequências organizadas de maneira interdependente.

Embora alguns autores divirjam em relação à quantidade de elementos que integram esse ciclo, as ideias que constituem sua base permanecem inalteradas, conforme aponta Frey (2000):

As tradicionais divisões do ciclo político nas várias propostas na bibliografia se diferenciam apenas gradualmente. Comum a todas as propostas são as fases da formulação, da implementação e do controle dos impactos das políticas. Do ponto de vista analítico, uma subdivisão um pouco mais sofisticada parece pertinente. Proponho distinguir entre as seguintes fases: percepção e definição de problemas, ‘agenda-setting’, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correção da ação (Frey, 2000, p. 226).

A ideia de não unanimidade na definição do termo políticas públicas é reforçada por Souza (2006), que, ao fazer um levantamento das principais teorias acerca dessa definição, resume:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (Souza, 2006, p.24).

A diversidade de concepções reflete o histórico das políticas sociais desde sua origem, uma vez que há imprecisão inclusive no que se poderia considerar como marco inicial das iniciativas de política social. O que se sabe é que, como processo social, essas iniciativas tiveram origem na convergência entre os movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, as lutas de classe e o desenvolvimento da intervenção estatal (Behring; Boschetti, 2017).

As aspirações iniciais para o que se entende como responsabilidades sociais passavam longe da garantia do bem comum, tendo como finalidade a manutenção da ordem social e a punição da vagabundagem. Essas iniciativas coexistiam com a caridade privada e ações filantrópicas como protoformas de políticas sociais (Behring; Boschetti, 2017).

As primeiras legislações nesse sentido são inglesas, antecederam a Revolução Industrial e tinham como mote o trabalho, de forma que obrigavam as pessoas pobres a aceitarem qualquer trabalho; regulavam a remuneração, a fim de proibir que os pobres tivessem poder de negociação, e proibiam a mendicância dos chamados pobres válidos, aqueles que tinham “potencial” para trabalhar. Behring e Boschetti (2017) apontam o Estatuto

dos Trabalhadores (1349), o Estatuto dos Artesãos (1563), as leis dos pobres elisabetanas (entre 1531 e 1601), a Lei de Domicílio (1662), o SpeenhamlandAct (1975) e a Lei Revisora da Lei dos Pobres ou Nova Lei dos Pobres (1834) como legislações que atuaram nesse sentido.

No entanto, no auge da Revolução Industrial, essas legislações sociais, que ofereciam tímidas, ainda que repressivas, medidas de proteção, foram completamente abandonadas, jogando os pobres em um contexto caracterizado por Behring e Boschetti (2017) de subsunção do trabalho ao capital, tendo, assim, o pauperismo como fenômeno mais agudo da questão social.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (Behring; Boschetti, 2017, p. 51).

Nesse contexto, frente à disputa de forças entre a classe trabalhadora e o capitalismo em relação à jornada de trabalho, o Estado assume o papel de mediador, atuando sob a direção do capital – e nesse aspecto reprimia duramente os trabalhadores – mas com relativa autonomia, o que lhe permitia iniciar a regulamentação das relações de produção, por meio da legislação fabril. Esse embate em torno da jornada de trabalho e as respostas das classes e do Estado são, segundo Behring e Boschetti (2017), a primeira manifestação da questão social. Pode-se assim perceber que a luta pelas demandas relacionadas à questão social partiu, inicialmente, da classe trabalhadora, que obteve sucesso em levantar um questionamento sobre o papel do Estado no âmbito do capitalismo no final do século XIX e início do século XX.

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. Os autores são unâimes em situar o final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade (Behring e Boschetti, 2017, p. 64).

O contexto pós-crise de 1929, pós-Segunda Guerra e de Guerra Fria propiciou a expansão dos direitos sociais, uma vez que a visão de Estado decorrente desse período de maturação do capitalismo pregava intervenção estatal na perspectiva de um programa baseado em dois pilares, pleno emprego e maior igualdade social, esta última promovida por meio da instituição de serviços públicos, entre eles, as políticas sociais. Esse estado de bem-estar

social em que o governo promove melhoria na qualidade de vida dos cidadãos é chamado de *Welfare State* ou Estado providência. Assim o define Santos (1987):

Como é sabido, o Estado-Providência é o resultado de um compromisso, ou de um certo pacto teorizado no plano econômico por Keynes, entre o Estado, o capital e o trabalho, nos termos do qual os capitalistas renunciam a parte da sua autonomia e dos seus lucros (no curto prazo, não no médio prazo) e os trabalhadores a parte das suas reivindicações (as que respeitam à subversão da sociedade capitalista e à sua substituição pela sociedade socialista). Esta dupla renúncia é gerida pelo Estado. O Estado transforma o excedente libertado, ou seja, os recursos financeiros que lhe advêm da tributação do capital privado e dos rendimentos salariais, em capital social (Santos, 1987, p.14).

O autor ainda reforça que esse capital social constitui-se de investimento social e consumo social, em que o primeiro é caracterizado pelas despesas em bens e serviços que aumentam a produtividade do trabalho, como parques industriais, portos, aeroportos, telecomunicações etc., e o segundo configura a despesa com bens e serviços consumidos gratuitamente ou a preços subsidiados pelos trabalhadores, incluindo as despesas com grupos fora da população ativa efetiva. Esse segundo grupo de despesas o autor chama de políticas sociais, pois são os gastos com educação, habitação, saúde, transportes urbanos etc. Silva et al (2017) corroboram com esse pensamento, ao estabelecer a relação entre o tipo de Estado característico do Welfare State e a implementação de políticas públicas.

A noção de Welfare State – Estado do Bem-Estar-Social – atribui ao Estado responsabilidades sociais, devendo este, garantir padrões mínimos na área da saúde, educação, renda, habitação e segurança social, dentre outras proteções, a todos os cidadãos. Trata-se, portanto, de um estado provedor, o qual direciona governos a traçarem políticas públicas que fortaleçam e atendam às características demandadas pela população (Silva et al, 2017, p. 31).

No Brasil, conforme aponta Farah (2001), esse modelo de Estado é responsável pela construção do sistema de proteção social. A autora destaca:

Ainda que contingentes expressivos da população tenham ficado à margem dos programas sociais estatais no Brasil, buscando soluções “autônomas” para seus problemas na área social ou ficando simplesmente excluídos do acesso a serviços públicos, o paradigma que inspirou a construção do sistema de proteção social no país foi o do Estado do bem-estar, implantado nos países desenvolvidos no pós-guerra, em que cabe ao Estado a responsabilidade pela provisão de bens e serviços públicos, dada a insuficiência das respostas oferecidas pelo mercado e diante da fragilidade da sociedade civil perante os enormes desafios na área da reprodução social. Este modelo, hegemônico nos países capitalistas ocidentais no pós-guerra, teria sido responsável, inclusive, pelo refluxo de iniciativas da sociedade civil e do mercado, sendo vista a proteção social, no limite, como responsabilidade exclusiva do Estado (Farah, 2001, p. 124).

Assim, mesmo em um contexto de ascensão, nos anos 1980, do neoliberalismo conservador nos Estados Unidos e na Inglaterra, o qual alavancou políticas que visavam

exclusivamente restaurar o lucro, em detrimento da questão social, o Brasil, por meio da promulgação da Constituição de 1988, passa a reconhecer os direitos sociais do modelo *Welfare State*, vinculando democracia e cidadania. Silva et al (2017) destacam que essa compreensão sobre o papel do Estado na sociedade reforça as características de um Estado protetor, demandado pela sociedade para satisfazer as lacunas institucionais, sociais e organizacionais provocadas desde a formação histórica do país.

Vale ressaltar que o texto da Carta Magna brasileira propõe assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, trazendo a cidadania como um de seus fundamentos (Brasil, 1988). Entretanto, percebe-se, ao analisar a constituição das políticas públicas no país, que existem elementos que impõem freios ao seu desenvolvimento de forma universal, fator indispensável ao exercício da cidadania defendido por Faleiros (2010). O autor entende esta como um processo que universaliza normas, condições e oportunidades de igualdade, solidariedade, liberdade e equidade. Dessa forma,

Ao exercício da cidadania se opõem o clientelismo que troca favores; a corrupção, que troca vantagens privadas; a mercantilização, que busca o lucro a todo preço; o autoritarismo que impõe o poder do mais forte; a destruição da natureza e da ecologia, que são bens universais; a discriminação e a desconsideração das diferenças de gênero, raça, opção sexual, dentre outras (Faleiros, 2010, p.292).

O cenário referente à ação do Estado na área social já sofria amplo debate no Brasil desde a década de 70, ganhando impulso no âmbito do processo de redemocratização do país. O debate em questão, que se consolidou com a promulgação da Constituição de 88, propunha uma reforma no papel do Estado a qual tinha como eixos a democratização dos processos decisórios e a equidade dos resultados das políticas públicas, sendo a democratização vista como condição da equidade dos resultados (Farah, 2001). Nesse contexto, as propostas que se destacaram foram a descentralização e a participação dos cidadãos no âmbito das políticas. Farah (2001) destaca que o caminho apontava para um Estado

[...] caracterizado pela concepção universalista de direitos sociais, uma vez que o sistema de proteção social implantado no país caracterizava-se por seus traços corporativistas – aos quais se agregavam outras formas de segmentação da população – e pela exclusão de amplos contingentes da população do acesso à cidadania social. A descentralização e a participação eram vistas como ingredientes fundamentais desta reorientação substantiva das políticas sociais, voltada para a garantia da eqüidade e para a inclusão de novos segmentos da população na esfera do atendimento estatal (Farah, 2001, p.125).

Ao analisar o campo de estudos das políticas públicas no Brasil, Marques e Souza (2016) apontam que um dos temas em destaque nos encontros da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) no final de 1990 e início dos anos 2000 foi a participação social em políticas, trazendo um enfoque teórico, entre outros elementos, para as relações entre Estado e sociedade. Ressalte-se que essa participação constitui-se de variadas formas e em diferentes graus, como estabelece Pires (2014):

Além de conselhos e conferências, observou-se, também, na última década, a adoção crescente de outras formas de interação entre Estado e sociedade, como ouvidorias, consultas públicas, audiências públicas e outros formatos menos institucionalizados como grupos de trabalho, comitês, mesas de diálogo e negociação, envolvendo atores governamentais e sociais. Assim, ao longo dos anos 2000, observou-se uma mudança impressionante na “porosidade” da ação governamental às influências dos cidadãos e organizações da sociedade civil (Pires, 2014, p. 184).

Marx (2014) enfatiza o desafio que se estabeleceu para a teoria democrática com o surgimento de novas formas de participação cidadã para exercer influência nas políticas públicas, visto que, principalmente no século XX, a democracia se desenhava com a representação eleitoral como único meio de expressão dos cidadãos frente ao governo. A autora aponta o estímulo que as experiências participativas trouxeram para o debate entre participação e representação política, principalmente depois de incorporados modelos participativos nas instituições públicas que estabeleciam canais de interlocução entre Estado e sociedade.

Em relação à efetividade da abertura da ação do Estado para a participação social, Pires (2014) aponta estudos que oferecem evidências empíricas sugerindo que a presença de instituições participativas traz potenciais positivos para a melhoria da atividade governamental, para as políticas públicas e para a qualidade de vida dos cidadãos.

O autor traz à luz, em análise quanto à incorporação desigual de processos participativos no interior de governos, a ideia de repertórios burocráticos de interação, em que o desenvolvimento de um tipo de processo participativo resulta do perfil dos atores sociais envolvidos e das formas de relação com a burocracia responsável por uma política específica. Pires (2014) afirma, a partir desse conceito, que esse padrão de relacionamento seria responsável, no decorrer do tempo, pela construção, nas burocracias, de vocações, habilidades e repertórios próprios para se relacionar com a sociedade. Conclui então que, “esses repertórios burocráticos podem também contribuir para a explicação da seletividade dos

atores sociais presentes nos espaços de participação, assim como as condições de acesso historicamente estabelecidas” (Pires, 2014, p. 193).

No contexto dessa discussão, Santos (2002) debate as potencialidades da participação no âmbito de sociedades integradas ao projeto democrático. O autor reforça que seu olhar se volta a locais que buscam levar a sério a aspiração democrática e que, consequentemente, rejeitam a justificativa da fatalidade para a baixa intensidade democrática sujeitada pelo modelo hegemônico à participação dos cidadãos na vida política. Conclui, assim, que

De maneira muito distinta, essas práticas buscam intensificar e aprofundar a democracia, quer reivindicando a legitimidade da democracia participativa, quer pressionando as instituições da democracia representativa no sentido de as tornar mais inclusivas, quer ainda, buscando formas de complementariedade mais densas entre a democracia participativa e a democracia representativa (Santos, 2002, p. 73).

Seguindo no mesmo direcionamento, Faleiros (2010) destaca que leis não têm o poder de mudar o sistema concentrador e excluente da economia e da sociedade brasileira, no entanto elas ampliam e consolidam direitos à inclusão no processo da cidadania, fenômeno intitulado pelo autor de cidadanização. Ele ressalta a importância da luta pela democracia participativa, contra a manipulação da democracia representativa, na busca pelo pacto civilizatório, que seja construído de baixo para cima, a fim de assegurar direitos humanos de forma integral e indivisível.

A discussão da participação da sociedade nas políticas públicas se relaciona de maneira profunda com a ideia de comunicação como ferramenta de construção da cidadania e com a discussão acerca da simplificação da linguagem utilizada pelos governos para se comunicar com a população. Acerca da primeira ideia, Brandão (2007) destaca que

A restauração da democracia e o consequente crescimento de novas formas de vivências democráticas despertaram a necessidade de informação voltada para a construção da cidadania. A própria noção de cidadania sofre mudança e começa a ser entendida de forma menos passiva e mais participativa, aprendida como o livre exercício de direitos e deveres, situação para a qual só se está preparado quando existem condições de informação e comunicação. A comunicação é hoje um ator político proeminente e é parte constituinte da formação do novo espaço público (Brandão, 2007, p.10).

Em relação a esse debate, Araújo (2022) constata que a implementação de políticas públicas que forneçam diretrizes efetivas para a promoção de uma comunicação dialógica é fundamental para o exercício da cidadania. Dessa maneira, a autora conclui que a discussão sobre a mudança discursiva proposta pelas políticas públicas de linguagem simples

é um assunto inerente à comunicação pública. A temática, assim, está ligada à ideia de Santos (2002) de que

As novas democracias devem, se tal perspectiva está correta, se transformar em novíssimos movimentos sociais, no sentido que o estado deve se transformar em um local de experimentação distributiva e cultural. É na originalidade de novas formas de experimentação institucional que podem estar os potenciais emancipatórios ainda presentes nas sociedades contemporâneas (Santos, 2002, p. 77).

Percebe-se, dessa maneira, que políticas que promovam um diálogo efetivo entre Estado e sociedade podem ser ferramentas essenciais no incentivo à participação do cidadão aos serviços e políticas à disposição da sociedade. Sobre a comunicação como ferramenta de participação cidadã e sua relação com a ideia de acesso facilitado à informação promovido pelo fenômeno da linguagem simples trataremos nos próximos tópicos.

3 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA PARTICIPATIVA

A potencialidade da comunicação como elemento de construção da cidadania é enfatizada por Márcia Duarte (2007) ao abordar o fato de que o cenário proveniente da ação comunicativa gera um entendimento que inspira a participação popular. A autora destaca que

A ação comunicativa teria o papel de promover a mobilização social, permitir ao cidadão, a partir da interação e do consenso, tomar decisões em prol da articulação de mudanças sociopolíticas e culturais. Dessa forma, pode-se entender a comunicação como instrumento indispensável na construção de uma cidadania ativa, que luta para ver concretizadas as práticas democráticas (Duarte, M, 2007, p.100).

Essa é uma ideia que corrobora as discussões estabelecidas por Freire (1967) acerca do papel do ser humano no meio social, uma vez que, ao defender a educação como prática de liberdade, o autor enfatiza a importância do diálogo para a responsabilidade social e política do homem. Freire (1967) aborda a constituição da sociedade brasileira, jogando luz para a inexistência de “dialogação” na distância social característica das relações humanas no grande domínio.

Ao lado, posto à margem, sem direitos cívicos, estava o homem comum, irremediavelmente afastado de qualquer experiência de autogoverno. De dialogação. Constantemente submetido. “Protegido”. Capaz, na verdade, de algazarra, que é a “voz” dos que se tornam “mudos” na constituição e crescimento de suas comunidades, quando ensaiam qualquer reação. Nunca, porém, capaz de voz autêntica. De opção. Voz que o povo inexperimentado dela, vai ganhando quando novas condições faseológicas vão surgindo e propiciando a ele os primeiros ensaios de dialogação (Freire, 1967, p.76).

Nesse contexto, pode-se concluir que, mesmo sendo um conceito plurissignificativo, é possível encontrar um ponto comum no entendimento do que seja comunicação pública. E esse ponto é justamente o fato de ser um processo comunicativo implementado entre Estado, governo e sociedade que objetiva informar para a construção da cidadania (Brandão, 2007). É justamente esse conceito que diferencia a hoje chamada comunicação pública daquilo que foi feito em outros momentos da história do país, conforme afirma Brandão (2007):

A comunicação governamental no Brasil foi, historicamente, de natureza publicitária, isto é, de divulgação de suas ações e utilizou preferencialmente a propaganda com veiculação na grande mídia. Secundariamente foi também de cunho educativo, sobretudo nas áreas da saúde e da agropecuária, ou em situações bem específicas em que se confundia, de certa forma, com o apelo cívico, como na época dos governos militares, quando surgiram campanhas como a do "Sugismundo", "mexa-se" e outras (Brandão, 2007, p.10).

Uma ideia constantemente reforçada pelos autores que tratam do conceito de comunicação pública é sua diferenciação do que se entende por comunicação governamental. Jorge Duarte (2007a) estabelece bem essa diferença e inclui o conceito de comunicação política para marcar a diferença, trazendo a comunicação pública como elemento que engloba os outros dois, pois trataria da interação e do fluxo de informação relacionados a temas de interesse coletivo. Nesse contexto, o autor coloca a comunicação governamental como o fluxo de informação e relacionamento entre o governo e a sociedade, enquanto a comunicação política consiste na conquista da opinião pública em relação a ideias ou atividades que tenham relação com o poder.

A Comunicação Pública ocupa-se da viabilização do direito social individual e coletivo à informação, à expressão, ao diálogo e à participação. Fazer Comunicação Pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo, alterando seu eixo, tradicionalmente centrado no atendimento dos interesses da instituição e de seus gestores. Na Comunicação Pública o objetivo é o atendimento do interesse público e da sociedade, simbolizado pelo cidadão (Duarte, J. 2007a, p.03).

Ainda sobre a diferenciação desses termos, Jorge Duarte (2011) aponta que a comunicação governamental tem a ver com as relações entre Estado, sociedade e governo a partir das ações desse último e que o termo ficou insuficiente a partir do ingresso na arena pública das organizações não governamentais (ONGs), da criação de emissoras públicas em todos os poderes, do aumento da participação popular, do surgimento de mecanismos como conselhos populares, ouvidorias, fóruns de discussão, câmaras técnicas e da popularização da interlocução via internet.

A ideia de comunicação pública como ferramenta de diálogo e interação social é expressa por Matos (1999). Ela defende a necessidade de interação entre os cidadãos para que realmente exista um espaço público, construindo-se, assim, uma cidadania ativa. Esse é um conceito que se liga de forma muito estreita com o que é defendido pelo movimento da linguagem simples, uma vez que a ideia do movimento seja democratizar a compreensão dos textos de forma a tornar os cidadãos detentores do conhecimento necessário para utilizar as informações contidas nesses textos de acordo com suas necessidades, assunto a ser aprofundado no próximo capítulo (Pires, 2021; Martins e Filgueiras, 2007; Fisher, 2017; Garwood, 2014).

Esse cenário de comunicação pública como ferramenta de construção da cidadania é reforçado por Brandão (2007), que percebe a comunicação como a provável manifestação política mais importante da organização da sociedade contemporânea. A autora enfatiza que

O papel da comunicação mudou e é cada vez menos profissão. É quase missão: é fazer circular a informação e suas respostas, muito mais do que produzir. É muito mais visão de futuro, do que objetivo institucional. É preciso não confundir o conceito com a formação profissional. A comunicação é um componente da vida política de um país e a Comunicação Pública é o resultado da organização da voz do cidadão neste cenário político. Por isso, volto a reafirmar minha definição de que a Comunicação Pública é o processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país (Brandão, 2007, p. 31).

Nesse sentido, um conceito que se apresenta indissolúvel à ideia de cidadania e dialoga com a temática da comunicação no sentido debatido aqui é o de participação. Márcia Duarte (2007) aponta que, na atualidade, a produção e o uso intensivo do conhecimento por parte da população constituem-se dois grandes diferenciais competitivos entre as nações.

Num contexto de desigualdades como o brasileiro, é absolutamente necessário que se possa assegurar e estimular os indivíduos a exercer os direitos civis e políticos e de conquistar, em definitivo, os direitos sociais. Assim sendo, a participação deixa de ser apenas um ato político e passa a ser também um ato educativo, à medida em que, por meio dela, novos conhecimentos são gerados e conquistas viabilizadas. Conseqüentemente, a ampliação da cidadania confere ao homem o potencial para agir enquanto sujeito e não simples objeto de sua história (Duarte, M, 2007, p. 103).

Esse é um elemento do âmbito da comunicação pública aqui considerado como essencial na sua relação com as ideias defendidas pela linguagem simples, visto que a própria definição dessa política destaca constantemente a ideia de conhecimento da informação por parte da população de forma que esta possa utilizá-la da maneira que lhe for conveniente (Pires, 2021; Martins e Filgueiras, 2007; Fisher, 2017; Garwood, 2014).

Nesse contexto, Jorge Duarte (2011) defende que, mesmo sem unanimidade quanto ao significado, um ponto importante a ser ressaltado é o de que a expressão comunicação pública tem se tornado popular por responder a um anseio coletivo por uma comunicação mais democrática, participativa e equânime.

[...] Esta ocupa-se da viabilização do direito social individual e coletivo à informação, à expressão, ao diálogo e à participação. Fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo, alterando seu eixo, tradicionalmente centrado no atendimento dos interesses da instituição e de seus gestores. Na comunicação pública o objetivo é o atendimento do interesse público e da sociedade, simbolizado pelo cidadão (Jorge Duarte, 2011, p.126).

A participação é apontada por Sena (2020) como um dos preceitos da comunicação pública. A autora constata, após levantamento bibliográfico, que participação,

cidadania e interesse público são conceitos profundamente recorrentes nas abordagens acerca do conteúdo. Uma vez que a presente pesquisa aborda o estabelecimento do diálogo eficiente entre Estado e sociedade como instrumento de incentivo à participação social nas políticas públicas, nosso foco se volta à relação entre a comunicação pública e esse conceito.

Sobre os preceitos que embasam o que deve ser entendido como comunicação pública, Koçouski (2012) assim define:

[...] comunicação pública é uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público, a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade. Ela tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos (Koçouski, 2012, p. 92).

Quanto à promoção da participação por meio da comunicação pública, Jorge Duarte (2011) reforça que esta não necessariamente leva ao “paraíso da convivência”, mas o autor entende que mudanças necessárias têm, muitas vezes, mais chances de acontecer a partir de uma crise instalada por meio de exigências, cobranças e visões conflitantes que surgem durante o debate do que do silêncio que emerge da omissão ou da desinformação.

Ao fazer um levantamento sobre o conceito de comunicação pública no Brasil, Sena (2020) aponta a construção desse conceito focada no cidadão a partir das colaborações de Pierre Zémor com a publicação do livro *Communication Publique*, em 1995. A autora destaca que, na obra, o autor francês comprehende comunicação pública como a que se dá no espaço público e é legitimada pelo interesse geral. O conceito é considerado renovador por Sena (2020), pois desloca o foco institucional, mercadológico e personalizado de comunicações de entidades públicas para o cidadão.

A autora reforça que, desde o início do século XXI, o conceito de comunicação pública foi tomando forma, e o plano de fundo ideal para o desenvolvimento teórico das ideias relativas a esse tema foi se formando a partir do foco no cidadão - materializado na obra de Zémor -, dos períodos de redemocratização após ditaduras militares - especialmente na América Latina - e da constituição de um espaço público mais plural e participativo de forma global. No Brasil, a autora aponta que os governos foram se abrindo à participação popular, incluindo processos deliberativos alinhados às novas tecnologias.

Esse desenvolvimento conceitual tem relação estrita com as discussões sobre participação social no país. Acerca dessa temática, Pires (2014) aponta que

As manifestações recentes deixaram claras a importância e a presença de novas formas de atuação política dos cidadãos e das organizações da sociedade civil. A crescente utilização das redes sociais para ampliação dos debates e mobilização para a ação política, a negação às estruturas verticalizadas de poder e o recurso a variadas formas de expressão vêm questionar a organização vigente dos processos participativos, os quais ainda aproveitam pouco o potencial das tecnologias de informação e recorrem frequentemente a padrões hierárquicos e burocráticos de funcionamento (Pires, 2014, p. 191).

Assim, diante do debate acerca da função da comunicação pública, Jorge Duarte (2011) defende ser essa ferramenta fundamental para, entre outros elementos, qualificar a formulação e implementação de políticas públicas; garantir a participação coletiva na definição e na implementação, monitoramento e controle, bem como na viabilização, avaliação e revisão das políticas e ações públicas; atender as necessidades do cidadão e dos diferentes atores sociais em obter e disseminar informações e opiniões, garantindo a pluralidade no debate público; estimular uma cidadania consciente, ativa e solidária; melhorar a compreensão sobre o funcionamento do setor público; induzir e qualificar a interação com a gestão e a execução dos serviços públicos, bem como avaliar a execução das ações de interesse coletivo.

Dessa maneira, a fim de que a função dessa ferramenta seja desenvolvida de forma eficiente e seja produzida uma comunicação de qualidade, seria necessário diversificar e coordenar instrumentos, adaptar mensagens aos interessados, valorizar aspectos didáticos e estimular a interlocução, de forma a criar uma cultura compromissada com o diálogo em suas diferentes variações e que considera a perspectiva do outro na busca por consensos possíveis (Jorge Duarte, 2011).

Essa discussão segue o mesmo direcionamento das ideias atualmente defendidas pelos estudos da comunicação estratégica. Tradicionalmente entendida como o uso proposital da comunicação por uma organização a fim de cumprir sua missão (Hallahan et al, 2007), a expressão tem sido utilizada em um contexto em que se comprehende a necessidade de superação de uma visão mecanicista da comunicação, de forma a incorporar uma visão humanista, com ações guiadas por uma filosofia que leve em conta as demandas, os interesses e as expectativas dos sujeitos envolvidos e da sociedade (Kunsch, 2018).

Assim, essa visão de comunicação entende que, a partir da mudança do paradigma analógico para o digital, a forma tradicional de se comunicar unilateralmente com um receptor passivo transforma-se em um processo interativo, com interlocutores que dialogam e são, ao mesmo tempo, emissores e receptores desse processo (Kunsch, 2018).

Em suma, o debate atual acerca da comunicação entende que,

A demanda crescente da sociedade por uma comunicação transparente, comportamento ético e ações que visem atender às necessidades da comunidade no entorno, tendo em vista a construção de uma imagem e identidade positiva perante a opinião pública, culminam na necessidade de uma comunicação estratégica por parte das empresas (Kunsch, 2018, p. 21).

Assim, a visão atual de comunicação estratégica entende que a complexidade dos tempos atuais, com globalização, revolução tecnológica da informação e era digital, exige das organizações uma nova postura e uma comunicação que seja planejada estrategicamente, sendo esse o caminho para fazer frente a mercados difíceis e, principalmente, atender a uma opinião pública vigilante, públicos cada vez mais exigentes e uma sociedade em constantes mudanças (Kunsch, 2018).

Ainda na tônica da comunicação em uma perspectiva estratégica, vale observar que diversos autores trabalham como instituições percebem as mudanças do tempo e criam práticas e produtos que apontam para isso. Sant'Anna (2005) ao analisar a "mídia das fontes" como TV Câmara e TV Senado, mostra como, na década de 2000, a temática televisiva passou a fazer parte do Parlamento que criou seu próprio veículo de informação audiovisual. Albuquerque (2024), através do conceito de "agendamento estratégico", também demonstra como o Supremo Tribunal Federal foi moldando uma comunicação de acordo com oportunidades e constrangimentos do contexto histórico e político: da criação de um comitê de imprensa ao próprio surgimento da TV Justiça, as práticas de comunicação eram estratégicas. Nesse sentido, o investimento em linguagem simples responde a um tempo, aos desafios da atualidade.

De forma geral, o debate sobre uma comunicação baseada nos preceitos de participação, cidadania e interesse público, bem como a discussão atual sobre comunicação estratégica e os elementos apontados por Jorge Duarte (2011) como necessários para a criação de uma comunicação de qualidade dialogam com a temática debatida pelos movimentos que defendem a linguagem simples na comunicação de entes públicos com a sociedade. Sobre esse assunto, trataremos no capítulo seguinte.

4 LINGUAGEM SIMPLES E INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO

Plainlanguage – linguagem clara ou linguagem simples, como especificado mais adiante – é o termo em inglês que se refere ao processo de busca por clareza nos textos, através de elementos linguísticos e visuais, com o objetivo de possibilitar a compreensão e utilização das informações por parte dos leitores (Pires, 2021).

A PlainLanguageAssociationInternational (Plain), organização sem fins lucrativos que reúne profissionais a fim de promover a linguagem clara no mundo, define, com base na Federação Internacional de Linguagem Clara, que “uma comunicação está em linguagem clara quando o texto, a estrutura e o design são tão claros que o público-alvo consegue encontrar facilmente o que procura, compreender o que encontrou e usar essa informação”.

Martins e Filgueiras (2007) endossam essa ideia, apontando que o objetivo da *plainlanguage* é tornar o texto perfeitamente comprehensível para determinado público e que, para tanto, a principal premissa é o redator, no momento da escrita do texto, colocar-se no lugar do leitor, considerando elementos como dúvidas, vocabulário e interesses da pessoa a quem o texto possa se destinar.

Esse é um conceito que dialoga de forma muito clara com a discussão implementada anteriormente acerca da comunicação pública como meio de construção da cidadania ativa. Ressalte-se o que, ao tratar das exigências para a atuação em comunicação pública, Jorge Duarte (2007b) aponta a necessidade de adaptação dos instrumentos às necessidades, possibilidades e interesses dos públicos, o que visivelmente se relaciona com o princípio para a prática da linguagem simples de se colocar no lugar do leitor no momento da escrita. O autor destaca que

Viabilizar a comunicação exige como requisito mínimo que uma mensagem chegue e seja compreendida pelo receptor, mas o modelo elementar de emissão e recepção não é suficiente. A informação é apropriada em geral por interação social, e depende de fatores como conhecimento de sua existência, disponibilidade, oportunidade, acesso, do ambiente em que se viabiliza a interação, de linguagem adequada, exigindo até mesmo uma pedagogia apropriada às circunstâncias. Discursos e sinais podem não ser entendidos, informações podem estar em local incerto e não sabido, não chegar ao destino, ser mal-interpretadas, estar equivocadas, distorcidas, não ser apresentadas no momento adequado, ser desinteressantes ou inconsistentes, não ter significado para o receptor ou, simplesmente, não ter credibilidade (Duarte, J. 2007b, p.39).

A tradução do termo *plainlanguage* para o português utilizado no Brasil era, até 2019, a mesma utilizada em Portugal: linguagem clara. No entanto, o termo linguagem simples passou a se consolidar em debates, programas de governo e em normativas (Pires,

2021). Assim, a expressão usada atualmente no Brasil para nomear o fenômeno de simplificação textual com base em diretrizes pré-definidas, a fim de facilitar a leitura e apropriação da informação por parte do leitor, é linguagem simples.

Vale ressaltar que a conduta de se basear em diretrizes pré-definidas a fim de construir textos em linguagem simples é atual, uma vez que, segundo Pires (2021), as diretrizes nem sempre foram embasadas em fundamentos teóricos ou pesquisas científicas sobre compreensibilidade textual, tendo sido validadas, durante algum tempo, somente pela prática de quem simplificava textos no dia a dia.

Fisher (2017) estabelece, a partir de uma revisão literária feita para sua pesquisa, uma definição para o que seria a até então linguagem clara – hoje denominada no Brasil de linguagem simples. A autora define como

Um conjunto de práticas que facilitam a leitura e a compreensão de textos. Considera o público a quem a comunicação se destina para organizar as ideias, escolher as palavras mais familiares, estruturar as frases e determinar o design. O leitor consegue localizar com rapidez a informação de que precisa, entendê-la e usá-la. Evita jargão e termos técnicos: se for inevitável, deve explicá-los. Possibilita transmitir informações complexas de maneira simples e objetiva (Fisher, 2017, p. 10)

O Íris Laboratório de Inovação e Dados do Governo do Ceará define linguagem simples como “um movimento social e uma técnica de comunicação para tornar as informações mais rápidas de serem encontradas e mais fáceis de serem entendidas e usadas por todas as pessoas”.

Assim, o fenômeno da linguagem simples tem como finalidade permitir que os leitores assumam maior controle das informações que os afetam, o que traz como resultado um leitor mais engajado, informado e autoconfiante (Garwood, 2014).

Nota-se que a literatura que trata da linguagem simples a coloca como uma ferramenta que afeta a compreensão dos textos, de forma a permitir que esta seja mais efetiva e que o leitor possa fazer uso das informações que apreende. Esse conceito, se implementado por entes públicos, insere a linguagem simples nas discussões acerca da participação social na relação com o Estado e as políticas públicas. Sobre essa temática, Araújo (2022), ao analisar a lei municipal de São Paulo que implementa a linguagem simples sob a ótica do que ela considera como preceitos de comunicação pública, constata que “o caso de São Paulo carrega em seu bojo a síntese da participação, cidadania e do interesse público voltados para a promoção do direito à informação” (Araújo, 2022, p. 63).

Nesse mesmo direcionamento, Oliveira et al (2023), em pesquisa em que voltam a atenção para a área de interação humano-dados (IHD) com o objetivo de estender a linguagem simples com foco na experiência do usuário, desenvolver metodologia para sua aplicação em portais de e-gov e automatizar aspectos da linguagem, concluem:

Ao considerarmos o uso de sistemas colaborativos em conjunto com a IHD e a Linguagem Simples, os governos podem envolver os cidadãos em atividades de cocriação e colaboração, permitindo que os usuários participem da criação de soluções que atendam às suas necessidades específicas nas mais diversas áreas como saúde, economia, previdência, entre outras. Isso pode aumentar a satisfação do usuário, melhorar a qualidade das políticas e serviços públicos e, em última análise, aumentar a eficiência do governo. Outro benefício importante dessa integração entre as áreas que estamos pesquisando é a possibilidade de aumentar a participação dos cidadãos na tomada de decisões governamentais (Oliveira et al, 2023, p.04)

Hoje, o entendimento que se tem do fenômeno da linguagem simples a coloca como uma atividade multidisciplinar, uma vez que inclui habilidades que vão para além da escrita e dos aspectos lexicais e sintáticos, incluindo competências relacionadas a design, empatia e engajamento com públicos excluídos (Pires, 2021), tendo sido esse caráter multidisciplinar gradualmente transferido para as diretrizes, à medida em que o movimento pela linguagem simples progredia. A autora ressalta:

O estabelecimento descentralizado das diretrizes reflete-se na grande quantidade de guias, livros, posts em sites e redes sociais, e em políticas públicas sobre Linguagem Simples produzidos ao longo do tempo. Há diretrizes que são comuns a todos, tais como usar palavras fáceis do leitor entender, evitar jargão, explicar siglas e simplificar a estrutura das frases. Entretanto, como já colocado, as diretrizes não cobrem apenas aspectos textuais, mas incluem também estrutura e organização da informação, recursos visuais, testes de usabilidade e pressupostos norteadores da conduta de quem emite a mensagem. Para aprender e aplicar a técnica da Linguagem Simples, é recomendável ter uma visão ampla dos conjuntos de diretrizes em circulação. Isso muitas vezes só é possível a partir de sistematizações e sínteses das múltiplas fontes (Pires, 2021, p. 90).

Cutts (2013), cofundador do movimento *PlainEnglishCampaign*, aponta a dificuldade e relevância de escrever em linguagem simples. O autor destaca que escrever documentos claros é muito mais difícil do que zombar daqueles que têm uma escrita premeditadamente complexa, uma vez que é necessário pensar muito sobre o que se vai dizer, por que está dizendo e para quem o texto é destinado. Ele reforça ainda que, muito provavelmente, quando o redator escrever em linguagem simples, o leitor não irá perceber, e isso já se configuraria como uma definição de boa escrita.

Ao estabelecer um guia para a escrita em *plainlanguage*, Cutts (2013) reforça que a motivação para trabalhar com esse fenômeno da simplificação da linguagem advém do entendimento de que documentos mais claros podem melhorar o acesso das pessoas a

serviços, benefícios e justiça, o que corrobora com a ideia de linguagem simples como promotora de participação social. Destaca ainda os benefícios da linguagem simples em economizar dinheiro e melhorar a vida das pessoas em diversos países.

A centralização do processo no público a quem se destina o texto escrito em linguagem simples se relaciona de forma muito profunda com a discussão implementada anteriormente acerca do papel da comunicação pública como instrumento de construção da cidadania ativa. Na visão de Jorge Duarte (2007b),

Comunicação pública, então, deve ser compreendida com sentido mais amplo do que dar informação. Deve incluir a possibilidade de o cidadão ter pleno conhecimento da informação que lhe diz respeito, inclusive aquela que não busca por não saber que existe, a possibilidade de expressar suas posições com a certeza de que será ouvido com interesse e a perspectiva de participar ativamente, de obter orientação, educação e diálogo. Na prática, isso inclui o estímulo a ser protagonista naquilo que lhe diz respeito, ter conhecimento de seus direitos, a orientação e o atendimento adequado, passando pelo direito a saber como são gastos os recursos públicos, o motivo e o voto de um parlamentar, até a possibilidade de ter participação efetiva nas decisões sobre aquilo que é de interesse público. A viabilização da comunicação exige informação, mas também credibilidade dos interlocutores, meios e instrumentos adequados, valorização do conhecimento dos sujeitos, facilidade de acesso e uma pedagogia voltada para quem possui mais dificuldades (Duarte, J. 2007b, p. 40).

Em seu guia sobre o *plainenglish*, Cutts (2013) indica 25 diretrizes a serem seguidas, com elementos envolvendo extensão das frases, escolha lexical, divisão do texto, precisão na pontuação, apresentação visual etc.:

Estilo e gramática: 01. Em todo o documento, faça com que o comprimento médio da frase seja 15–20 palavras; 02. Use palavras que seus leitores provavelmente entenderão; 03. Use apenas as palavras que você realmente precisa; 04. Prefira a voz ativa, a menos que haja um bom motivo para usar a voz passiva; 05. Use verbos claros, nítidos e vívidos para expressar as ações em seu documento e evite usar uma série de substantivos; 06. Use listas verticais para dividir textos complicados; 07. Coloque seus pontos de forma afirmativa quando puder; 08. Reduza as referências cruzadas ao mínimo; 09. Faça da pontuação precisa o centro de sua escrita; 10. Lembre-se de que a idade média de leitura da população é de cerca de 13 anos; 11. Evite ser escravizado por mitos da escrita; 12. Tente evitar linguagem sexista; 13. Use uma boa gramática – mas você não precisa saber centenas de termos gramaticais; 14. Em cartas e e-mails, evite primeiras frases e fórmulas sufocantes. **Preparando e planejando:** 15. Planeje antes de escrever. **Organizando as informações:** 16. Organize seu material para que os leitores possam compreender a importância das informações antecipadamente e navegar facilmente pelo documento; 17. Considere maneiras diferentes de apresentar suas informações. **Gestão da escrita:** 18. Gerencie a escrita dos colegas com cuidado e consideração para impulsionar sua moral e eficácia. **Inglês simples para fins específicos: e-mails, instruções, a web, documentos legais e leitores com baixo nível de alfabetização:** 19. Tenha tanto cuidado com o e-mail quanto com o resto da sua escrita; 20. Dedique um esforço especial para produzir instruções lúcidas e bem organizadas; 21. Não fique enrolando na web – coloque as principais informações primeiro e torne o estilo e a estrutura marcantes; 22. Aplique técnicas de inglês simples em documentos legais, como apólices de seguro, contratos de aluguel de

automóveis, leis e testamentos; 23. Para pessoas com baixo nível de alfabetização, corte os detalhes, seja breve e teste seus documentos com verdadeiros especialistas – os leitores. **Disposição:** 24. Use um layout claro para apresentar seu texto de uma forma facilmente acessível. **Revisão:** 25. Verifique seu material antes de disponibilizar aos leitores (Cutts, 2013, p. 32 e 33, tradução nossa).

Pode-se perceber, ao analisar as diretrizes sintetizadas por Cutts (2013), que a base para a maioria dos elementos que direcionam a escrita em linguagem simples é o foco no público a quem esse texto se destina, fator destacado pelo próprio autor quando indica ser necessário, para escrever em linguagem simples, pensar muito sobre o que se vai dizer, por que está dizendo e para quem o texto é destinado. A escolha de palavras mais conhecidas, verbos claros, instruções lúcidas, bem como a organização do material centrada no entendimento do leitor expressam a ideia que é pilar da linguagem simples e base para a presente pesquisa: o foco no cidadão.

Essa temática estabelece relação com a discussão sobre a comunicação pública e seu papel na construção de um cidadão informado e participativo em sua relação com as ações do Estado.

Parece óbvio que o cidadão, no seu relacionamento com a estrutura pública, deve possuir informação consistente, rápida e adaptada às suas necessidades. Ele precisa saber quando pagar impostos, onde e quando buscar uma vacina, como discutir as políticas públicas, conhecer as mudanças na legislação, como usufruir de seus direitos e expressar sua opinião. Deve conhecer a opinião dos governantes sobre cada assunto, os planos das autoridades a respeito da gestão do Estado. Precisa ser atendido, orientado, ter possibilidade de falar e saber que prestam atenção ao que ele diz (Jorge Duarte, 2011, p. 07, 08).

Ao apontar para a necessidade de informação adaptada às necessidades do cidadão, Jorge Duarte traz a discussão da comunicação pública para um patamar que se interliga com as diretrizes defendidas pelos movimentos promotores da linguagem simples.

Data dos anos 1940, nos Estados Unidos, a criação de fórmulas e discussões para avaliar a complexidade da escrita de determinados textos e sua relação com a escolaridade necessária para que o leitor os compreenda. No Reino Unido, no mesmo período, nomes como o primeiro-ministro Winston Churchill e o escritor George Orwell abordavam a falta de clareza e objetividade em textos governamentais (Fisher, 2017).

No entanto, os primeiros movimentos em prol de uma linguagem mais clara começaram a se estruturar em torno dos anos 70, principalmente em países de língua inglesa, obtendo apoio, nesses locais onde se desenvolveu, de associações de defesa do consumidor, funcionários públicos e profissionais ligados ao Direito. Nesse período foi criado o termo *plainenglish* para conceituar o movimento que ganhava notoriedade e chegava aos ambientes

de poder. Prova disso é o fato de que, em 1998, o então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, emitiu um memorando sobre o uso de linguagem clara em textos governamentais (Fisher, 2019).

No Brasil, já há algum tempo se observa a necessidade de simplificação da linguagem em textos governamentais. Mendonça (1985) chama de “burocratês” a subvariedade escrita da língua portuguesa usada pelos membros da administração durante o seu trabalho. Já em 1985, a autora chamava a atenção para a necessidade de desburocratização linguística de forma a simplificar a vida administrativa do país, “fator necessário à democracia, que exige conscientização dos problemas e participação popular na resolução dos mesmos” (Mendonça, 1985, p. 11). Salienta ainda que essa simplificação burocrática passa pela simplificação linguística, a qual somente poderá ser alcançada quando os produtores de documentos institucionais tomarem consciência dessa necessidade.

Mais uma vez a atenção se volta ao cidadão, uma vez que, diante da discussão sobre a necessidade de desburocratizar a língua, Mendonça (1985) aponta:

A desburocratização dirige-se diretamente ao interesse do usuário ou “consumidor” do serviço de instituições públicas ou privadas, porque cada cidadão tem o direito de compreender os textos administrativos e as publicações institucionais que regem sua vida social e se propõem a resolver os problemas individuais dos usuários (Mendonça, 1985, p.23).

A autora ressalta ainda que a incompreensibilidade encontrada nos textos em que impera o burocratês é criada de maneira voluntária, devido à cultura burocrática criada em ambientes administrativos. Silveira (2017) demonstra essa intencionalidade na criação dessa subvariedade linguística quando analisa antigos manuais de correspondência oficial do Governo Federal que normatizavam a criação de uma linguagem caracterizada pela formalidade e impessoalidade, as quais conferiam ao texto um certo rebuscamento.

Um aspecto importante destacado por Silveira (2017) quanto à utilização do burocratês nos textos oficiais envolve a legitimação do poder institucional, uma vez que esse rebuscamento da linguagem relaciona-se às distinções sociais que envolvem poder e prestígio. Assim, a autora ressalta a ideia presente nesse tipo de construção textual de que a sintaxe complexa seria uma propriedade do discurso do conhecimento e da autoridade.

Mendonça (1985) aponta o prejuízo praticado ao cidadão com a disseminação de textos em burocratês ao apontar ser antidemocrático escrever mal, uma vez que desrespeita um direito fundamental do leitor: compreender os textos que regulam a sua vida de cidadão.

Essa ideia é corroborada por Silveira (2017) quando esta aponta que as fórmulas arcaicas oriundas do burocratês possuem caráter excludente e trazem um sério problema de compreensão para as pessoas que não estão diretamente ligadas aos setores da burocracia administrativa de instituições públicas e particulares.

Esse é um problema identificado não apenas na realidade de quem usa a língua portuguesa. Garwood (2014) destaca a probabilidade de que a incompreensão da linguagem acarrete exclusão da vida em comunidade e não acesso a benefícios e oportunidades. A autora reforça a ideia de que uma linguagem acessível seria elemento-chave na participação democrática, uma vez que produziria legislação comprehensível para o cidadão comum, o que os ajudaria a tomar decisões informadas.

Cutts (2013) chama de “obscuranto” a “prosa empolada” que muitas vezes faz com que o leitor desista do processo de interpretação e, consequentemente, das ações que tinha por objetivo a partir desse processo. O autor reforça os prejuízos que uma linguagem confusa pode acarretar ao listar situações em que a “confusão verbal” custou inclusive a vida de algumas pessoas.

Essa subvariedade linguística é aplicada de forma tão comum e disseminada, que já se tornou corriqueiro para as pessoas em geral o fato de não compreenderem textos produzidos por entes públicos. Fisher (2020) enfoca essa questão e a necessidade de mudança na cultura do “burocratês” ao questionar:

Quantas pessoas deixam de entender uma informação escrita em linguajar desnecessariamente complexo e se afastam, creditando a si mesmas o problema que, na verdade, é do texto? Eis uma chaga social que precisa ser sanada (Fisher, 2020, p. 246).

Martins e Filgueiras (2007) apontam a relação direta entre a linguagem simples e o combate ao burocratês ao definirem *plain language* como uma linguagem desburocratizada. Ao analisarem instrumentos para a avaliação da apreensibilidade da informação textual na língua portuguesa brasileira, os autores perceberam que uma problemática dos textos dos sítios de governo eletrônico utilizados na sua pesquisa caracterizava-se pela exigência de um grau muito alto de escolaridade, o que vai de encontro com a realidade de grande parte da população brasileira. Para os autores,

A correção do problema não é complexa. Uma possível solução para adequação dos textos ao nível de escolaridade da população é sua reescrita, usando-se técnicas que auxiliem na redução de escolaridade exigida, ou seja, simplificação do texto utilizando técnicas como Plain Language (Martins; Filgueiras, 2007, p.13).

No Brasil, de fato, o movimento por uma comunicação textual mais clara é bem recente, uma vez que, como aponta Silveira (2017), os manuais de correspondência oficial do Governo Federal normatizavam a criação de textos produzidos com uma linguagem caracterizada pela formalidade e impessoalidade, as quais lhes conferiam um certo rebuscamento.

Foi a partir de 2009 que órgãos governamentais, como o Conselho Nacional de Saúde e o Ministério da Saúde, passaram a emitir documentos em que regulamentavam a necessidade de clareza na linguagem de documentos destinados ao público. Em 2015, a Presidência da República criou o Programa Bem Mais Simples Brasil, voltado a simplificar e agilizar a prestação de serviços públicos. No texto que regulamenta o programa, há o destaque para a necessidade de linguagem simples e compreensível (Fisher, 2019).

A partir de então, outros textos governamentais passaram a tratar da temática, orientando o uso de linguagem clara e acessível. Inclusive, o caráter multidisciplinar da linguagem simples pode ser observado na variedade de áreas pelas quais sua importância perpassa, uma vez que, no Brasil, a legislação que reconhece a importância da simplificação dos textos de entes públicos passa por diferentes campos. A Lei 10.098/2000, que tem como cerne a promoção de acessibilidade, em seu artigo 17, ao tratar da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização, estabelece a eliminação, por parte do poder público, de barreiras na comunicação, garantindo o direito de acesso à informação.

Já a Lei 14.129, de 29 de março de 2021, estabelece entre os princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública, em seu artigo 3º, VII, o uso de linguagem clara e compreensível a qualquer cidadão. Essa legislação está diretamente relacionada à Lei de Acesso à Informação, a qual, em suas disposições gerais, determina ser dever do Estado a garantia do direito de acesso à informação, que deve ser disponibilizada de forma transparente e em linguagem de fácil compreensão.

De forma regionalizada e mais especificamente voltada para o movimento de simplificação da linguagem, foi a Prefeitura de São Paulo, por meio da Lei 17.316, em março de 2020, que, de forma pioneira no Brasil, instituiu uma legislação que efetivamente trata da temática da clareza em textos governamentais, de maneira que a matéria legislativa em questão traz a definição de linguagem simples e texto em linguagem simples, os objetivos da lei, os princípios da Política Municipal de Linguagem Simples e as diretrizes a serem seguidas a fim de adequar os textos produzidos pela administração pública municipal à política em questão.

No Ceará, foi do Íris Laboratório de Inovação e Dados do Governo do Estado, órgão presente na estrutura organizacional da Casa Civil, a iniciativa de tratar da simplificação de textos. Criado com o propósito de promover uma cultura de inovação no setor público e acelerar o processo de transformação digital, a fim de impactar positivamente o ambiente governamental, o Íris idealizou e coordena um programa estadual de simplificação e desburocratização da linguagem usada na comunicação entre o Governo do Ceará e a população.

Após o desenvolvimento dessa iniciativa por meio de editais e outros produtos textuais entregues à população cearense, o Governo do Estado sancionou, em 1º de dezembro de 2022, a Lei 18.246, que institui a Política Estadual de Linguagem Simples nos órgãos e nas entidades da administração direta e indireta do estado do Ceará. Por meio dessa legislação, uma série de diretrizes foram estabelecidas, com o objetivo de adequar os textos produzidos pela administração direta e indireta do estado do Ceará aos princípios de empatia e foco na cidadã e no cidadão, participação social (cocriação), redução de desigualdades, desburocratização da linguagem, transparência, confiança no Estado e inovação (Ceará, 2022).

O conteúdo da lei, escrita em linguagem simples, aponta diretrizes para a implementação da política nos textos produzidos por órgãos públicos, as quais corroboram com aquelas estabelecidas por Cutts (2013) e com a discussão acerca de cidadania ativa implementada pela relação entre comunicação pública e direito à informação. São elas:

- 1.** Planejar e produzir textos com linguagem que considera as necessidades e o ponto de vista do cidadão.
- 2.** Transmitir, pela linguagem, empatia, respeito e cordialidade.
- 3.** Dividir textos em parágrafos curtos (com até 5 linhas) e, quando possível, organizar as informações em tópicos e dar títulos às seções.
- 4.** Preferir frases curtas, em ordem direta (sujeito-verbo-objeto) e na voz ativa.
- 5.** Substituir, sempre que possível, termos técnicos e jurídicos por palavras mais conhecidas dos cidadãos, evitando estrangeirismos e siglas sem explicar o que elas significam.
- 6.** Evitar sequências de substantivos abstratos (que representam conceitos e não têm forma concreta) na frase.
- 7.** Preferir verbos em vez de substantivos formados a partir de verbos.
- 8.** Usar elementos visuais (ícones, infográficos, fotografias etc.) para complementar e reforçar a mensagem textual.
- 9.** Testar com a população a facilidade de leitura do texto.
- 10.** Entender a comunicação escrita e oral do governo como um diálogo para o exercício da cidadania (Ceará, 2022).

Uma característica importante a ser ressaltada é o fato de que os diversos guias e legislações que tratam da linguagem simples oferecem apenas diretrizes que auxiliarão o escritor no caminho da escrita simplificada, não estabelecendo regras fixas e inflexíveis. Assim,

A linguagem simples não determina quais palavras usar; em vez disso, incentiva os escritores a fazerem escolhas estratégicas sobre quais palavras se adequarão melhor ao seu público. Essas decisões serão diferentes de caso para caso, e as organizações em linguagem simples podem fornecer orientação, mas não regras definitivas, sobre como tomar estas decisões (Garwood, 2014 p. 47, tradução nossa).

Essa construção de um parâmetro normativo para a técnica de linguagem simples, chancelada atualmente por legislações, tem grande importância para os órgãos e profissionais interessados em trabalhar com essa ferramenta, visto que a falta de um padrão ratificado por uma autoridade institucional permitia que textos pouco claros fossem considerados como tal, além de ameaçar a credibilidade de quem atuava no setor (Pires, 2021).

Outro aspecto importante a se ressaltar quanto ao fenômeno da linguagem simples é a possibilidade que este traz de redução de encargos administrativos que afetam tanto os cidadãos como o poder público. Cuesta, Reyes e Roseth (2019), ao realizarem uma avaliação de impacto do Programa Lenguaje Claro do Departamento Nacional de Planejamento da Colômbia, discutem a ideia de que os encargos administrativos podem impactar o acesso a serviços públicos, uma vez que a aceitação a um serviço ou programa tende a ser menor quanto mais difícil ou caro for o seu acesso. Os autores destacam:

Os custos de aprendizagem resultantes de informações complexas sobre requerimentos de transações e especificações, incluindo formulários difíceis de preencher ou apresentados numa linguagem difícil de compreender, são fatores que afetam também, em maior medida, as pessoas com menor nível de escolaridade e que não dispõem das ferramentas necessárias para navegar no sistema (Cuesta; Reyes; Roseth, 2019, p. 06, tradução nossa).

Os custos para a administração pública também podem ser impactados pela utilização da linguagem simples, como também apontam Cuesta, Reyes e Roseth (2019). A pesquisa dos autores demonstrou que uma correspondência enviada aos cidadãos pelo Departamento de Propriedades da Cidade de Bogotá, ao ser escrita em linguagem simples, levou a uma redução no número de contestações ao documento, visto que havia clareza nos critérios utilizados pelo departamento para a decisão apresentada na missiva. Essa redução na quantidade de contestações implica uma redução financeira, já que o órgão estimou que o custo médio para processar um recurso era de 1.104 dólares, podendo aumentar para 513 dólares se fosse um tipo específico de recurso (pedido de reintegração).

Em pesquisa que comparava os resultados de compreensão leitora entre pessoas que acessaram um mesmo texto escrito em burocratês e em linguagem simples, Pires (2021) obteve como resultado um cenário em que os leitores do segundo tipo de texto acertaram mais questões relacionadas ao conteúdo textual do que os outros leitores, além de terem precisado

de um número menor de releituras para conferir informações - 50% dos leitores do texto em linguagem simples deram a leitura por encerrada já na primeira vez - e terem precisado de menos tempo para concluir o teste realizado após a leitura. A autora destaca:

Os resultados também se alinham à hipótese de trabalho do estudo experimental, que previa a redução de custos de processamento mental associados à leitura de textos de e-gov se parâmetros de Linguagem Simples fossem aplicados a esses textos, aumentando a comprehensibilidade (Pires, 2021, p.196).

Nesse mesmo direcionamento, a norma ISO 24495-1:2023 (PlainLanguage — Part 1: Governingprinciplesandguidelines) destaca, em sua introdução, o fato de que há diversos estudos que comprovam que escrever em linguagem simples economiza tempo ou dinheiro (ou ambos) para leitores e organizações, ressaltando que essa técnica de escrita de textos é mais eficaz e produz melhores resultados.

Outro aspecto importante da ISO 24495-1:2023 e que tem relação direta com a discussão aqui implementada é o entendimento do leitor como prioridade. A normativa aponta que a linguagem simples garante que os leitores possam encontrar o que precisam, entender e usar. Esse é um fator em constante destaque nas pesquisas e discussões que tomam a linguagem simples como mote, o fato de ter como foco o cidadão a quem o texto se destina, como forma de lhe conceder conhecimento por meio da informação e autonomia no processo de utilização da informação oferecida. Esse ponto está em consonância com as discussões acerca do incentivo à participação cidadã na relação entre Estado e sociedade.

Assim, pode-se perceber que a utilização da linguagem simples em textos utilizados pelos entes governamentais direcionados aos cidadãos promovem a democratização no acesso às informações e na participação cidadã, uma vez que facilita o acompanhamento da gestão pública. “Dado que o objetivo principal da Linguagem Simples é facilitar a compreensão, a localização e o uso das informações, podemos dizer que certamente ela é base para a transparência e consequentemente o ponto inicial para a participação cidadã” (Cappelli; Nunes; Oliveira, 2021, p. 99).

4.1 Críticas ao movimento

Algumas críticas têm surgido em relação à adoção da linguagem simples, as quais se alicerçam, segundo Kimble (1995), em dois argumentos principais, destacados pelo autor como velha crítica e nova crítica. A primeira diz respeito ao fato de que esses opositores do movimento acreditam que o uso da linguagem simples degrada a linguagem e promove a

perda de precisão na informação. Pires (2021) enfatiza que, na bibliografia em inglês que trata das argumentações sobre os danos que a simplificação de textos pode causar, encontramos com frequência a expressão *dumbdown*, a qual se refere a baixar o nível de dificuldade e o conteúdo intelectual de alguma coisa.

A esse primeiro argumento, Kimble (1995) responde inicialmente citando grandes nomes para a literatura de língua inglesa que tiveram o *plainenglish* como estilo: Abraham Lincoln, Mark Twain, George Orwell, Winston Churchill. Além disso, o autor reforça que o argumento da perda de precisão por não utilizar a linguagem técnica cai por terra frente ao fato de termos técnicos serem apenas uma pequena parte de um documento legal.

Acerca desse ponto e de forma mais atual, a pesquisa de Kmiecicka e Michalska (2023) mostra que existe hoje a proposição de soluções que visam alcançar simplificações satisfatórias dos textos jurídicos, garantindo a manutenção do significado original e ao mesmo tempo a compreensão para todos, incluindo os indivíduos sem formação jurídica.

Outro ponto importante a ser destacado em relação a essa primeira crítica diz respeito ao fato de que os profissionais que escrevem em linguagem simples estão diretamente ligados e em constante colaboração com os comunicadores do governo e do setor privado, o que comprova não serem ignorantes quanto ao contexto em que atuam (Garwood, 2014).

A nova crítica indicada por Kimble (1995) seria a de não haver evidências concretas de que a linguagem simples melhore a compreensão, que os defensores da linguagem simples tendem a uma abordagem de comunicação restrita, baseada em texto – em vez de baseada no leitor – e que a única maneira de ter certeza se os leitores comprehendem um documento é testá-lo nos próprios leitores.

A essa segunda leva de argumentos, os estudos mais recentes relacionados à linguagem simples trazem respostas irrefutáveis. O próprio Kimble (1995) traz em seu estudo evidências da melhora na compreensão de textos e da redução do tempo necessário para comprehendê-los por meio do uso da linguagem simples.

Nesse mesmo direcionamento, Pires (2021), conforme supracitado, ao comparar os resultados de compreensão leitora entre pessoas que acessaram um mesmo texto escrito em burocratês e em linguagem simples, conseguiu comprovar que os leitores do texto simplificado tanto tiveram uma melhor compreensão como precisaram de um número menor de releituras para conferir informações. Ressalte-se que o perfil do público pesquisado no estudo em questão apresentava nível de escolaridade com pós-graduação, o que também derruba o argumento de que a linguagem simples só seria útil para pessoas com baixo nível de alfabetização.

Outro elemento que gera críticas ao movimento de linguagem simples é especificado pela autora:

Uma linha adicional de discordância refere-se à aplicação uniformizada das diretrizes internacionais, sem considerar as características linguísticas de cada idioma. O capítulo 3 mostrou que os elementos linguísticos do burocratês são quase universalizados e, deste modo, seria compreensível que as diretrizes de Linguagem Simples se repetissem nos diferentes idiomas (Pires, 2021, p. 93).

Um ponto que se mostra interessante quanto ao cenário de críticas ao movimento de linguagem simples é expresso por Garwood (2014). Ela ressalta que os que defendem a linguagem simples e os que a criticam, na verdade, apresentam diferentes visões em relação à linguagem. Assim, os primeiros veriam a linguagem como um recipiente neutro para comunicar ideias, enquanto os últimos a percebem como uma ferramenta que reflete e reproduz crenças e valores sociais de maneiras que estariam além do controle de um escritor individual.

Assim, a segunda leva de críticas é derrubada pelos estudos que colocam em prática os textos em linguagem simples dentro dos seus contextos de circulação e pelo fato de que as diretrizes que promovem a linguagem simples constantemente enfatizam a necessidade de testar o produto final com os leitores a quem ele se destina.

E, para a primeira categoria de críticas, mais uma vez esbarramos na ideia do leitor/cidadão como protagonista do processo de construção da informação direcionada a ele mesmo, uma vez que, se levado em consideração o público a quem o texto se destina, argumentos como empobrecimento de estilo e infantilização da linguagem não devem competir com o objetivo maior de elaboração de um texto: sua compreensão por parte de seu leitor.

5 METODOLOGIA

O estudo tinha o objetivo de analisar a percepção, por parte dos participantes do Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural, da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, publicado no Diário Oficial do Estado em fevereiro de 2022, do texto escrito nas diretrizes indicadas pela linguagem simples e sua influência no processo de participação ao certame. A escolha do público-alvo da pesquisa deve-se ao entendimento de Lejano (2012) de que uma análise textual deve começar com a compreensão de que há aspectos da política que somente podem ser entendidos se forem acessados através das lentes da própria parte interessada.

O edital em questão foi escolhido por ser a iniciativa pioneira no Ceará de utilização da linguagem simples de forma sistematizada em um material de disponibilização ao público. O trabalho de simplificação do texto foi realizado pelo Íris Laboratório de Inovação e Dados do Governo do Estado do Ceará, com o objetivo de torná-lo mais “simples, claro, acessível e inclusivo para democratizar o acesso às informações, reduzindo a quantidade de dúvidas sobre o documento e de forma que qualquer cidadão consiga realizar sua inscrição sem dificuldade”.¹

A participação aqui será considerada somente no âmbito da construção do projeto inscrito no edital e do próprio processo de inscrição, uma vez que o próprio órgão responsável pela simplificação do texto apontou esse momento inicial de participação no certame como beneficiado pela implementação da linguagem simples no texto em questão.

Optamos inicialmente por uma metodologia de natureza qualitativa, com roteiro de entrevista semiestruturado, embasado nos critérios de recepção de linguagem simples observados durante o levantamento bibliográfico. Dessa forma, a pretensão era observar se os participantes apontavam elementos relacionados ao tempo necessário para concluir a leitura do texto, à quantidade de releituras necessárias ou à necessidade de ajuda de terceiros para compreender informações do texto como fatores que influenciaram sua participação no edital – mesmo para aqueles com experiência na leitura de textos desse gênero.

Após as considerações da banca de qualificação, a metodologia foi alterada, a fim de comparar as respostas dos participantes da pesquisa com os resultados de um experimento realizado com base nos estudos de Pires (2021) acerca da avaliação da compreensão do texto em linguagem simples e de o grau de retenção das informações após a leitura.

¹ <https://irislab.ce.gov.br/projeto/simplificacao-edital-ceara-da-cidadania-e-diversidade-cultural-secult/>

5.1 Definição da amostragem e coleta de dados

Para a definição do público-alvo do estudo inicialmente foi utilizado o critério de acesso às informações para interação por meio de dados públicos, utilizando como plataformas de pesquisa os sites do Diário Oficial do Estado e do Mapa Cultural do Ceará, de forma a obter os nomes dos responsáveis pelos projetos contemplados e suas informações de contato. Esse critério foi definido uma vez que se pensava utilizar como público somente os responsáveis por projetos selecionados para o edital.

Assim, realizou-se inicialmente pesquisa no Diário Oficial do Estado do Ceará utilizando a expressão “Edital Ceará da Cidadania e Diversidade” com busca limitada ao ano de 2022. Dos resultados encontrados, os diários dos dias 29 de setembro, 30 de setembro, 03 de outubro, 05 de outubro, 10 de outubro, 13 de outubro, 18 de outubro, 04 de novembro, 09 de novembro, 14 de dezembro, 15 de dezembro e 20 de dezembro traziam informações sobre a concessão do apoio financeiro aos projetos selecionados, totalizando 112 projetos contemplados.

No texto do Diário Oficial de concessão de apoio aos projetos constava, entre outras informações, o nome da pessoa responsável e o título do projeto selecionado. Com base nessas informações, foi iniciada uma busca no site do Mapa Cultural do Ceará, da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, sendo realizada inicialmente a pesquisa por agente cultural com base no nome do responsável pelo projeto, a fim de identificar formas de contato para fazer o convite à pesquisa. Caso não fosse encontrado o nome do responsável na busca por agente cultural, a pesquisa era feita pelo nome do projeto. Após essa busca, foram identificados os contatos de 53 responsáveis, variando entre números de telefone, endereços de e-mail ou perfil na rede social Instagram. Optamos por restringir os contatos a mensagens pelo aplicativo WhatsApp ou por e-mail, assim, nos contatos em que constava apenas Instagram (três no total), pesquisou-se o perfil do contato na rede em questão para identificar informações de telefone ou e-mail, obtendo-se sucesso apenas em um caso.

Com o contato de telefone ou e-mail de 51 responsáveis por projetos contemplados, enviamos mensagem de WhatsApp (preferencialmente) ou e-mail (para aqueles cujo contato telefônico não foi encontrado), falando sobre a pesquisa e fazendo o convite para participar. Dos contatos realizados, 25 pessoas retornaram as mensagens aceitando participar do estudo.

Houve uma tentativa de incluir na pesquisa participantes não contemplados no edital, a fim de eliminar a possibilidade de um viés de avaliação positiva pelo fato de todos os

participantes terem tido seus trabalhos escolhidos no certame². Assim, em 12 de novembro de 2023, foi cadastrada no Portal da Transparência do Ceará (Ceará Transparente)³ uma solicitação de informações sobre os trabalhos inscritos e não selecionados no Edital Ceará da Cidadania e Diversidade de 2022. No dia 02 de dezembro de 2023, a solicitação recebeu como resposta a informação de que a demanda deveria ser encaminhada para a Coordenadoria de Diversidade, Acessibilidade e Cidadania Cultural da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult), com o contato de e-mail do setor.

No dia 04 de dezembro de 2023, a pesquisadora enviou para o setor um e-mail, com as informações sobre a pesquisa e a solicitação das informações sobre os trabalhos não contemplados. A resposta recebida dois dias depois foi que era necessário, para esse fim, abrir um processo interno e, para tanto, foram solicitados alguns documentos (ofício e declaração do orientador), os quais foram enviados no dia 18 de dezembro. Foi aberto então o processo NUP: 27001.000010/2025-58. No entanto, este encontra-se ainda em fase de análise – no momento de finalização da escrita deste trabalho estava na Secretaria Executiva de Planejamento e Gestão Interna da Secretaria da Cultura do Ceará. Houve algumas tentativas de solicitação de informações sobre prazos (ligações em 17 e 22 de janeiro de 2025), mas não houve informação concreta, apenas que o nível de prioridade da solicitação era “normal” e que sua tramitação poderia ser acompanhada pelo Sistema Único Integrado de Tramitação Eletrônica do Governo do Estado do Ceará (Suite)⁴.

Dessa forma, uma vez que não houve tempo hábil de acrescentar os não contemplados na pesquisa, optou-se por permanecer com os participantes que já haviam aceitado participar e, em 29 de janeiro de 2025, retomamos o contato com o público, convidando novamente e pedindo para marcar um encontro presencial, a fim de organizar grupos para a execução na nova metodologia planejada para o estudo.

Apenas um participante aceitou o encontro presencial - alguns relataram estar em outras cidades do estado e outros informaram estar com suas agendas muito apertadas - então tentamos novo contato solicitando um encontro on-line, usando para tanto a ferramenta Google Met, também utilizada no estudo realizado por Pires (2021) para medir parâmetros de compreensão de textos em linguagem simples.

²Essa iniciativa surgiu após sugestão da banca de qualificação.

³ <https://cearatransparente.ce.gov.br/>

⁴ No dia 19 de fevereiro de 2025 a solicitação teve como resposta o indeferimento com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Depois de algumas tentativas por mensagem de WhatsApp, apenas seis participantes aceitaram e agendaram as reuniões, que ocorreram por meio da ferramenta Google Meet durante o período de 07 a 13 de fevereiro de 2025.

5.2 Experimento

Uma vez que não tenha sido possível incluir pessoas inscritas e não contempladas no edital, foi refeito o desenho depesquisa de campo da seguinte forma: em um primeiro momento, realizou-se um experimento realizado com os participantes, de forma a observar de maneira objetiva as interações com um texto em linguagem burocrática e um texto em linguagem simples, seguindo-se com a entrevista, a fim de observar a percepção dos participantes quanto ao texto em linguagem simples do Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural.

Com esse novo desenho, embora não tenha sido possível estabelecer um comparativo com quem participou e não participou do edital, conseguimos aprofundar o entendimento sobre o primeiro grupo,observando e avaliando não só sua relação com questões mais afeitas às técnicas de linguagem simples, como também com aspectos mais qualitativos, relativos à participação na política de uma maneira mais ampla

A ideia inicial era reunir os participantes em dois grupos, de maneira que um fosse exposto ao texto original e o outro fosse exposto ao texto em linguagem simples. Assim, as interações com os textos e o questionário seriam observadas e, em seguida, seria realizada uma discussão sobre o Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural e a relação entre as percepções que os participantes tiveram na época e as do momento do estudo. No entanto, conforme supracitado, em contato com os participantes, foi impossível definir um momento único em que todos pudessem participar. Dessa maneira, a pesquisadora optou por fazer as duas partes do estudo de maneira individual e juntar os resultados para posterior análise, em conformidade com o experimento realizado por Pires (2021)⁵. Os encontros foram realizados de forma virtual, por meio da plataforma Google Meet, e o questionário foi aplicado por meio da ferramenta Google Forms.

⁵ Em seu estudo, Pires (2021) realizou encontros por meio do Google Meet e, a fim de observar parâmetros relacionados ao tempo de leitura e à compreensão e retenção de informações de um texto escrito em burocrês e em linguagem simples. O teste de compreensão foi realizado com a ferramenta Google Forms, e os resultados apontaram que a versão do texto em linguagem simples versão em linguagem simples gerou mais acertos no teste após a primeira leitura, suscitou menos releituras e demandou menos tempo para completar a ação.

Assim, a primeira parte da pesquisa consistiu em expor o público-alvo a um dos textos da pesquisa (original e em linguagem simples), de maneira aleatória - o primeiro participante recebeu o texto original, o segundo recebeu o texto em linguagem simples, e assim sucessivamente - e solicitar que respondessem a um questionário de dez perguntas sobre o texto lido, a fim de analisar se os resultados dessa leitura e dos acertos ao questionário corroboram com o que foi observado por Pires (2021) acerca da redução dos custos de processamento mental e otimização do uso da memória de trabalho ao realizar a leitura de um texto em linguagem simples.

5.2.1 Escolha do texto do experimento

Para a primeira parte da pesquisa, uma vez que o texto do edital objeto deste estudo já seja de conhecimento dos participantes, optou-se por utilizar um texto diferente, de forma que a memória relacionada ao texto já utilizado não compromettesse uma fiel observação dos elementos a serem mensurados.

Assim, considerando que os participantes têm experiência com editais culturais e o objetivo da pesquisa é analisar a relevância da linguagem simples para esse público-alvo, percebemos a necessidade de escolher um texto que pertencesse ao mesmo gênero daquele que é objeto desta pesquisa – edital – e que tivesse uma temática também relacionada ao meio cultural, ao qual pertencem os participantes deste estudo. Dessa maneira, observando a página da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult-Ce), foi escolhido para ser utilizado no experimento o edital mais recente disponibilizado pelo órgão, o 15º Edital Ceará de Cinema e Audiovisual, publicado em 02 de janeiro de 2025. Devido ao fato de o texto escolhido ser extenso, foram extraídos trechos relacionados aos objetivos e ao processo de inscrição do edital.

Como a pesquisa precisava de um texto que fosse desconhecido dos participantes, a fim de que possíveis informações memorizadas não comprometesse a observação fiel dos parâmetros mensurados, estar participando do 15º Edital Ceará de Cinema e Audiovisual seria um fator de exclusão da pesquisa. No entanto, em conversa prévia com os participantes por meio do WhatsApp, todos os que aceitaram participar deste estudo negaram estar concorrendo a esse edital específico ou ter tido contato com seu texto.

Vale ressaltar que, mesmo tendo iniciado uma cultura de divulgação de editais em linguagem simples, a Secult-Ce não manteve a cultura de disponibilizar seus editais atendendo a todas as diretrizes de linguagem simples, visto que o 15º Edital Ceará de Cinema

e Audiovisual tem uma publicação com sumário interativo, mas o texto utilizado nessa versão disponibilizada permanece inalterável em relação ao texto do edital original.

A transformação em linguagem simples do texto do Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural de 2022 foi realizada pelo Íris Laboratório de Inovação e Dados do Governo do Estado do Ceará. No entanto, o órgão não esteve inserido nas ações de simplificação dos textos de todos os editais divulgados posteriormente pela Secult-Ce – inclusive o texto do 15º Edital Ceará de Cinema e Audiovisual –, como é possível verificar na página de portfólio do laboratório. Percebe-se aqui um cenário – o qual possibilita uma discussão a ser aprofundada por estudos posteriores – que poderia apontar para um enfraquecimento da Política Estadual de Linguagem Simples relacionado a mudanças de gestão ou contexto do órgão responsável por sua implementação.

Dessa maneira, diante do fato de o texto do 15º Edital Ceará de Cinema e Audiovisual não estar em acordo com as diretrizes de linguagem simples da lei estadual, optamos por reescrever os trechos selecionados para o experimento, utilizando critérios de linguagem simples. Assim teríamos um texto originalmente não visto pelo público do experimento e seria possível também comparar com uma versão reescrita, atendendo às diretrizes de linguagem simples.

Para fazer a modificação do texto original, foram utilizadas as diretrizes presentes no anexo único a que se refere o artigo 2º da Lei nº 18.246/2022, a qual estabelece a Política Estadual de Linguagem Simples. A escolha por essas diretrizes específicas se deu pelo fato de que estão inseridas na lei aplicada ao estado do Ceará e já faziam parte do trabalho desenvolvido pelo Íris Laboratório de Inovação e Dados do Governo do Estado do Ceará, órgão responsável pela modificação do Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural em linguagem simples. O Quadro 1 apresenta as diretrizes da lei estadual.

Quadro 1: Diretrizes da Lei nº 18.246/2022 para aplicação da linguagem simples.

Nº	DIRETRIZ
1.	Planejar e produzir textos com linguagem que considera as necessidades e o ponto de vista do cidadão.
2.	Transmitir, pela linguagem, empatia, respeito e cordialidade.
3.	Dividir textos em parágrafos curtos (com até 5 linhas) e, quando possível, organizar as informações em tópicos e dar títulos às seções.

4.	Preferir frases curtas, em ordem direta (sujeito-verbo-objeto) e na voz ativa.
5.	Substituir, sempre que possível, termos técnicos e jurídicos por palavras mais conhecidas dos cidadãos, evitando estrangeirismos e siglas sem explicar o que elas significam.
6.	Evitar sequências de substantivos abstratos (que representam conceitos e não têm forma concreta) na frase.
7.	Preferir verbos em vez de substantivos formados a partir de verbos.
8.	Usar elementos visuais (ícones, e infográficos, fotografias etc.) para complementar e reforçar a mensagem textual.
9.	Testar com a população a facilidade de leitura do texto.
10.	Entender a comunicação escrita e oral do governo como um diálogo para o exercício da cidadania.

Fonte: Ceará. Lei n.º 18.246/2022.

As diretrizes 08 e 09 foram excluídas do processo de transformação do texto. A primeira porque as modificações implementadas referem-se somente ao aspecto textual – a apresentação visual do texto modificado não apresentou diferenças quanto à apresentação original, tendo sido apenas retirados os números relacionados aos subitens de cada tópico e substituídos por marcadores simples – e a segunda porque a pesquisa não previa testes com usuários e novas adaptações ao texto.

5.2.2 Alterações feitas no texto original

Conforme especificado anteriormente, o trecho escolhido do 15º Edital Ceará de Cinema e Audiovisual para a primeira parte do estudo refere-se aos pontos 02, 08 e 09 do texto, relacionados aos objetivos e processo de inscrição no certame. As únicas alterações feitas no texto original foram o corte do trecho escolhido, a adequação da numeração das partes do texto e uma observação quanto ao período de inscrição, uma vez que o original não permite identificar essas datas sem informações complementares.

Para a adaptação às diretrizes de linguagem simples, o ponto 2.1 do texto original, que estava inserido dentro dos objetivos, foi colocado em evidência, como um elemento

introdutório; o trecho relacionado à conformidade com a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura e o alinhamento ao Programa de Desenvolvimento do Cinema e Audiovisual Cearense foi suprimido, uma vez que as mesmas informações estão presentes como objetivos do edital. A informação restante foi desmembrada em duas partes: a primeira tratou do que aqui foi compreendido como objetivo geral do edital e a segunda indicou o documento utilizado para firmar a parceria entre o projeto selecionado e a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. Ainda sobre esse primeiro trecho, optou-se por explicar que o Termo de Execução Cultural se trata de um documento, e a frase foi elaborada de forma a modificar o substantivo “celebração” por um verbo, tendo sido utilizada a expressão “tornar oficial”, que nos pareceu mais clara e direta.

Os objetivos específicos do edital foram listados dentro do tópico “objetivos”. No primeiro, a expressão “em âmbito estadual” foi substituída por “no estado”. No segundo, a parte que especifica o número da lei e sua data de publicação foi suprimida, uma vez que o nome da lei já está especificado e essa duplicidade da informação não nos pareceu relevante para as necessidades do público que receberia a informação, conforme menciona a diretriz 01 do Quadro 01.

No terceiro objetivo, a fim de transformar o substantivo “acesso” em verbo e deixar a estrutura frasal em uma ordem mais direta, optou-se por iniciar com o verbo “possibilitar” e deixar “a diversidade artística e cultural” como sujeito da oração seguinte. No quarto, “direitos culturais” passou a ser o sujeito da primeira estrutura oracional, logo, “promover” foi trocado pelo termo “tornar” e “acesso” foi substituído pelo adjetivo correspondente, “acessível”. Ainda nesse ponto, na oração seguinte, a expressão “sócio-econômico-culturais” foi desmembrada nos adjetivos “sociais”, “econômicas” e “culturais”, bem como foi excluído o termo “nas diversas regiões”.

O objetivo de número cinco foi reescrito e ficou em conformidade com a alteração que foi realizada no texto do Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural - havia o mesmo objetivo no texto do edital de 2022 e optamos por fazer a mesma alteração que foi realizada nessa época. Por fim, o sétimo objetivo foi reescrito de uma forma mais direta. Dessa maneira, “produções culturais e artísticas no Estado do Ceará” tornou-se sujeito da primeira oração, e os substantivos “diversidade”, “pluralidade” e “singularidade” foram substituídos por “diversas”, “plurais” e “únicas” - entendemos que o termo “único” é mais popular do que o termo “singular”.

A parte relacionada ao período de inscrição ficou em um tópico isolado e suas informações foram deixadas de forma mais simples e clara, especificando somente o fato de as inscrições serem gratuitas e o período exato em que poderiam ser realizadas.

As outras informações que no texto original pertenciam ao tópico “período de inscrição” no texto modificado ficaram em um tópico separado, intitulado “onde se inscrever”. Nessa parte, as informações em destaque referem-se ao fato de as inscrições serem somente on-line - esse termo foi corrigido, pois no original era escrito junto, mas o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) prevê a escrita separada por um hífen - e o endereço do site onde devem ser realizadas as inscrições. Como um ponto separado está a observação de que a Secult não aceita inscrições presenciais nem via Correios. Esse trecho foi reescrito de forma a ficar na ordem direta. Assim, o termo “Secretaria da Cultura do Estado do Ceará” ficou como sujeito da oração, e o verbo saiu da voz passiva para a voz ativa.

O tópico seguinte foi intitulado “informações importantes sobre a inscrição”. A primeira informação foi retirada do ponto anterior - que tratava das possíveis tentativas de inscrições presenciais e via Correios - e foi desmembrada, de forma a ficar separada. O vocábulo “verídicas” foi substituído por “verdadeiras” e “fornecidas no ato da inscrição” transformou-se em “na ficha de inscrição”.

No ponto seguinte, a sigla D.O.E foi substituída pelo termo a que se refere, Diário Oficial do Estado, bem como o período foi desmembrado em duas orações separadas, a primeira sobre o Diário Oficial e a segunda sobre a publicação das informações relevantes no site do Mapa Cultural. O termo “relevantes” foi substituído por “importantes”, e o exemplo do tipo de informação ficou separado por parênteses.

O terceiro ponto desse tópico leva em consideração a característica de diálogo com o interlocutor do texto especificada pela diretriz 10 do Quadro 02. Assim, ao invés de tratar esse público na terceira pessoa, optou-se por utilizar “você”. Dessa forma, o “agente cultural” foi substituído por “você” e “deverá estar devidamente cadastrado” foi reescrito como “precisará estar cadastrado”.

No ponto seguinte, “se” substituiu “no caso de” e, para deixar a oração em ordem direta e na voz ativa, optou-se por usar “uma pessoa física” como sujeito. Além disso, o trecho foi desmembrado, e a informação sobre a vinculação dos perfis de pessoa física e pessoa jurídica ficou em outro período. A informação foi reescrita e a expressão “os dois”, seguida da explicação entre parênteses sobre os dois se referir a “pessoa física e pessoa jurídica”, foi utilizada como sujeito, deixando o período em ordem direta.

No quinto ponto, a fim de usar uma comunicação dialógica, utilizou-se “você” como sujeito. Dessa forma, “para o (a/e) Agente Cultural que já tem cadastro no Mapa Cultural” tornou-se “se você já tem cadastro como agente cultural no Mapa Cultural”. Além disso, o trecho “orienta-se a atualização de informações” foi substituído por “é importante que você atualize suas informações”, também com o intuito de manter a proximidade dialógica entre os interlocutores do texto. Ainda nesse tópico, a observação sobre a importância de atualizar o contato veio entre parênteses, e a expressão “até a data de envio da inscrição” foi substituída por “antes da sua inscrição”, por entendermos ser mais clara e objetiva.

O último ponto também foi reescrito de maneira que a comunicação seja mais direta, também tendo sido utilizado o “você” como sujeito. O verbo “concordar” substituiu o substantivo “anuência”, tanto pelo fato de a diretriz 07 indicar a preferência por verbos em detrimento de substantivos abstratos como pelo fato de o termo “anuência” ser menos conhecido. Além disso, a informação sobre a importância de concordar com o Termo de Execução Cultural ficou destacado entre parênteses.

5.2.3 Verificação das mudanças no texto

Uma vez que as diretrizes para a escrita em linguagem simples não apontem regras específicas, mas direcionamentos que o texto deve seguir, entendemos que, pelo fato de a conversão do texto do experimento para linguagem simples ter sido realizado por uma única pessoa, possa existir subjetividade nesse processo. Dessa maneira, utilizamos um método automático de verificação, a fim de analisar a adequação do texto modificado e apontar possíveis modificações a serem ainda realizadas.

Foi utilizada, para isso, a ferramenta Índice de Linguagem Simples, da Associação Brasileira de Entidades Estaduais e Públicas de TIC (ABEPTIC), sistema desenvolvimento para automatizar a avaliação do uso de linguagem simples em interfaces textuais de apresentação de serviços digitais. Segundo Rodrigues et al. (2023), a ferramenta foi criada com a finalidade de medir a aderência dos portais de serviço dos governos estaduais e distrital às práticas de linguagem simples. Os autores destacam que as práticas avaliadas no índice consistem em diálogo direto com o público, uso de palavras de fácil entendimento do público-alvo, utilização de frases curtas, uso de elementos gráficos que ajudem no entendimento das informações, agrupamentos de informações que permitam ao leitor perceber mais facilmente o relacionamento entre elas e organização das informações de forma a deixar as mais importantes para a utilização do serviço em primeiro lugar.

Na ausência de métodos específicos de análise dos textos em linguagem simples em relação às diretrizes da lei cearense, a pesquisa desenvolveu uma forma aproximada de verificação, com base nos estudos de Rodrigues et al. (2023), que utilizam o Índice de Linguagem Simples para avaliar portais on-line de serviços governamentais.

Os dois textos - original e em linguagem simples - foram submetidos à avaliação pelo sistema e os resultados, apresentados no Quadro 2, trazem inicialmente uma média de todas as notas, intitulada como “Nota final do serviço”, e as avaliações, intituladas “O texto fala diretamente com seu público”, que analisa se os verbos das frases são orientados à segunda ou terceira pessoa do singular; “O título é curto e objetivo”, que analisa, na primeira frase do texto do serviço, se ela inicia com um verbo, se este se encontra no infinitivo e a quantidade de palavras do conteúdo; “As frases dos textos são curtas e indicam uma única ação”, a qual avalia se as frases do texto possuem apenas um verbo, com até 10 palavras de conteúdo; “O texto tem parágrafos curtos”, que verifica se os parágrafos são curtos e objetivos; “O texto utiliza o tempo presente do verbo”, cujo título é autoexplicativo; “O texto utiliza caracteres especiais”, a qual considera tabelas, marcadores e outros elementos gráficos para fins de avaliação, e “O vocabulário está de fácil entendimento”, que verifica se as palavras utilizadas são de uso comum e de fácil entendimento, considerando o número de letras que compõem as palavras avaliadas. As notas variam de 0 (zero) a 5 (cinco).

Quadro 2: Notas da avaliação dos textos no Índice de Linguagem Simples

TEXTO ORIGINAL		TEXTO EM LINGUAGEM SIMPLES	
Nota final do serviço	2	Nota final do serviço	3
O texto fala diretamente com seu público	4	O texto fala diretamente com seu público	4
O Título é objetivo e curto	0	O Título é objetivo e curto	0
As frases dos textos são curtas e indicam uma única ação	0	As frases dos textos são curtas e indicam uma única ação	1
O texto tem parágrafos curtos	3	O texto tem parágrafos curtos	5
O texto utiliza o tempo presente do verbo	2	O texto utiliza o tempo presente do verbo	2

O texto utiliza caracteres especiais	5	O texto utiliza caracteres especiais	5
O vocabulário está de fácil entendimento	2	O vocabulário está de fácil entendimento	3

Fonte: Elaborado pela autora

O Índice de Linguagem Simples também oferece uma avaliação detalhada dos elementos analisados, em que cada avaliação é indicada por uma cor, a qual fica ressaltada na parte do texto que necessita de alteração, conforme a avaliação realizada pelo sistema. A Figura 1 exemplifica como esse detalhamento é oferecido.

Figura 1: Avaliação do texto em linguagem simples com as cores relacionadas aos elementos analisados no Índice de Linguagem Simples

The screenshot shows a web-based tool for evaluating text simplicity. On the left, there's a sidebar with options like 'Avaliar serviço', 'Linguagem Simples', 'Avaliador', and 'Avaliar arquivos'. The main area has a text input field labeled 'Texto da carta de serviço:' containing the text of the 15th Cinema and Audiovisual Call. To the right, there are three colored boxes with evaluation results:

- A green box at the top says 'Nota Final do Serviço 3' with a 3-star rating and a link to 'Ver avaliações'.
- A blue box below it says 'O texto fala diretamente com seu público.' with a score of 4, a 4-star rating, and links to 'Ver avaliações' and 'Sair da nota'.
- An orange box at the bottom says 'O título é objetivo e curto.' with a score of 0, a 0-star rating, and links to 'Ver avaliações' and 'Sair da nota'.

At the bottom of the interface, there are logos for 'abep-tic' and 'Instituto Federal do Ceará'.

Fonte: <https://linguagem-simples.abep-tic.org.br/> (com adaptações)

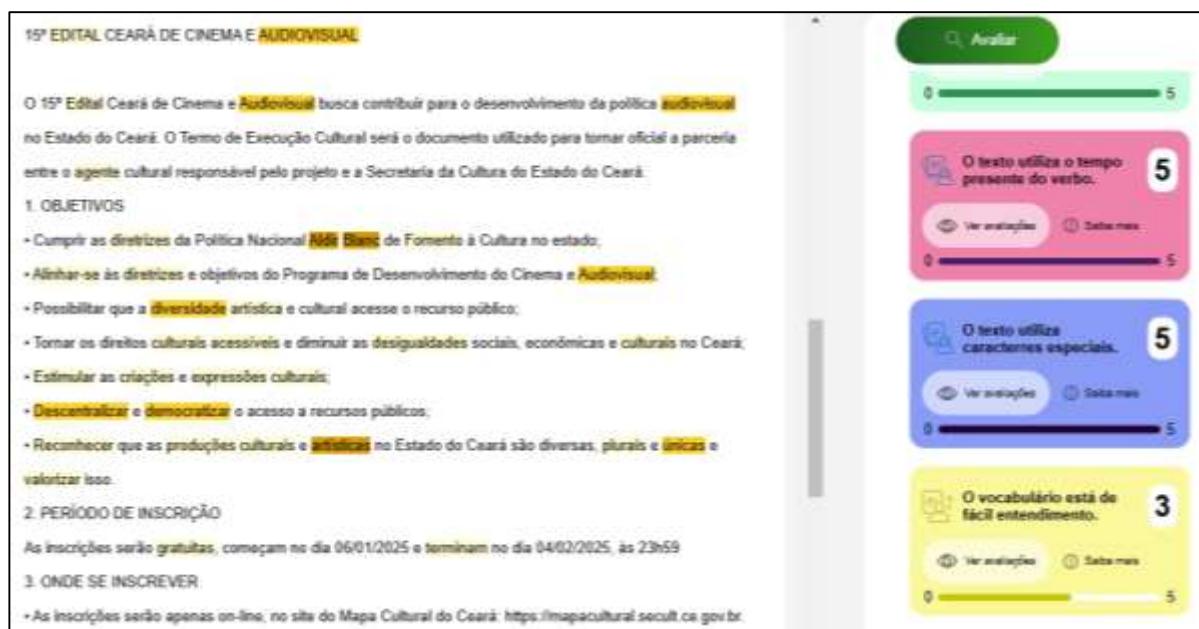
Optamos por focar na categoria avaliativa que verifica o vocabulário utilizado no texto, se este é de fácil entendimento. A categoria “O texto fala diretamente com seu público” foi desconsiderada nessa fase por já ter conseguido nota 4 (quatro). Quanto a “O título é objetivo e curto”, não poderíamos fazer adaptações no nome do edital, então essa categoria não foi considerada. A categoria “As frases dos textos são curtas e indicam uma única ação” verifica se as frases do texto possuem apenas um verbo e têm até 10 palavras de conteúdo. Entendemos que os desmembramentos possíveis no texto original haviam sido realizados e que mais cortes para encurtar as orações poderiam resultar na perda de informações

importantes. Em “O texto tem parágrafos curtos” e “O texto utiliza caracteres especiais” foi obtida a pontuação máxima. A categoria “O texto utiliza o tempo presente do verbo” foi desconsiderada por não estar contemplada nas diretrizes da lei estadual que orientam o presente trabalho.

Assim, o sistema indica que a avaliação da categoria “O vocabulário está de fácil entendimento” pode classificar a palavra como de uso comum - nesse caso, o termo não é sublinhado por nenhuma cor -, incomum - o termo é sublinhado por um amarelo claro -, difícil - o tom amarelado do sublinhado fica mais escuro - ou muito difícil - o tom de amarelo do sublinhado fica mais escuro e com um sombreado. Dessa forma, submetemos o texto em linguagem simples a essa avaliação em específico e analisamos as observações, levando em consideração a população da presente pesquisa e sua experiência com textos de editais culturais.

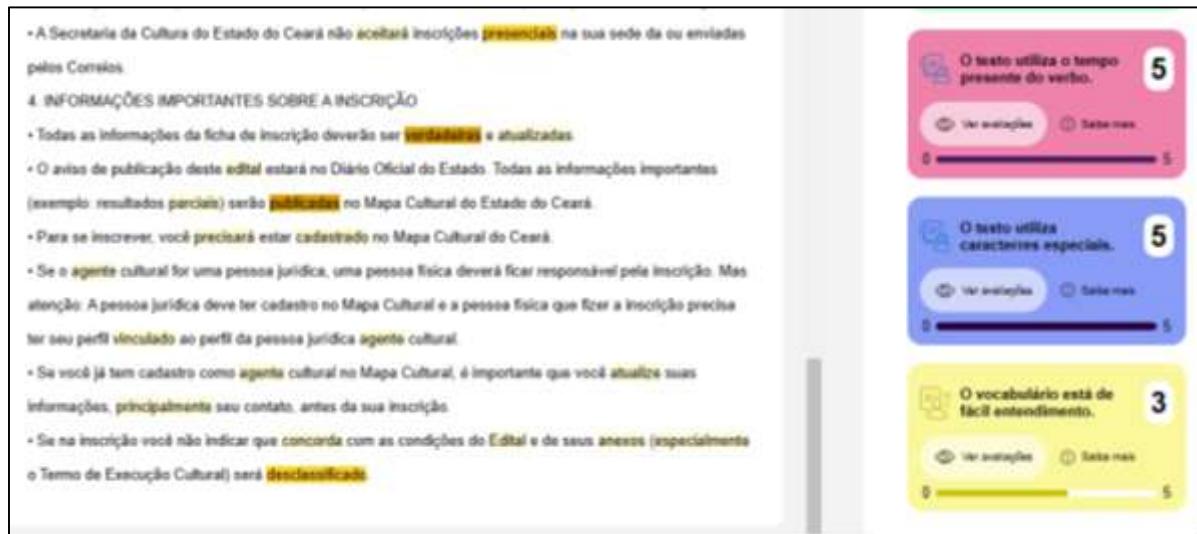
As figuras 2 e 3 mostram a análise do texto quanto ao vocabulário utilizado.

Figura 2: Análise do texto em linguagem simples quanto ao vocabulário utilizado – 1



Fonte: <https://linguagem-simples.abep-tic.org.br/> (com adaptações)

Figura 3: Análise do texto em linguagem simples quanto ao vocabulário utilizado - 2



Fonte: <https://linguagem-simples.abep-tic.org.br/> (com adaptações)

Analisamos as palavras indicadas na avaliação do Índice de Linguagem Simples como difíceis e muito difíceis e entendemos que pertencem ao contexto de quem participa de editais culturais, sendo, provavelmente, de conhecimento da população do estudo. Esses vocábulos estão listados no Quadro 3. Optamos, então, por não as modificar.

Quadro 3: Palavras apontadas na avaliação de vocabulário como de difícil entendimento do Índice de Linguagem Simples

PALAVRAS APONTADAS NA AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE LINGUAGEM SIMPLES	
Incomum	edital, desenvolvimento, agente, secretaria, diretrizes, fomento, alinhar, artística, culturais, acessíveis, desigualdades, estimular, criações, expressões, reconhecer, produções, plurais, valorizar, gratuitas, terminam, on-line, aceitará, enviadas, atualizadas, parciais, precisará, cadastro, agente, física, vinculado, atualize, principalmente, concorda, anexos, especialmente.
Difícil	audiovisual, diversidade, descentralizar, democratizar, únicas, presenciais, jurídica, desclassificado.
Muito difícil	Aldir, Blanc, artísticas, verdadeiras, publicadas.

Fonte: Elaborado pela autora

O texto original e o reescrito em linguagem simples encontram-se nos apêndices.

5.2.4 Execução do experimento

Os dois momentos da pesquisa – o experimento e a entrevista – foram realizados na mesma reunião do Google Meet com cada participante⁶. Dessa forma, o encontro era iniciado com o experimento, seguido da entrevista. Inicialmente o objetivo do estudo era novamente apresentado ao participante, e as suas etapas explicadas, a fim de esclarecer o procedimento metodológico.

Em seguida, o participante recebia o texto em PDF por WhatsApp e era solicitado que ele informasse o momento do início da leitura e o momento final, deixando claro que o tempo dessa leitura seria marcado.

Após a leitura, o participante recebia também por mensagem de WhatsApp o link do questionário no Google Forms, o qual iniciava com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e pedia a leitura e anuência deste - esse passo era informado com antecedência. Solicitava-se que o participante respondesse ao questionário sem consultar o texto que havia acabado de ler, a fim de analisar a retenção de informações em cada tipo de leitura e se havia diferença entre os resultados dos dois textos.

Finalizada a primeira tentativa de responder o questionário, era solicitado que o participante respondesse novamente, dessa vez conferindo todas as respostas no texto lido. Solicitava-se, nesse momento, que o participante informasse o início e o fim dessa ação, objetivando marcar seu tempo de realização. A finalidade dessa parte do experimento era analisar a facilidade de detecção das informações em cada um dos textos.

Após o envio dessa segunda tentativa de responder ao questionário, o participante era informado que o experimento estava finalizado e a entrevista tinha início.

As variáveis observadas nesse primeiro momento da pesquisa têm relação com as análises de Pires (2021) em um estudo experimental para aferir a comprehensibilidade de informações sobre o benefício Auxílio-doença do INSS. A autora reforça que “as diretrizes de

⁶ A primeira entrevista ocorreu no dia 07 de fevereiro de 2025, iniciando às 16h10. A segunda foi em 08 de fevereiro de 2025, com início às 18h. A terceira entrevista foi realizada em 09 de fevereiro de 2025, às 18h 30. A quarta e a quinta entrevistas ocorreram no mesmo dia, 10 de fevereiro de 2025 – uma às 9h e a outra às 14h30. A quinta entrevista foi realizada em 13 de fevereiro de 2025, com início às 10h30. A duração dos encontros – experimento e entrevista – tinha duração entre 40 minutos e uma hora e 10 minutos.

Linguagem Simples procuram reduzir os custos de processamento mental, otimizar o uso da memória de trabalho e facilitar a computação sintática, contribuindo para a boa integração de informações durante a leitura” (Pires, 2021, p. 140).

Dessa forma, em seu estudo, ela observou variáveis como número de acertos em um teste de compreensão após a primeira leitura do texto que utilizou como objeto de sua pesquisa, número de releituras necessárias para conferir e/ou modificar as respostas e o tempo total para analisar e responder o teste de compreensão que aplicou. A autora encontrou resultados com diferença significativa para as três variáveis, considerando a diferença entre o mesmo texto lido em sua forma padrão - à qual ela chama de Texto Burocratês - e na versão escrita em linguagem simples.

Assim, uma vez que a linguagem simples se apresente como ferramenta que favorece o processamento mental (Pires, 2021), foram observadas, na primeira parte do presente estudo, as seguintes variáveis:

- Tempo total de leitura do texto;
- Quantidade de acertos no questionário após a primeira leitura;
- Tempo total para a finalização da segunda tentativa de responder o questionário, consultando as respostas no texto.

O texto utilizado para o experimento tinha uma diferença de tamanho em suas versões original e em linguagem simples, ainda assim, optamos por medir o tempo de leitura inicial do texto, a fim de analisar se a diferença entre o tempo das duas leituras era significativa. Quanto ao tempo para a finalização da segunda tentativa de responder o questionário consultando as respostas no texto lido, a análise pretendia observar se havia uma maior facilidade de localização das informações no texto em linguagem simples. E a quantidade de acertos no questionário após a primeira leitura pretendia observar se o texto em linguagem simples traria benefícios quanto ao uso da memória de trabalho.

Os resultados encontram-se no capítulo seguinte.

5.3 Entrevista

A segunda parte da pesquisa de campo consistiu em uma entrevista realizada após a aplicação da primeira parte, ainda na mesma reunião pelo Google Meet. Quanto ao roteiro para a entrevista, além de informações sobre a experiência na participação de editais públicos (para identificar se já existe familiaridade com o gênero textual em questão e a padronização

de sua linguagem), as perguntas objetivavam permitir que o entrevistado expressasse sua percepção quanto às mudanças implementadas no texto e a influência dessas mudanças em seu processo de participação no edital (elaboração do projeto e inscrição no certame).

Além desses pontos, a pretensão era identificar o que levou - em caso de resposta afirmativa - o participante a entender que a mudança no edital tenha exercido influência em seu processo participativo. Os resultados dos dois momentos da pesquisa foram relacionados, a fim de analisar se a percepção dos participantes tinha relação com o que foi observado na análise da interação com os textos original e em linguagem simples.

Uma vez que a pesquisa utilizou os dados do experimento e os resultados da entrevista, a integração entre os dois processos se deu pela abordagem da triangulação, de forma que os resultados dos dois métodos foram comparados, a fim de analisar se suas conclusões corroboram.

As respostas para as perguntas realizadas durante a entrevista foram observadas relacionando os elementos que correspondessem aos seguintes tópicos: experiência com editais; opinião positiva (em que o entrevistado apresentava uma opinião positiva sobre o uso da linguagem simples no texto); elemento tempo (em que o entrevistado percebia o aspecto da economia de tempo como parâmetro de comparação com os textos não escritos em linguagem simples); elemento interpretação (em que o entrevistado apresentava a clareza na interpretação e o não surgimento ou o surgimento em menor quantidade de dúvidas nos textos escritos em linguagem simples quando comparados a textos que não utilizam essas diretrizes na escrita); participação (em que o entrevistado apontava a influência da linguagem simples em seu processo de participação no edital em questão - participação aqui compreendida nos momentos de escrita do projeto e inscrição no certame) e críticas (em que os entrevistados teceram críticas à política de utilização da linguagem simples ou a algum aspecto relacionado a ela).

Vale ressaltar que a contribuição da presente pesquisa está em tentar sair do âmbito da adaptação dos textos em linguagem simples – sua montagem – e se inserir na percepção dessa adaptação pelo público que recebe esses textos. Também há relevância no âmbito da avaliação de uma política pública ainda incipiente no estado (a Política Estadual de Linguagem Simples), em uma discussão mais aprofundada sobre o uso dessa política pública como ferramenta de comunicação e na compreensão da participação num sentido mais amplo.

Buscamos, dessa forma, um alinhamento com o que expressa Lejano (2012) quando aponta que precisamos nos esforçar mais seriamente para entrar no mundo das pessoas para as quais a política está sendo moldada, de forma a não maisvê-las como

receptoras passivas dessas políticas. Esse alinhamento nos leva também a colocar a participação como elemento central do presente estudo, entendendo o cidadão como protagonista no contexto das políticas públicas.

O roteiro para a entrevista encontra-se no apêndice.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas e o experimento foram realizados, conforme supracitado, com os representantes de projetos selecionados para o Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural de 2022 que aceitaram o convite para participar da pesquisa. O Quadro 4 traz uma caracterização do perfil dessas pessoas – os critérios de descrição são de autodeclaração. Os próprios entrevistados forneceram uma minibiografia, para a qual foram solicitadas informações sobre gênero, idade, formação, experiência na área cultural e outras que os próprios participantes achassem relevantes.

Quadro 4: Perfil dos participantes da pesquisa

PARTICIPANTE	PERFIL
Entrevistado 1	Homem, 59 anos, trabalha na divulgação da cultura tradicional dos povos de terreiro no tocante à umbanda, desenvolvendo atividades espirituais, culturais e sociais em Fortaleza.
Entrevistada 2	Mulher preta, 37 anos, educadora popular, arte-educadora, produtora cultural e artista visual urbana. Bacharela em Serviço Social e pós-graduada em Alfabetização e Letramento, além de Serviço Social na Educação. Atua na captação de recursos e na gestão de projetos socioculturais.
Entrevistado 3	Homem, 46 anos, atua na área de cultura popular, com a qual tem experiência desde a infância, pela influência do pai. Seu trabalho se inere na esfera de produção de manipulação de bonecos feitos com material reciclado, bem como em ministrar oficinas de confecção desses bonecos.
Entrevistado 4	Homem, 35 anos, mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável, com Aperfeiçoamento Técnico em Projetos Culturais. Atualmente trabalha como bibliotecário em uma universidade, tem experiência como consultor de projetos e facilitador de treinamentos sobre projetos sociais e culturais, com ênfase na mobilização de recursos e desenvolvimento estratégico de ações sociais.

Entrevistado 5	Homem, 33 anos, autor e editor. Formado em Odontologia, atua como servidor público e profissional liberal desde 2014. Fundou uma companhia teatral em 2006, onde realiza atividades de ator, diretor e dramaturgo, além de produtor cultural.
Entrevistada 6	Mulher indígena, 26 anos, graduada em Serviço Social. Faz parte do Núcleo de Jovens Monitores de um museu indígena e da Articulação da Juventude, sendo também coordenadora da biblioteca comunitária criada com o recurso do edital de 2022. Atua como comunicadora indígena, desenvolvendo ações com objetivo de valorizar e fortalecer a luta do movimento indígena em prol da conquista e garantia dos direitos para o seu povo.

Fonte: Elaborado pela autora

Como pode ser observado no Quadro 4, todos os participantes têm experiência com atividades culturais, sendo habituados aos trâmites burocráticos e linguagem utilizada em editais da área.

Após a realização do experimento, obtivemos os dados apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Resultados do experimento

Identificação	Tipo de texto	Tempo de leitura (segundos)	Acertos primeira tentativa	Tempo conferindo respostas	Acertos segunda tentativa
Entrevistado 1	Original	157	6	923	8
Entrevistado 2	Linguagem Simples	85	7	323	7
Entrevistado 3	Original	338	6	552	6
Entrevistado 4	Linguagem Simples	62	8	187	8

Entrevistado 5	Original	124	6	207	7
Entrevistado 6	Linguagem Simples	66	6	276	8

Fonte: Elaborado pela autora

Vale ressaltar que os textos tinham uma diferença de tamanho. Enquanto o original tinha 450 palavras, a versão em linguagem simples tinha 356.

6.1 Tempo

A média do tempo de leitura do texto original foi de 206 segundos, enquanto o texto em linguagem simples teve média de leitura de 71 segundos.

Quanto ao tempo necessário para responder ao questionário consultando as informações no texto, a média de tempo entre os participantes que usaram o texto original foi de 560 segundos, enquanto a média dos que utilizaram o texto em linguagem simples foi de 262 segundos.

Os resultados do experimento no que concerne à diferença de tempo necessário para ler um texto em linguagem simples ou procurar informações nele, quando comparado ao texto que não usa essas diretrizes de escrita corroboram com as respostas dos participantes quando perguntados sobre possíveis benefícios do edital de 2022 escrito em linguagem simples à sua participação no certame.

Ganho de tempo, né? É, a gente ganha tempo. A gente não vai precisar ficar se atentando e levando tanto tempo na leitura. A gente já vai se dedicar aquele tempo para outra coisa. Por exemplo, para o plano de trabalho, para os orçamentos, que é uma coisa bem chata, né? Por exemplo, a gente pode levar mais tempo fazendo isso do que propriamente só lendo o edital (Entrevistada 2).

Então simplificar a, a leitura, simplificar a linguagem é muito urgente principalmente num... num período em que as pessoas não têm tempo, né? E que... o serviço público melhorou bastante, já que você tá fazendo avaliação de políticas públicas, mas ele ainda segue alguns ritos burocráticos (Entrevistado 4).

Até no sentido, principalmente, da gente localizar informações, né? De uma forma um pouco mais prática. Então, acho que essa é a principal motiva, assim, né? Quando a gente vai buscar informação, a gente meio que já sabe onde está, né? Geralmente, tem um sumariozinho ali, já que linka direto, tem um hyperlink às vezes, né? Então, isso facilita demais essas informações (Entrevistado 5).

A Entrevistada 6 relatou que o grupo do qual faz parte estava na época construindo projetos para mais dois editais e que o fato de o Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural ter sido publicado em linguagem simples permitiu que em um único dia estudassem a proposta do certame e decidessem construir um projeto para participar dele.

Assim, percebe-se que a economia de tempo para a leitura e interpretação do texto em linguagem simples teve influência na participação dos entrevistados.

A triangulação entre os resultados do experimento, da entrevista e da pesquisa bibliográfica encontra-se resumida no Quadro 5.

Quadro 5: Triangulação dos resultados da variável tempo

VARIÁVEL TEMPO	
MÉDIA DE LEITURA TEXTO ORIGINAL	MÉDIA DE LEITURA TEXTO EM LINGUAGEM SIMPLES
206 SEGUNDOS	71 SEGUNDOS
MÉDIA TEMPO PARA PESQUISAR RESPOSTAS TEXTO ORIGINAL	MÉDIA TEMPO PARA PESQUISAR RESPOSTAS TEXTO EM LINGUAGEM SIMPLES
560 SEGUNDOS	262 SEGUNDOS
OS ENTREVISTADOS CITARAM ECONOMIA DE TEMPO PARA A LEITURA E INTERPRETAÇÃO DO TEXTO EM LINGUAGEM SIMPLES COMO FATOR DE INFLUÊNCIA EM SUA PARTICIPAÇÃO	
A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA APONTA REDUÇÃO DE TEMPO NECESSÁRIO PARA REALIZAR A LEITURA COMO ELEMENTO DE DESTAQUE PARA TEXTOS EM LINGUAGEM SIMPLES	

Fonte: Elaborado pela autora

6.2. Compreensão

Em relação aos acertos no questionário na primeira tentativa, sem consultar as respostas no texto, a média de acertos dos leitores do texto original foi de 6, enquanto a média dos leitores do texto em linguagem simples foi de 7, uma diferença de 14,28%. Uma

facilidade de interpretação das informações nos textos em linguagem simples também foi apontada pelos participantes como fator que influenciou sua participação na construção do projeto e no ato da inscrição em 2022: “Por ele ser menos burocrático, ele se torna mais fácil a compreensão dele, né? E aí, aberto à diversidade, a outros públicos. Não só aquele público específico, mas como também a linguagem geral, no termo” (Entrevistado 1).

Só que foi tão esclarecedora, as informações lá estavam tão esclarecedoras, de forma que a linguagem da leitura estava tão mais acessível que, assim, eu mesma que disse assim, não, eu vou submeter um ofício para lá, para eles ficarem cientes que a biblioteca tem um nome agora [...] Eu olhava os editais, mas, pra mim, era tão fora da curva, que eu não conseguia compreender nada. (Entrevistada 6).

Porque tem editais, misericórdia mesmo, tem editais que só Deus na causa. Eles pedem até o atestado de óbito. Agora estão mais fáceis os editais do que antes, há 10 anos atrás era muito complicado, era muito mais difícil, muito mais difícil mesmo [...] Tem vários editais aí, mas os mestres não ganham, eles não ganham, porque eles não sabem escrever, são simples, entendeu, e botando um edital simples, o neto faz, uma filha faz, ou um vizinho faz [...] Aí tendo um edital, como você falou aí, mais simples, é melhor, uma linguagem mais simples, para as perguntas mais simples, porque tem muita pergunta aqui. (Entrevistado 3).

Geralmente, a gente tem fóruns de debate pra quem trabalha com essa questão de projeto. Geralmente, um vai auxiliando um ao outro. Eu noto que, depois disso, acho que mudou, diminuiu um pouquinho as perguntas nesses fóruns, né? [...] As dúvidas sempre tem, mas se soluciona de forma um pouco mais prática, né? (Entrevistado 5).

Pode-se perceber, assim, que a clareza na transmissão das informações pretendida pela linguagem simples foi observada pelos participantes como um fator de influência em sua participação, uma vez que houve menos dúvidas do que era observado em editais anteriores e mais segurança no que deveriam ser os pontos abordados nos projetos inscritos e no próprio ato de inscrição.

A triangulação entre os resultados do experimento, da entrevista e da pesquisa bibliográfica em relação à variável compreensão encontra-se resumida no Quadro 6.

Quadro 6: Triangulação dos resultados da variável compreensão

VARIÁVEL COMPREENSÃO	
ACERTOS NA PRIMEIRA TENTATIVA COM TEXTO ORIGINAL (MÉIDA)	ACERTOS NA PRIMEIRA TENTATIVA COM TEXTO EM LINGUAGEM SIMPLES (MÉDIA)
6	7
ACERTOS CONFERINDO AS	ACERTOS CONFERINDO AS

RESPOSTAS COM TEXTO ORIGINAL (MÉDIA)	RESPOSTAS COM TEXTO EM LINGUAGEM SIMPLES (MÉDIA)
7	7,6
FACILIDADE DE INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NOS TEXTOS EM LINGUAGEM SIMPLES FOI APONTADA PELOS PARTICIPANTES COMO FATOR QUE INFLUENCIOU SUA PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO E NO ATO DA INSCRIÇÃO	
A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA APONTA MAIOR FACILIDADE DE COMPREENSÃO DAS INFORMAÇÕES DE TEXTOS EM LINGUAGEM SIMPLES	

Fonte: Elaborado pela autora

6.3 Críticas

Um ponto citado por alguns entrevistados diz respeito ao fato de a burocracia presente na interação da sociedade com entes públicos afastar uma parcela da população, o que não se resume à linguagem utilizada, mas tem esta como uma ferramenta também de distanciamento. Sobre o assunto, um dos participantes apontou que o processo como um todo “tem que ser muito mais simples, porque os mestres não ganham, o que a gente sabe fazer, os netos, os filhos, tem que pagar uma produtora e a produtora, ela ganha metade do valor do edital” (Entrevistado 3).

Outros participantes pontuaram a dificuldade de construção dos projetos por parte dos responsáveis pelas ideias, tendo que terceirizar, muitas vezes, essa ação. O entrevistado 4 exemplificou essa situação ao relatar estar escrevendo um projeto para uma família circense que trabalha há mais de 20 anos com cultura, mas que não é letrada e, consequentemente, não tem acesso diretamente aos editais culturais e precisa delegar a outras pessoas a responsabilidade de construção e inscrição dos projetos, nos quais ficam responsáveis apenas pela execução, o que acaba reduzindo o recebimento do recurso, pois precisa ser dividido com quem se responsabiliza oficialmente pelo projeto.

A desburocratização de todo o processo dos editais, não apenas a linguagem, é apontada por alguns entrevistados como direcionamento para solucionar essa problemática.

Mas esse projeto, o fato também de eu ter tido a independência de poder construir, sabe? Porque, assim, por muito tempo, Carmem, eram as outras pessoas que construíam os projetos para a gente, os territórios tradicionais. Então, isso vale

muito ser acrescentado, e eu ressalto bastante nas vezes que eu tenho de dialogar com as pessoas sobre como foi esse processo. Porque, por muito tempo, as pessoas escreviam para nós, como que a gente não tivesse o conhecimento de escrever, sabe? E a gente... E imagina se na época eu tinha o quê? Eu tinha... Eu estava na faculdade já, nesse período, mas com muito medo ainda, porque a gente tinha acabado de entrar na faculdade, né? E aí, nesse processo, eu ficava assim, “Não, eu não vou” (Entrevistada 6).

Acho que o que falta mesmo é a desburocratização dentro mesmo do setor. Desburocratizar o próprio órgão. Você viver na cultura é complicado, porque você faz um projeto hoje, se você for eleito, se você ganhar, aí vem a burocracia danada para receber, para você prestar conta. Acho que o que tem que ser feito é essa desburocratização do lançamento do projeto... Do processo todo, não é? Até o fechamento de conta (Entrevistado 1).

Ele melhorou bastante em descentralizar algumas informações, em pulverizar a... em fazer live tira-dúvidas, não sei o quê... Mas às vezes, né, faz... reproduzindo aqui falas de alguns amigos artistas, não são produtores, o artista ele não quer saber da planilha, ele não quer saber de, é... responder burocracia. Ele quer apresentar o processo criativo dele. Então, a lógica de um músico, de um artesão ela é completamente diferente disso que ele precisa preencher nesse formulário (Entrevistado 4).

Essa linguagem edital é muito burocrática, né? Muito burocrática. Acaba espantando o artista que, no geral, não nasceu para essa burocracia, né? Tem que aprender a ser esse burocrata, esse produtor, né? (Entrevistado 5)

Outro ponto abordado pelos participantes diz respeito ao fato de, mesmo estando em linguagem simples, a comunicação ficar comprometida, se a divulgação dos projetos e processos não abranger a totalidade da população que possa estar interessada na informação: “O recurso pra democratizar o acesso existe, as políticas estão sendo desenhadas, mas ela ainda não tá chegando a quem de direito” (Entrevistado 4).

Porque assim, é... Não é todo mundo. Se você parar pra pensar, você pegar um.. é... pessoas jovens, sabe? E perguntar, você sabe onde tem editais? Se sabe onde, onde, é... em quais sites pesquisar isso? Em ler até o próprio edital, não é todo mundo. É, a gente imagina que todo mundo sabe, porque tem uma linguagem acessível, mas não é (Entrevistada 6).

Quando perguntados sobre sua opinião acerca da influência que esse tipo de texto possa ter na participação de pessoas não habituadas à burocracia presente na linguagem dos editais, houve consenso de que esse tipo de linguagem tende a democratizar a participação desse público, uma vez que a linguagem não se apresenta como barreira para essas pessoas.

Sim, ela faz. Faz muita diferença. [...] Aí, por exemplo, a pessoa vai pegar um edital, tem vontade de escrever, aí ela vai lá para a linguagem simples, ela já não vai se assustar, o texto não vai assustar. Ela vai ter o primeiro contato com o texto, não vai ser esse texto aqui que a gente está acostumado, esse texto difícil. Aí eu acredito que já não vai ser uma barreira. De alguma forma já vai chamar, já vai incentivar. Aí a

pessoa vai se aprofundando, vai lendo, aí dependendo de quem seja a pessoa, ela vai ficar instigada (Entrevistada 2).

Em suma, os entrevistados relataram ter percebido a modificação do Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural para linguagem simples com bons olhos, devido ao fato de precisarem de menos tempo dedicado à leitura do texto e pela organização visual que este apresentava também. Os relatos se baseiam ainda no fato de terem percebido mais clareza nas informações, o que permitiu a construção dos projetos de forma mais célere e mais direcionada aos requisitos que seriam analisados nas propostas.

No entanto, para os participantes, a cultura de desburocratização deve ultrapassar os limites da linguagem, de forma a tornar todo o processo mais fácil, democrático e com ampla divulgação, para assim realmente permitir a participação de qualquer pessoa que se interesse pela área.

Os resultados das entrevistas e sua relação com a pesquisa bibliográfica no que tange às críticas encontram-se resumidos no Quadro 7.

Quadro 7: Resumo das críticas e sua relação com a pesquisa bibliográfica

CRÍTICAS	
FONTE	RESULTADO
ENTREVISTAS	A BUROCRACIA DOS EDITAIS CULTURAIS NÃO SE LIMITA À LINGUAGEM
ENTREVISTAS	A DIVULGAÇÃO DOS EDITAIS É RESTRITA A DETERMINADOS MEIOS DE INFORMAÇÃO
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	REFORMA NO PAPEL DO ESTADO COM EQUIDADE DOS RESULTADOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO UM DOS EIXOS – DESCENTRALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	REPERTÓRIOS BUROCRÁTICOS DE INTERAÇÃO COMO RESPONSÁVEIS PELA INCORPOERAÇÃO DESIGUAL DE PROCESSOS PARTICIPATIVOS NO INTERIOR DE GOVERNOS
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO RESPOSTA A UM ANSEIO COLETIVO POR UMA

	COMUNICAÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA, PARTICIPATIVA E EQUÂNIME
--	---

Fonte: Elaborado pela autora

Esse cenário dialoga com a ideia de Farah (2001) acerca dos elementos necessários para a equidade dos resultados das políticas públicas proposta pela reformulação do Estado. Uma vez que a democratização seja condição para chegar a esse ponto – tendo descentralização e participação como propostas que se destacam –, a criação de uma cultura de desburocratização do processo de inscrição e participação de editais culturais apresenta-se como ferramenta essencial nesse processo.

As possibilidades de interpretação da discussão levantada na trajetória da presente pesquisa estão resumidas no Quadro 8.

Quadro 8: Interpretações da trajetória da pesquisa

INTERPRETAÇÕES DA TRAJETÓRIA DA PESQUISA
O TEXTO EM LINGUAGEM SIMPLES POSSIBILITOU UMA ECONOMIA DE TEMPO QUE TEVE INFLUÊNCIA DIRETA NA PARTICIPAÇÃO NO EDITAL
A FACILIDADE DE INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRESENTES NO TEXTO EM LINGUAGEM SIMPLES FOI UM FATOR QUE INFLUENCIOU A PARTICIPAÇÃO NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO E NO ATO DA INSCRIÇÃO
EXISTE A NECESSIDADE DE DESBUROCRATIZAÇÃO DE TODO O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO NOS EDITAIS CULTURAIS, NÃO SE RESUMINDO À LINGUAGEM DO TEXTO DESSES DOCUMENTOS
UMA VEZ QUE SÃO A DEMOCRATIZAÇÃO DO RECURSO PÚBLICO DESTINADO À CULTURA, A DIVULGAÇÃO DOS EDITAIS PRECISA SER MAIS AMPLA E CHEGAR A TODOS OS POSSÍVEIS INTERESSADOS

Fonte: Elaborado pela autora

6.4 Limitações e possibilidades da pesquisa

O presente estudo tinha como principal objetivo analisar a influência do texto escrito em linguagem simples no processo inicial de participação (produção do projeto e

inscrição) do Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural de 2022. Para tanto, a participação de mais pessoas contempladas traria resultados mais robustos para o trabalho, principalmente para que houvesse mais dados a serem comparados nos dois procedimentos metodológicos implementados na pesquisa. A participação dos responsáveis por trabalhos inscritos e não contemplados também teria sido muito mais interessante para a execução da pesquisa, uma vez que ajudaria a medir as percepções sem o viés da avaliação positiva por ter conseguido aprovação para o projeto inscrito.

No entanto, no primeiro caso, esbarramos com a pouca aderência dos contemplados, que estavam ocupados com outros projetos ou não demonstraram interesse em participar do estudo. No caso dos não contemplados, a burocracia do ente público dificultou esse acesso, uma vez que a solicitação de informações para a Secretaria de Cultura sobre os projetos não selecionados ainda não tinha sido analisada no período de coleta dos dados para esta pesquisa.

No âmbito do experimento, entendemos que o meio virtual não é o ideal para aplicá-lo, uma vez que não se pode controlar variáveis relacionadas ao meio físico utilizado para realizá-lo (celular ou computador) e ruídos externos que podem prejudicar o andamento da pesquisa.

Por outro lado, a realização do experimento de forma on-line permitiu que a pesquisa de campo chegassem a pessoas que não seriam contempladas caso fosse realizada presencialmente, uma vez que não moram na cidade da pesquisadora e havia a impossibilidade de, no período da pesquisa, qualquer um dos dois (pesquisadora e entrevistados) viajar para concretizar o encontro presencial.

Ainda nesse contexto, outras pesquisas têm feito uso do formato de encontro on-line para aprofundar os estudos na área da linguagem simples, de forma a permitir que os resultados a serem analisados não sofram limitações geográficas. O estudo de Pires (2021) com pós-graduados acerca dos benefícios da linguagem simples para um público com maior escolarização é um exemplo.

Além disso, faltou um método de verificação da velocidade de leitura dos participantes, visto que as diferenças subjetivas no modo de leitura dos participantes podem influenciar o resultado dos parâmetros medidos no experimento.

A ferramenta utilizada para conferir a versão simplificada do texto do experimento também não se mostrou a ideal, visto que não foi criada para medir o uso específico das diretrizes estabelecidas pela Política Estadual de Linguagem Simples do Ceará.

No entanto, uma vez que as diretrizes diferem nos vários lugares que implementam a linguagem simples, não existe ferramenta específica para o caso da legislação cearense.

Em futuros trabalhos que objetivem utilizar este como referência, recomenda-se atentar para esses elementos e adaptar as ferramentas utilizadas, a fim de obter melhores resultados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados de pesquisas com textos escritos em linguagem simples apontam para uma economia no tempo necessário para realizar a leitura e para uma redução de problemas de interpretação, uma vez que as informações são apresentadas com mais clareza (Kimble, 1995; Cuesta, Reyes e Roseth, 2019; Garwood, 2014; Fisher, 2017; Pires, 2021).

Assim, já que a bibliografia sobre a temática aponta a implementação de políticas públicas que forneçam diretrizes efetivas para a promoção de uma comunicação dialógica como fator fundamental para o exercício da cidadania (Sena 2020; Jorge Duarte, 2011), as mudanças discursivas propostas pela Política Estadual de Linguagem Simples são um instrumento de comunicação pública (Araújo, 2022).

Diante desse cenário, em um contexto de comunicação pública que preza pelos preceitos de participação, cidadania e interesse público, a linguagem simples pode ser utilizada como ferramenta de democratização de informações, uma vez que tem como princípio o foco no público a quem se destina e o entendimento de que documentos mais claros podem melhorar o acesso das pessoas a serviços, benefícios e justiça, corroborando com uma ideia de linguagem simples como promotora de participação social.

Essa participação se insere no eixo de equidade dos resultados das políticas públicas determinado pela reformulação do papel do Estado (Farah, 2001), o qual tem a democratização como condição para acontecer e, como propostas de destaque, a descentralização e a participação dos cidadãos no âmbito das políticas.

No caso do Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural, realizado em 2022 pela Secretaria da Cultura do Ceará, os participantes que tiveram trabalhos selecionados concordam com a redução do tempo necessário para a leitura e com a diminuição de dificuldades de interpretação do texto disponibilizado em linguagem simples, reconhecendo inclusive que essa forma de escrever textos divulgados por entes públicos pode aproximar o público em geral das iniciativas governamentais, uma vez que a linguagem utilizada não funcionaria como fator de exclusão de determinados públicos.

A facilidade de interpretação das informações no texto em linguagem simples foi apontada pelos entrevistados como fator que influenciou sua participação na construção do projeto e no ato da inscrição do edital de 2022. Esse achado corrobora com a intenção de clareza nas informações pretendida pela implementação das diretrizes de linguagem simples, uma vez que a própria definição do termo, pela Federação Internacional de Linguagem Clara, ressalta o aspecto de clareza no texto, na estrutura e no design de uma comunicação em

linguagem simples, a ponto de o público-alvo conseguir encontrar facilmente o que procura, compreender o que encontrou e usar essa informação.

A economia de tempo para a leitura e compreensão das informações do edital também foi apontada pelos entrevistados da pesquisa como elemento de influência em sua participação, uma vez que foi possível, de forma mais célere, entender os pontos a serem abordados no projeto inscrito e o que seria necessário para o ato de inscrição.

Os achados relacionados à influência da linguagem simples na participação dialogam também com a ideia de exercício da cidadania defendida por Faleiros (2010), visto que, no entendimento do autor, esse processo deve universalizar, entre outros elementos, oportunidades de igualdade e equidade.

Essas evidências respondem ao principal objetivo desta pesquisa, que era analisar a percepção dos participantes do Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural de 2022 sobre possíveis benefícios da implementação da linguagem simples em sua participação no certame, no que concerne ao processo de construção do projeto e ao ato de inscrição. Como apontaram os resultados do experimento e as entrevistas realizadas, a redução do tempo para a leitura do texto, a facilidade na identificação e compreensão de informações foram elementos que exerceram influência nesse processo de participação do edital em questão.

No entanto, os participantes do edital de 2022 apontam também que a desburocratização da linguagem apresenta-se apenas como uma ferramenta do processo de democratização da interação da sociedade com entes públicos, sendo necessário, no contexto dos editais culturais, que toda a estrutura de participação seja desburocratizada, a fim de incluir a parcela da população que não está habituada com a linguagem rebuscada, com a necessidade de busca ativa por informações e com os pormenores de todo o processo exigido para participar desse tipo de iniciativa.

Essa seria, inclusive, uma forma de extinguir, no âmbito da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, os repertórios burocráticos de interação tratados por Pires (2014) e discutidos no Capítulo 2, pois o desenvolvimento do processo participativo não estaria mais condicionado ao perfil dos atores sociais envolvidos e às formas de relação com a burocacia responsável pelas políticas, visto que a democratização do público envolvido e a exclusão da burocacia dos editais culturais anularia esse tipo de cenário.

Essa ideia corrobora com a discussão do Capítulo 3 acerca de uma comunicação pública baseada nos preceitos de participação, cidadania e interesse público, em que a linguagem simples pode ser entendida como uma ferramenta, mas que apresenta os limites de uma ferramenta inserida em um contexto maior, a qual pode ser plenamente utilizada ou não.

Sobre esse aspecto, o próprio fato de o texto para o experimento não ser disponibilizado pela Secretaria da Cultura em linguagem simples reflete a não utilização da ferramenta em sua totalidade, seja por ter sido usada anteriormente como forma de agendamento ou porque os interesses dos representantes do ente público mudaram. Esse é um ponto importante, pois os achados da pesquisa apontam benefícios na utilização da linguagem simples nos textos divulgados ao público – economia de tempo e facilidade na interpretação da informação. Mas, além disso, os achados sugerem também a necessidade de um olhar para além da implementação da linguagem simples no incentivo à participação social e na discussão sobre o relacionamento dos entes públicos com a sociedade e sobre a democratização do recurso público para a cultura.

Esse cenário de não utilização da ferramenta em sua totalidade vai, inclusive, de encontro à importância da experiência do usuário da política e do contexto em que ela se estabelece defendidos por Lejano (2012), além da diretriz número nove da Política Estadual de Linguagem Simples, a qual indica testar com a população a facilidade de leitura do texto.

Essa discussão vai ao encontro, inclusive, do debate que se desenrola atualmente acerca da definição de comunicação estratégica guiada por uma filosofia que leve em conta as demandas, os interesses e as expectativas dos sujeitos envolvidos e da sociedade. Dessa forma, entende que a complexidade dos tempos atuais exige das organizações uma nova postura, que faça frente a mercados difíceis e, principalmente, atenda a uma opinião pública vigilante, públicos cada vez mais exigentes e uma sociedade em constantes mudanças.

As pesquisas que analisam os elementos do processo de leitura beneficiados pela linguagem simples também são escassas, não havendo ainda consenso sobre como medi-los e quais os parâmetros para esse tipo de avaliação. Talvez esse cenário se deva ao fato de que as próprias diretrizes para a escrita em linguagem simples ainda não sejam unificadas. Estudos nessa perspectiva ainda são necessários.

Diante desse contexto, vale ressaltar que as conclusões obtidas com o presente trabalho são significativas no estudo dos benefícios práticos da linguagem simples e em sua comparação com a avaliação que o público faz dessa ferramenta. Apesar de a amostragem desta pesquisa ter se detido a um edital, dado o recente investimento do Governo do Estado na área— a criação do Íris Laboratório de Inovação e Dados data de 2019 e a sanção da lei que estabeleceu a Política Estadual de Linguagem Simples é de 2022 —, o trabalho traz uma contribuição para a avaliação da política de comunicação pública, pois a linguagem simples apresentou-se como uma forma de avaliar essa política pública, e isso foi demonstrado, sobretudo, no que toca ao elemento participação.

E esse cenário é benéfico para a melhoria da atividade governamental, para as políticas públicas e para a qualidade de vida dos cidadãos, como demonstrado por Pires (2014) ao apontar estudos que oferecem evidências empíricas sugerindo que a presença de instituições participativas traz potenciais positivos para esses elementos.

A relevância do trabalho se dá também no contexto de levantar uma discussão sobre os métodos de análise do uso da linguagem simples e seus limites como instrumento promotor de democratização da comunicação dos entes públicos. Estudos mais robustos e com um público maior e mais diversificado mostram-se essenciais no contexto de análise do impacto da linguagem simples no público ao qual ela se destina.

Ainda nesse contexto, observa-se que, por ser uma ferramenta de uma política de comunicação pública que tem a participação como um de seus preceitos, a linguagem simples não é capaz de, por si só, garantir a participação da sociedade nas iniciativas dos entes governamentais, no entanto, sua plena utilização tem o potencial de aproximar o diálogo do ente público com a sociedade, e esse é um direcionamento no sentido de uma relação mais democrática e que preza pela cidadania como princípio.

REFERÊNCIAS

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política**, v. 3, n. 2, julho/dezembro, 2015.

ALBUQUERQUE, Grazielle. The concept of strategic agenda applied to a study of the Federal Supreme Court of Brazil. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 20, n. 3, e1694, dez. 2024.

ARAÚJO, Luciana Coutinho. **Linguagem simples como política pública de comunicação: evidências a partir do caso da Prefeitura de São Paulo**. Dissertação (Mestrado Profissional em Indústrias Criativas) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. Cortez Editora, 2017.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007. cap. 1.

BRASIL. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em 2 set. 2023.

BRASIL. Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em 2 set. 2023.

BRASIL. Lei 14.129, de 29 de março de 2021. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm. Acesso em 2 set. 2023.

BRASIL. Projeto de lei n.º 6256, de 2019. Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9527076&ts=1707327785977&disposition=inline>. Acesso em 22 abr. 2024.

CAPPELLI, C.; NUNES, V.; OLIVEIRA, R. Transparência e Transformação Digital: O Uso da Técnica da Linguagem Simples. [S.I.: s. n.], 2021. **Minicursos da ERSI-RJ 2021 - VII Escola Regional de Sistemas de Informação do Rio de Janeiro**, p. 86–113, 2021.

CEARÁ. Lei 18.246, de 01 de dezembro de 2022. Institui a Política Estadual de Linguagem Simples nos órgãos e nas entidades da administração direta e indireta do estado do Ceará. **Diário Oficial do Estado**, série 3, ano XIV, n. 241, 2022.

CUESTA, A.; REYES, A.; ROSETH, B. The Importance of Clarity Impacts of Colombia's Lenguaje Claro Program on Reducing Administrative Burdens. **Inter-American Development Bank Institutions for Development Sector**. IDB Working Paper Series; 983. 2019. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/importance-clarity-impacts-colombias-lenguaje-claro-program-reducing-administrative-burdens>. Acesso em 3 abr. 2024.

CUTTS, Martin. **Oxford Guide to Plain English**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

DUARTE, Jorge. Comunicação Pública. In: LOPES, Boanerges (org.). **Gestão da Comunicação Empresarial: teoria e técnica**. São Paulo: Mauad, 2007. Disponível em <https://abcpublica.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Comunica%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica-VF-Cap%C3%ADtulo.pdf>. Acesso em 21 jun. 2024.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007. cap. 4.

DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de Comunicação Pública. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011. p. 121-134. Disponível em <https://abcpublica.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Sobre-a-Emerg%C3%A7%C3%A3o-do-conceito-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica.pdf>. Acesso em 10 ago. 2024.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Comunicação e cidadania. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse**. São Paulo: Atlas, 2007. cap. 7.

FALEIROS, Vicente de Paula. Cidadania e política. In: LUIZ, Danuta E. Contoia (org.). **Sociedade civil e democracia- expressões contemporâneas**. São Paulo: Veras Editora, 2010. p. 275-303.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1 p. 119-44, jan./fev. 2001.

FISHER, Heloísa. **Clareza em textos de e-gov**: uma questão de cidadania. Subsídios do movimento mundial pela linguagem clara para facilitar a compreensão de textos que orientam cidadãos brasileiros em ambientes de governo eletrônico. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Cultura do Consumo) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FISHER, Heloísa. Só é acessível se der para entender. In: SALASAR, Desirée Nobre; MICHELON, Francisca Ferreira (org.). **Acessibilidade cultural: atravessando fronteiras**. Ed. UFPel, Pelotas, 2020. p. 244-261.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1967.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211–259, 2000.

GARWOOD, Kimberley Christine. **Plain, But Not Simple: Plain Language Research with Readers, Writers, and Texts**. 276 p. Thesis (Doctor of Philosophy in English) - University of Waterloo, Waterloo, Canada, 2014.

HALLAHAN, K.; HOLTZHAUSEN, D.; VAN RULER, B.; VERČIĆ, D.; SRIRAMESH, K. Defining Strategic Communication. **International Journal of Strategic Communication**, v.1, 2007. p. 3-35. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/241730557_Defining_Strategic_Communication. Acesso em 18 jun. 2024.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **INAF Brasil 2018**: Resultados Preliminares. [S.I.: s. n.], 2020. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf. Acesso em 17 jul. 2022.

ÍRIS LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO E DADOS. **Guia Íris de Simplificação: Linguagem Simples e Direito Visual**. [S.I.: s. n.], 2022. Disponível em:https://irislab.ce.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Guia-%C3%8DRIS-de-Simplifica%C3%A7%C3%A3o_-Linguagem-Simples-e-Direito-Visual.pdf. Acesso em 12 abr. 2024.

ISO 24495-1. **Plain Language - Part 1: Governing principles and guidelines**. International Organization for Standardization. [S.I.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/78907.html>. Acesso em 29 abr. 2024.

KIMBLE, Joseph. Answering the Critics of Plain Language. **The Scribes Journal of Legal Writing**. Chicago, 1994-1995. p. 51-85. Disponível em: <https://www.plainlanguage.gov/media/critics.pdf>. Acesso em 26 jun. 2024.

KMIECICKA, Eliza; MICHALSKA, Emilia. Legal Communication and the Idea of Plain Language: Possibilities and Limitations. **Journal of International Legal Communication**. v. 10, n. 3, 2023. p. 72-78. Disponível em <https://jilc.e-science.space/wp-content/uploads/2023/10/JILS-3-2023-072-078-Kmiecicka.pdf>. Acesso em 18 jun. 2024.

KOÇOUSKI, M. Comunicação pública: construindo um conceito In: MATOS, H. (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 71-96.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. A comunicação estratégica nas organizações contemporâneas. **Media & Jornalismo**. n. 33, 2018. p. 13-24. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2183-5462_33_1. Acesso em 02 abr. 2025.

LEJANO, Raul P. **Parâmetros para análise de políticas**: a fusão de texto e contexto. Tradução de Letícia Heinek Andriani. Campinas, SP: Arte escrita, 2012.

MATOS, Heloiza Helena Gomes de. Comunicação pública - democracia e cidadania: o caso do legislativo. [Em Cd-Rom]. 1999, **Anais**. Rio de Janeiro: Intercom/UGF, 1999. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/783e6552ae7775c83c58acadcbd0563e.PDF>. Acesso em 21 de junho de 2024.

MARQUES, Eduardo; SOUZA, Celina. Políticas públicas no Brasil: avanços recentes e agenda para o futuro. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos R. S.; BRAGA, Maria do Socorro (org.). **A ciência política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 321-345.

MARTINS, S.; FILGUEIRAS, L. Métodos de avaliação de apreensibilidade das informações textuais: uma aplicação em sítios de governo eletrônico. **Proceedings of the Workshop on Perspectives, Challenges and Opportunities for Human-Computer Interaction in Latin America**. Rio de Janeiro, 2007.

MARX, Vanessa. O Brasil da participação e da mobilização social. In: MARX Vanessa (org.) **Democracia Participativa, Sociedade Civil e Território**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. p. 11-22.

MENDONÇA, Neide Rodrigues de Souza. **Um estudo da prosa institucional:** subsídios para a desburocratização linguística. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1985.

OLIVEIRA, Rodrigo; SALGADO, Luciana; SEIXAS, Flávio; CAPPELLI, Cláudia. Perspectivas de uso da Linguagem Simples no Design da Colaboração e Interação Humano-Dados do Governo Digital. In: Workshop Br-Chi de Pesquisa e Colaboração - Simpósio Brasileiro de Sistemas Colaborativos (SBSC). Rio de Janeiro, n. 18, 2023. p. 105-108.

PIRES, H. F. de M. **Impactos da Linguagem Simples na compreensibilidade da informação em governo eletrônico:** o caso de um benefício do INSS. 2021. 263p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Design) Departamento de Artes e Desing, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

PIRES, Roberto Rocha Coelho. Da sociedade para o Estado: desafios da participação do Brasil. In: MARX, Vanessa (org.). **Democracia Participativa, Sociedade Civil e Território**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. p. 181-200.

RODRIGUES, Adriano Péricles; MARQUES, Gabriel M.; RODRIGUES Lucas B.; MATTOS, Pedro Augusto A.; NUNES Vanessa T.; CAPPELLI Claudia; OLIVEIRA Rodrigo; MORAES, Rodrigo Michel de. Uma proposta de Automação para o Índice Nacional de Avaliação de Linguagem Simples em Serviços Públicos. In: **WORKSHOP DE COMPUTAÇÃO APLICADA EM GOVERNO ELETRÔNICO (WCGE)**, 11., 2023, João Pessoa/PB. **Anais** [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023. p. 106-117.

ROSA, Júlia Gabriele Lima da; LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de. **Políticas públicas:** introdução [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Jacarta, 2021.

SANT'ANNA, F. **Mídia das fontes:** o difusor do jornalismo corporativo. [S.l.]: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Estado, sociedade, políticas sociais: o caso da política de saúde. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 23, p. 13-74, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Câmara Municipal. **Lei nº 17.316, de 6 de março de 2020**. Institui a Política Municipal de Linguagem Simples nos órgãos da administração direta e indireta. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2020/1732/17316/lei-ordinaria-n-17316-2020-institui-a-politica-municipal-de-linguagem-simples-nos-orgaos-da-administracao-direta-e-indireta>. Acesso em 24 mai. 2024.

SENA, Kárita Emanuelle Ribeiro. **Comunicação Pública e Redes Digitais – Atores, Técnicas e Políticas**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação). Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação de Design. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Bauru, 2020.

SILVA, Allan Gustavo Freire da; MOTA, Leonardo de Araújo e; DORNELAS, Carina Seixas Maia; LACERDA, Alecksandra Vieira de. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan./abr. 2017.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

APÊNDICE A - TEXTO ORIGINAL

15º EDITAL CEARÁ DE CINEMA E AUDIOVISUAL

1. OBJETIVO

1.1. O 15º Edital Ceará de Cinema e Audiovisual vem em conformidade com a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, alinhada ao Programa de Desenvolvimento do Cinema e Audiovisual Cearense, observadas as normas indicadas acima, e busca contribuir para o desenvolvimento da política audiovisual no Estado do Ceará, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com os seguintes objetivos:

- 1.1.1. Cumprir as diretrizes da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura em âmbito estadual;
- 1.1.2. Alinhar-se às diretrizes e objetivos do Programa de Desenvolvimento do Cinema e Audiovisual Cearense instituído pela Lei 17.857, de 29 de dezembro de 2021;
- 1.1.3. Promover a participação da diversidade artística e cultural no acesso ao recurso público;
- 1.1.4. Promover o exercício dos direitos culturais e diminuir as desigualdades sócio-econômico-culturais nas diversas regiões do Estado do Ceará;
- 1.1.5. Criar um ambiente fértil para o pensamento, a memória, a contextualização, a formação, a criação, a experimentação, a produção e a fruição com base na cultura;
- 1.1.6. Descentralizar e democratizar o acesso a recursos públicos; e
- 1.1.7. Reconhecer e valorizar a diversidade, a pluralidade e a singularidade vinculadas às produções culturais e artísticas no Estado do Ceará.

2. PERÍODO DE INSCRIÇÃO

- 2.1. As inscrições serão gratuitas e realizadas exclusivamente online, pelo site <https://mapacultural.secult.ce.gov.br>, no período de 30 (trinta) dias corridos, contados do dia útil seguinte à publicação do presente certame no Diário Oficial do Estado do Ceará (D.O.E.). Obs.: Serão de 06/01/2025 a 04/02/2025.

2.2. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitos projetos entregues presencialmente na sede da Secult Ceará ou enviados por e-mail nem quaisquer outros materiais postados via Correios.

2.3. O aviso de publicação do Edital estará disponível no D.O.E., sendo os resultados parciais e outras informações relevantes disponibilizadas no Mapa da Cultura do Estado do Ceará.

3. COMO SE INSCREVER

3.1. Para efeito de inscrição neste Edital, o(a/e) AGENTE CULTURAL responsável pela inscrição do projeto deverá estar devidamente cadastrado no Mapa Cultural do Ceará.

3.2. No caso de o (a/e) Agente Cultural ser pessoa jurídica, a inscrição deve ser realizada por uma pessoa física responsável e esta deve ter seu perfil vinculado ao perfil da pessoa jurídica agente cultural. Assim, a pessoa jurídica agente cultural também deve ter cadastro no Mapa Cultural.

3.3. Para o (a/e) Agente Cultural que já tem cadastro no Mapa Cultural, orienta-se a atualização de informações, principalmente informações relacionadas ao contato, até a data de envio da inscrição.

3.4. A não indicação da anuênci às condições previstas no Edital e em seus anexos, em especial a minuta do Termo de Execução Cultural, ensejará a desclassificação da inscrição.

APÊNDICE B - TEXTO EM LINGUAGEM SIMPLES

15º EDITAL CEARÁ DE CINEMA E AUDIOVISUAL

O 15º Edital Ceará de Cinema e Audiovisual busca contribuir para o desenvolvimento da política audiovisual no Estado do Ceará. O Termo de Execução Cultural será o documento utilizado para tornar oficial a parceria entre o agente cultural responsável pelo projeto e a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará.

1. OBJETIVOS

- Cumprir as diretrizes da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura no estado;
- Alinhar-se às diretrizes e objetivos do Programa de Desenvolvimento do Cinema e Audiovisual;
- Possibilitar que a diversidade artística e cultural acesse o recurso público;
- Tornar os direitos culturais acessíveis e diminuir as desigualdades sociais, econômicas e culturais no Ceará;
- Estimular as criações e expressões culturais;
- Descentralizar e democratizar o acesso a recursos públicos;
- Reconhecer que as produções culturais e artísticas no Estado do Ceará são diversas, plurais e únicas e valorizar isso.

2. PERÍODO DE INSCRIÇÃO

As inscrições serão gratuitas, começam no dia 06/01/2025 e terminam no dia 04/02/2025, às 23h59

3. ONDE SE INSCREVER

- As inscrições serão apenas on-line, no site do Mapa Cultural do Ceará:
<https://mapacultural.secult.ce.gov.br>.

- A Secretaria da Cultura do Estado do Ceará não aceitará inscrições presenciais na sua sede ou enviadas pelos Correios.

4. INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A INSCRIÇÃO

- Todas as informações da ficha de inscrição deverão ser verdadeiras e atualizadas.
- O aviso de publicação deste edital estará no Diário Oficial do Estado. Todas as informações importantes (exemplo: resultados parciais) serão publicadas no Mapa Cultural do Estado do Ceará.
- Para se inscrever, você precisará estar cadastrado no Mapa Cultural do Ceará.
- Se o agente cultural for uma pessoa jurídica, uma pessoa física deverá ficar responsável pela inscrição. **Mas atenção:** A pessoa jurídica deve ter cadastro no Mapa Cultural e a pessoa física que fizer a inscrição precisa ter seu perfil vinculado ao perfil da pessoa jurídica agente cultural.
- Se você já tem cadastro como agente cultural no Mapa Cultural, é importante que você atualize suas informações, principalmente seu contato, antes da sua inscrição.
- Se na inscrição você não indicar que concorda com as condições do Edital e de seus anexos (especialmente o Termo de Execução Cultural) será desclassificado.

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO APLICADO

01. A principal finalidade do edital é o desenvolvimento no estado da Política Audiovisual.

Certo **Errado**

02. O Termo de Execução Fiscal celebrará a parceria para a execução da ação contemplada.

Certo **Errado**

03. No ato da inscrição, é necessário indicar a concordância com o edital e o com o documento que firmará a parceria entre Secult-Ce e agente cultural.

Certo **Errado**

04. As inscrições poderão ser realizadas on-line ou na sede da Secult-Ce.

Certo **Errado**

05. O agente cultural responsável pela inscrição deve ser pessoa jurídica. Caso seja pessoa física, precisa ter seu perfil no Mapa Cultural vinculado a uma pessoa jurídica.

Certo **Errado**

06. Um dos objetivos do edital é democratizar o acesso do recurso público.

Certo **Errado**

07. Entre os dispositivos legais que embasam o edital estão a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura e o Programa de Desenvolvimento do Cinema e Audiovisual.

Certo **Errado**

08. Educar e conscientizar a população para a importância do audiovisual está entre os objetivos.

Certo **Errado**

09. O edital foi publicado no portal da Secult-Ce e no site do Mapa Cultural.

Certo **Errado**

10. Para se inscrever, é necessário ter cadastro no Mapa Cultural.

Certo **Errado**

APÊNDICE D – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA

01. No primeiro momento em que você teve acesso ao texto do Edital Ceará da Cidadania e Diversidade notou que havia diferenças nele em relação ao que se padroniza nesse tipo de texto?
02. Essa diferença teve algum efeito para você no momento da leitura? Pode falar a respeito?
03. Na sua opinião, esse texto especificamente exerceu alguma influência no momento de organização do projeto e na sua inscrição para esse edital? A sua participação foi influenciada de alguma forma?
04. Qual a sua opinião em relação à clareza nas informações prestadas pelo texto desse edital? É possível que tenha gerado mais ou menos dúvidas ou você não percebeu nenhuma diferença?
05. Você considera essa diferença na forma de escrever o texto positiva, negativa ou sem importância para esse contexto de participação de um edital público? Pode falar a respeito?
06. Na sua opinião, essa forma de escrever textos públicos com uma linguagem mais simples pode ser um fator que influencie a participação das pessoas no geral nas iniciativas de entes públicos?

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado por CARMEM CIENE PINHEIRO SANTOS como participante da pesquisa intitulada **LINGUAGEM SIMPLES GARANTE A PARTICIPAÇÃO? UMA AVALIAÇÃO DO EDITAL CEARÁ DA CIDADANIA E DIVERSIDADE CULTURAL**. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

O objetivo dessa pesquisa é coletar dados e informações acerca da participação no Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural, de 2022, publicado pela Secretaria da Cultura do Ceará, primeiro edital lançado em linguagem simples no Estado. A finalidade é entender se a estrutura textual oferecida pela linguagem simples representou algum diferencial na participação no certame, principalmente pelo fato de que o público da pesquisa já tem prévio conhecimento da estrutura textual que compõe um edital de cultura.

Informa-se que a qualquer momento o participante poderá recusar a continuar participando da pesquisa e que também poderá retirar o seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pela pesquisa.

Endereço da responsável pela pesquisa:

Nome: CARMEM CIENE PINHEIRO SANTOS

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

Endereço: Ac. Público, 873 - Pici, Fortaleza - CE, 60020-181

Telefones para contato: (85) 98894-6330

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).
O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevista 1

Eu queria agora só te fazer umas perguntas, principalmente sobre a tua opinião a respeito dos editais em linguagem simples, pode ser? ok

Tu já tinha participado de editais antes daquele de 2022, não é? Já.

E aí assim, quando, porque aquele foi o primeiro edital em linguagem simples assim, tu viu aquele primeiro edital, aquele edital de 2022 para ti, na tua opinião, assim que tu teve contato com aquele edital ele, assim, tu percebeu logo de início as diferenças dele em relação ao que tu já era acostumado a ver?

Assim, a gente não estava acostumado com aquela configuração daquele edital, mas no começo foi impactante, mas quando apareceu o outro foi melhorando, a gente está partindo agora para a questão desses editais mesmo.

E teve algum efeito pra ti, ali, na hora de fazer o projeto, de se inscrever mesmo? Talvez até com mais ou menos dúvidas depois de ler o texto.

Eu acho que sim. Eu acho menos burocrático. Por ele ser menos burocrático, ele se torna mais fácil a compreensão dele, né. E aí aberto à diversidade, a outros públicos. Não só aquele público específico, mas como também a linguagem geral, no termo. Quem não é acostumado com essa linguagem mais burocrática.

Tu trabalha só com essa parte cultural ou tu trabalha em outras coisas e faz essa parte cultural a mais, como um extra?

Hoje, a nossa instituição está trabalhando muito com essa parte cultural mesmo, sabe? Hoje eu estou tomando só conta mesmo da instituição mesmo. Não estou me envolvendo com outras atividades, não. Só com a equipe mesmo de projetos que tem aqui na instituição.

Então, assim, na tua opinião, na tua opinião, tu acha que esse tipo de escrita para a comunicação do governo com a sociedade, tu acha que é benéfico para melhorar essa comunicação dos entes governamentais com a sociedade?

Acho que a gente também não pode abandonar a outra. Acho que a gente tem que ter o meio termo, porque nem todo mundo ainda está adaptado a essa linguagem.

Acho que o que falta mesmo é a desburocratização dentro mesmo do setor. Desburocratizar o próprio órgão. Você viver na cultura é complicado, porque você faz um projeto hoje, se você for eleito, se você ganhar, aí vem a burocacia danada para receber, para você prestar conta. Acho que o que tem que ser feito é essa desburocratização do lançamento do projeto... Do

processo todo, não é? Até o fechamento de conta. Porque você que vive da cultura, fica numa situação difícil, porque se você vive só da cultura, o que acontece? Você vai esperar um ano para receber um dinheiro, enquanto você tem que comer todo dia, almoçar, merendar, pagar aluguel. Enfim, é muito complicado você viver da cultura. Infelizmente, acho que o que tem que ser revisto é isso. É o processo inteiro, não é só a linguagem, não. É o processo inteiro, não é só a linguagem, não.

E tu percebe que é a estrutura toda que é burocrática, né? Não só a linguagem.

O que estou dizendo é a pura verdade. Porque você tem uma instituição, aí você faz um trabalho, um sacrifício para manter as linguagens ali, os vários tipos de linguagens que você tem dentro da sua instituição, mas acaba ficando para trás, porque você não consegue caminhar, porque a coisa não funciona. Não funciona da maneira que ajude a gente a desburocratizar. Faz burocracia, e é muito difícil você trabalhar desse jeito, dessa maneira. Acho que a gente tem que rever isso. É como você diz, é em tudo. Para que a gente possa ver a cultura com bons olhos, porque, pelo amor de Deus, é muito complicado você trabalhar com a cultura, não sei se é nesse país ou é nesse estado. Estou dizendo no estado e no município, porque a gente vive aqui. Acho que é no país mesmo. Acho que é no país mesmo. Então, é complicado. E é isso, Carmem.

Eu entendo e te agradeço a... a sua sinceridade pra expor sua opinião. Quero te agradecer muito mesmo por ter aceitado participar da minha pesquisa.

Está tranquilo. Foi muito importante para mim a participação. E era até bom a gente começar a dialogar com mais serenidade nessa questão da cultura, da cultura nossa mesmo, porque tem que tentar fazer com que as pessoas não percam, digamos assim, não percam essa vontade de estar dentro da cultura, porque muitas vezes a pessoa acaba se mudando para outra... Outra área.

Outra área, porque acaba se decepcionando demais, com tanta burocracia, com tanto desleixo e falta de respeito, digo, falta de respeito com os artistas, com as pessoas que fazem as linguagens, diferentes linguagens aí. E acaba a pessoa... Quantos bons artistas a gente não revela e, no final da conta, o cara não quer nem saber de cultura. As pessoas acabam desistindo, porque é muito complicado, não é? É complicado, é verdade.

E a gente está numa sociedade que precisa tanto desse acesso à cultura, a diversidade na cultura está precisando tanto da nossa sociedade atualmente, não é?

Está precisando por demais. Pessoa sem cultura não tem história, não tem vida, não é? Entra em tempos sombrios, a mente não se expande. Então, a cultura não existindo, a gente também não existe, não é? A cultura é um fator importante, demais por demais, não é? Mas,

infelizmente, as pessoas não veem isso, não é? O desleixo, o descaso, não é? Lança vários editais e, no final das contas, aquela coisa, não sai o edital na hora certa, no momento certo. É complicado, não é? Porque, se você vive da cultura... O dinheiro às vezes atrasa, não é? É, porque... Então, é isso. A gente precisa ver isso direito, não é? Precisa sentar com os secretários aí, sei lá, fazer algo que mude, não é? É, sei lá, talvez uma mesa de diálogo, de negociação, não é? Sim, sim, sim. Acho que seria bastante interessante essa... Até mesmo o trabalho que você está exercendo, puxar também isso aí. Acho que é importante, não é?

Com certeza, essas observações vão estar também lá no trabalho.

É importante o trabalho, é importante isso aí, não é? É o mestrado que vai fazer, é? Doutorado, é?

É mestrado, em avaliação de políticas públicas.

Pronto. Eu acho que dá muito bem para você dar um alerta, não é? É, levar essa reflexão também, não é?

É, acho que sim. É interessante. Com certeza. É importante ouvir isso de vocês, porque às vezes é como se, por exemplo, como se essa ideia de lançar o edital em linguagem simples fosse uma resposta que o governo quer dar para democratizar. Quando, na verdade, o que precisa democratizar não é nem a linguagem, é o processo como um todo. Porque não adianta esse início, que é a linguagem, ser simples, se o resto é todo burocrático, complicado e faz as pessoas desistirem, não é?

Exatamente. Pronto. Você pegou no ponto que é o que a gente está passando hoje na cultura, não é? Sim. Você falou tudo, não é? Com poucas palavras, falou tudo o que a gente sente. É isso que a gente sente. É isso aí. Muito bom a sua colocação.

É isso. Essa reflexão vai entrar no meu trabalho também, com toda certeza.

Pois é isso, Carmem.

Pois muito obrigada. Eu não tenho palavras para te agradecer.

Eu que agradeço. Muito obrigado. Um abração, tudo de bom para ti.

Entrevista 2

Queria começar te agradecendo por ter aceitado participar.

Eu acompanho o teu projeto pelo Instagram.

Eu vejo, obrigada.

Eu acho muito legal.

É com crianças, né?

Crianças de 6 a 12 anos. Geralmente eu pego turmas de 15. No início eu pegava de 10, né? Aí como melhorou um pouco os editais, né? As verbas, aí eu consegui colocar 15 crianças. Só que tem dia que tem 20 crianças. Aí é bem... Tipo assim, dá pra eu mandar elas sair, né? Ir pra casa, que é um local aberto também. Aí eu tento dar alguma forma de mantê-las. Aí a parte mais difícil é a parte do lanche, né? Porque eu já levo os lanches certos, né? Se tiver mais gente aí é complicado. Quando vai mais, eu dou um jeito. Às vezes eu fico sem merendar. Às vezes as crianças que são mais próximas de mim, eu deixo elas... Eu peço elas pra deixar outras crianças lancharem. Depois a gente lancha por fora. A gente vai conversar em lanche, em outro local. Aí eu vou e gasto, entendeu? Do meu dinheiro e tal. Mas é bom.

Tu deu uma pausa, né?

É porque eu efetivo durante o... O plano de trabalho dos editais, né? E aí, quando acaba... Aí terminou o plano de trabalho, terminou a grana do edital, eu finalizo, aí paro. Aí eu espero outro edital, se eu aprovo e tal. Aí, assim, eu não paro de fazer total. Porque, às vezes, eu vou lá, faço a mediação de leitura. Pra não deixar eles tão, assim, dispersos, né? Faço a mediação de leitura. Faço uma oficina ou outra, mas não com frequência. Só pra não perder o vínculo com eles. Sim. Tá muito massa.

Queria só conversar contigo sobre o edital de 2022. Sobre o edital em linguagem simples. Logo de cara tu percebeu diferença nele do que tu já estava acostumada? Teve alguma diferença ali pra ti, na hora de fazer o projeto ou se inscrever mesmo?

Sobre essa questão de linguagem simples, eu acho que, às vezes, pode até ser meio... Como é que eu posso dizer? Como é que eu posso falar uma coisa? Contrastante, porque não tem como ser tão simples também, porque precisa citar leis, precisa citar parágrafos e tal. E aí, isso daí já não tem nem como simplificar, porque é a própria lei que tem um nome ali e tal. E aí, se a pessoa, por exemplo, não tiver uma familiaridade com a leitura de editais, ela não vai entender. Por exemplo, eu, como não sou realmente do audiovisual, eu nem sabia desse... Por exemplo, Programa de Desenvolvimento do Cinema e Audiovisual Cearense. Eu não sabia que existia essa palavra aí. Aí, quando eu fui responder, eu fiquei naquela... Eu não sei, será

que isso aqui existe realmente? Ou não? No texto, eu nem me atentei a isso. Sim. No texto, eu nem liguei para decorar isso, que não é a minha área mesmo e tudo. Eu nem liguei. A parte que eu fiquei mais atenta foi a parte que fala dos objetivos. Promover a participação, a democratização do acesso, o acesso aos recursos, aos agentes. Essa parte é o que, geralmente, fica mais fácil na cabeça da gente. Aí, assim, teve umas aqui que eu respondi só por exclusão. Sim, vai falando nacional. É, tempo de execução fiscal. Não existe tempo de execução fiscal. Não faz sentido. Eu já fui tirando, já tinha outras coisas que eu fiquei... Aí, tem outra parte que tinha aqui. Programa de desenvolvimento de cinema e audiovisual. Lá, nas perguntas, tinha só até audiovisual, só que no texto tem audiovisual cearense. Tem o recorte do Estado, né? Aí, assim, também, eu fui muito... É muito... Essas perguntas, elas vão puxar muita atenção da gente também, muito nisso, né? Na atenção da gente. Não só na familiaridade, mas na atenção que você tem que ter no momento, né? Na leitura. Um edital, né? Para botar uma proposta. Que você para. Aí, eu tiro uma semana só para isso. A minha semana toda eu só faço para ler. Para entender cada passo, né? É. Aí, vou colocando minhas propostas escritas aqui no meu caderno. Porque, geralmente, já vou ter um projeto... Eu comparo com outras inscrições de outros editais. Às vezes, você não precisa nem mudar muita coisa. Já tem uns que você precisa fazer um monte de coisa para poder você conseguir encaixar no edital que você está escrevendo. Entendeu? Então, por exemplo, aqui no município, os nossos editais são bem simplificados. Muito, muito simplificados mesmo, sabe? Tem um só. Eles mandam a inscrição da gente. A gente vai só colocando lá nos espaços. E para a gente, nos espaços. Porque nos espaços, eles já vão te dando certas orientações. Lá, você vai só... Entendeu? Você não vai precisar ter conhecimentos a mais fora, né? Lá dentro da inscrição, você já vai conseguir fazer coisas. Aí, o daqui, ele é muito, muito simplificado. Tanto é que até a gente leva muito menos tempo para escrever uma proposta. Muito mais rápido. Muito mais rápido. Todo o processo é a parte também de prestação de contas.

Também é mais simplificado no daí?

A prestação de contas, eles pedem para a gente mandar por e-mail. Que é só... Fotos, né? Não é financeiro. No primeiro momento, eles não exigem financeiro, né? Ou então, mandar por e-mail. Ou levar pessoal. Eu já prestei duas vezes e foi pessoal. Eles pediram para eu imprimir e levar pessoalmente até a secretaria. Não sei qual é a dificuldade. Não faz muito sentido. Mas, assim... Eu enviei por e-mail e enviei impresso, né? Aí, é bem simplificado mesmo. Até pessoas que estão começando agora. Eu tenho uma colega que está começando agora. Ela também falou isso, da dificuldade dela. Quando a gente abre a planilha do governo do estado, já dá uma coisa ruim na cabeça. Eu já fico com uma coisa ruim na minha cabeça. Aquela

planilha, a planilha de execução... Até eu conseguir chegar próximo dela e entender. Apesar que eu já vi as planilhas várias vezes. Mas sempre, toda vez, é como se fosse a primeira vez. Sabe? Eu passo dois, três dias só na planilha. Porque só em olhar para a planilha, já dá aquele negócio na minha cabeça. Dá uma ansiedade logo, né? De ver todas as coisas. Aí, por onde é que eu vou começar? Eu passo para o papel. Depois, o papel... Aí é que eu passo para a planilha e tal. É uma dificuldade, assim. É bem burocrático. Os editais do estado, o pessoal fala muito que é bem burocrático. Muito burocrático, sabe?

Mas eu acho que mesmo para vocês que já têm... Porque você já tem o costume de um tempo de ler os editais culturais, de participar. Então, já tem o costume com o texto desse jeito que ele vem, né? Com parágrafos e artigos. Então, você acha que mesmo para vocês, se o texto foi escrito em linguagem simples, ele tem algum benefício? Traz algum benefício? Ou você acha que tanto faz?

Ganho de tempo, né? É, a gente ganha tempo. A gente não vai precisar ficar se atentando e levando tanto tempo na leitura. A gente já vai se dedicar aquele tempo para outra coisa. Por exemplo, para o plano de trabalho, para os orçamentos, que é uma coisa bem chata, né? Por exemplo, a gente pode levar mais tempo fazendo isso do que propriamente só lendo o edital. Eles sempre vêm... Eu, ultimamente, estou indo para a linguagem simples. Eu vou para a linguagem simples, mas depois é que eu vou para o outro. Sim. Porque eles estão disponibilizando duas... Os dois, né? Os dois, né? Eles disponibilizam a linguagem simples e a outra. Aí eu vou para essa primeira, para a linguagem simples, para eu ter uma noção rapidão de como é que vai ser o edital, só para eu ter uma noção abrangente quando abre. Aí, depois que eu vejo, da linguagem simples, é que eu vejo o sinal, sei o que é e tal. Aí é que eu vou para o edital em si mesmo, que a gente está acostumado, o grandão. Até também por uma questão de pegar algumas partes do texto e tentar formular a justificativa dentro do próprio texto do edital, que eu gosto de fazer isso, né? Para pegar... Para melhorar a inscrição, de repente, secretário de desempate, melhorar a escrita mesmo, assim, do projeto, sabe? Eu gosto de vez em quando de citar minhas leis, algumas coisas que vêm dentro do próprio edital. Ou então, na questão de eu precisar de entrar em recurso, eu vou lá no edital e eu falo, eu fiz isso aqui e está aqui e tal, tinha lá no edital, entendeu? Que talvez na linguagem simples não dá, né? Para você ter tanto respaldo, né? Sim. Respaldo, assim, de incorporar o teu texto, né? De dar mais força para o teu texto. Entendeu? Ou em linguagem simples ele tira essa parte que é uma parte mais... Que descreve muito mais, né? E acaba realmente tirando mais essas coisas que são muito específicas, né? Eu acho que os dois é importante. Os dois é importante. Os dois textos, eles são importantes. A questão do texto comum, que a gente já está acostumado

de linguagem não simples, eu gosto dele, porque ele serve também de desempate, de selecionar o candidato aí.

Eu entendo.

É competição, é um concurso. Entendeu? Você não pode romantizar tudo. Por exemplo, isso aqui pode fazer com que uma pessoa... Ah, a pessoa quando chega aqui e começa a ler, ela já não quer, ela não vai escrever não. Aí já deixa de escrever. No meu caso, é um concorrente meu, né? Eu não vou ser hipócrita de dizer que... Entendeu? Assim, aí a pessoa tem que procurar também desenvolver essas habilidades de leitura, de entendimento, porque é meio complicado, é bem difícil, mas a pessoa também tem que entender que vai ter coisas na vida que você vai ter que se adequar às coisas, e não somente as coisas se adequarem a você. Não tem como fazer um edital tão simples, tão simples, tão simples, sem citar coisas difíceis, palavras difíceis. E aí também é uma questão até do próprio agente cultural estar familiarizado com essas palavras, com essas políticas de cultura, políticas culturais, essas vivências. Tipo, é como se pegar uma pessoa que não tem vivência nenhuma ou pouquíssima vivência de escrita e de prática e de leitura de políticas culturais, e pegar um texto simples, muito simples, muito simplificado, e colocar para ela. Também não vai ser tão legal.

E tu acha isso por quê?

Ela tem que ter entendimento de leis, tem que ter entendimento do porquê das coisas, né? E eu acho que isso aí também tudo dá um processo. Entendeu? Tem muita coisa que não tem, eu acredito que tem muita coisa que não tem como simplificar, simplificar tanto, né? Até por uma questão de nós, como agentes culturais, nós mesmos, isso daí até é bom para a gente sobre o nosso trabalho. Por exemplo, se eu for mostrar o meu trabalho para alguém, se eu for mostrar uma proposta para alguém, mesmo que não seja em editais, eu vou atrás de um patrocínio. Isso aí também vai me ajudar a como eu vou falar do meu projeto para determinado patrocinador. Ele vai ver se eu tenho realmente o conhecimento do que eu faço ou não, né? E as palavras, é assim, é a vida. Eu sei que não tem como a gente... As palavras, é a selva, as palavras que eu usar, a minha escrita, a forma que eu vou me expressar para essa pessoa, ela vai realmente entender se eu sei o que eu estou falando ou não, e aquilo ali pode ou não fazer com que ela patrocine o meu projeto, né? A forma que eu vou escrever um edital, as palavras que eu vou usar, que são essas palavras do edital, essas palavras difíceis, às vezes até... Muitas vezes as pessoas consideram difíceis, palavras chatas, mas são palavras que não tem como fugir, né? Ah, políticas culturais, que palavra também no começo eu não entendi, políticas culturais, democratização do acesso, democratização de acessos a recursos públicos,

assim, para a gente, para mim é uma palavra muito simples, mas para quem está conversando agora, a pessoa fica sem entender nada.

É, você tem razão, tem uns termos mesmo que não tem como fugir de... de colocar no texto, né? Mesmo que seja pra simplificar. Você pode até simplificar a linguagem, mas até um determinado ponto, não tem como passar desse ponto, porque aí você perde a essência daquilo que você quer dizer, né?

Pois é, é isso. Por exemplo, descentralizar e democratizar o acesso a recursos públicos. Aí a pessoa, assim, o que isso significa? Tem gente que não vai entender nada. Já, assim, não tem como fugir. Aí, por exemplo, quando eu pego essas palavras, essa frase, eu já posso reafirmar na minha inscrição, no meu objetivo do meu projeto, quando eu vou escrever, eu gosto de colocar nos objetivos ou na justificativa, eu coloco essas palavras, isso já me dá respaldo, já me dá, pode até melhorar, melhora o meu texto, na verdade, né? Melhora muito o meu texto, que se outra pessoa não tiver colocado, com certeza eu vou ter um pontear mais. Assim, a linguagem simples é muito boa, ela ajuda muito, mas ela tem, é que eu tô te falando, ela tem um limite, né? Não tem como simplificar tanto. Tipo, se eu vejo gente reclamando, ah, escrever no edital é difícil, não sei o quê, é complicado, assim, mas tem coisa que não tem como você fugir, tu vai ter que se adequar, infelizmente. Tu vai ter que se adequar, porque não faz sentido, ah, vamos escrever um edital, bota seu nome e seu endereço aqui. Pronto, você faz o quê? Não, eu sou cantora, eu faço isso, isso, pronto, só isso. Você não tem como, como é que o avaliador vai ter noção do seu trabalho, da sua capacidade, da sua experiência? E outras são recursos públicos, são recursos que vêm dos nossos, é dinheiro do povo, né? E assim, esse dinheiro tem que realmente ir para a mão de pessoas que têm a responsabilidade em usá-los, né? E aí você vai também, eu acho que através disso, o avaliador vai ver se realmente essa pessoa tem essa capacidade de gestão e de usar esse dinheiro, essa verba que vem da população e para voltar para a população, né? Eu penso isso.

E assim, principalmente você que trabalha nessa parte mais de território de periferia, tu acha que para a galera que está começando, principalmente para a galera que vem da periferia, tu acha que faz diferença essa linguagem do governo, essa comunicação governamental ela ser mais simplificada, ela ser em linguagem simples? Democratiza?

Faz diferença sim. É claro que sendo mais simples as pessoas entendem melhor, mas assim, como uma forma de talvez um incentivo para que as pessoas participem, já que ela é simples, já que ela é mais fácil talvez de compreender. Por exemplo, uma pessoa que é do brasileiro não tem essa cultura de leitura, ele não gosta de ler, o brasileiro não gosta de ler. Aí, por exemplo, a pessoa vai pegar um edital, tem vontade de escrever, aí ela vai lá para a linguagem

simples, ela já não vai se assustar, o texto não vai assustar. Ela vai ter o primeiro contato com o texto, não vai ser esse texto aqui que a gente está acostumado, esse texto difícil. Aí eu acredito que já não vai ser uma barreira. De alguma forma já vai chamar, já vai incentivar. Aí a pessoa vai se aprofundando, vai lendo, aí dependendo de quem seja a pessoa, ela vai ficar instigada sim ou não. Eu acredito que seja positivo, sim. Ela vai lá na linguagem simples, aí se diz, ah, entendi, ela disse isso, aí ela já pronto, já entrou na mente dela o edital, por exemplo. Já chamou, já entrou na mente, ela já está lá no processo. Para ela sair, para ela desistir, vai ser mais difícil. Sim. Vai ser mais difícil do que ela pegar um texto aqui com palavras difíceis, e só em ela ver o texto com palavras difíceis, a pessoa já lê dois parágrafos e já não quer mais. A diferença do texto de linguagem simples. Você se sente mais, realmente mais próximo, se sente mais próximo do texto. Eu acredito que é positivo, sim. Tenho certeza que é positivo.

Priscila, muito obrigada. Muito obrigada mesmo.

De nada. Tchau.

Entrevista 3

Eu queria saber agora sobre a sua opinião, porque você participou daquele edital, que foi o primeiro edital em linguagem simples, e tu já tinha o costume de participar de editais culturais. Tu percebeu logo diferença naquele texto? Na tua opinião, ele trouxe algum benefício para vocês que já têm esse costume com o edital?

Sim, claro, porque tem editais misericórdia mesmo, tem editais que só Deus na causa, eles pedem até o atestado de óbito, agora estão mais fáceis os editais do que antes, há 10 anos atrás era muito complicado, era muito mais difícil, muito mais difícil mesmo hoje até, mas o que é mais assim para a gente é o plano de ação. Aí eles estão agora fazendo modelo, eles estão mandando vídeo para a gente, aí ficou mais fácil, mas menino, quebra a cabeça em plano de ação, porque o plano de ação é a parte mais, é a mais importante do edital, porque se você vacilar, você perde ali, ali qualquer coisa que você, até a assinatura, até os números, porque tem que bater o que você vai escrever, você tem que escrever, quando você acabar de escrever, aí você vai fazer o plano de ação, e tudo que está escrito lá tem que bater o plano de ação, se não ele não é pronto também, eu estou me inscrevendo em dois, eu vou finalizar um hoje, para a gente assinar amanhã e enviar amanhã, só tem amanhã, só tem dia 10, que é o das artes, eles prolongaram mais de 10 dias, até só amanhã, até 12 horas da noite, amanhã.

Já terminar aqui comigo e voltar a trabalhar, né?

Então, meu filho vim para ele fazer o plano de ação, porque nós já terminamos um que foi o de teatro boneco, que é a minha área, aí eu botei no circula, e esse eu estou fazendo um para fazer o museu, das três gerações, que é o meu pai e meu filho, aí tem um resgate isso aí, para ver se eu consigo.

Mas vocês vão criar o museu, não tem ainda não, né?

Não, nós tínhamos aqui casa, mas era da família, começaram a brigar e tudo aí, aí mandaram fazer um edital que fizesse o museu, aí caiu esse, eu estou fazendo um.

É legal, é uma ideia muito boa mesmo.

É, que ninguém nunca fez isso aí, aí eu boto os valores, as coisas que vai gastar e tudo, que é tudo direitinho, porque se não, tem que fazer tudo para fazer um museu meu, das três gerações, porque não tem um museu e o recurso dá, pega 10 mil reais para fazer um museuzinho simples, depois para as outras edital, reconstruir mais. É, vai entrando nos outros editais e vai mantendo o museu, né? Isso mesmo. Se Deus quiser, vai dar certo.

E tu acha que, assim, os editais, eles vindo em linguagem simples, eles podem ser de alguma forma, assim, tornar essa parte da cultura mais acessível para outras pessoas que não têm costume, ou que, assim, às vezes até que não tem tanta escolaridade, às vezes não tem tanto conhecimento desse tipo de texto?

É, claro, apoio sim, ele tem que ser muito mais simples, porque os mestres mais não ganham, o que a gente sabe fazer, os netos, os filhos, tem que pagar uma produtora e a produtora, ela ganha metade do valor do edital, meu amigo, ela ganha um valor, só para tu imaginar, eu ganhei um edital de 30 mil, eu só fiquei com 5 mil reais, a editora ficou com 9 mil e o resto eu dividi com outro mestre, sabe, a editora ganhou 9 mil para eu desistir dela, porque eu queria dividir com o mestre, né, porque é para eles, entendeu, aí... É deles o talento, né? E aí, a gente veio revogando isso aí também no edital do Tesouro Vivo, mudou o mundo, até em áudio agora você faz, você pega um celular e tem lá a inscrição em áudio, no Tesouro Vivo, é isso mesmo, a gente veio lutando e conseguimos, porque nós fizemos, explicamos, a maioria deles são analfabetos, ele não sabe escrever, aí agora você pega as perguntas, bota o celular, bota o áudio e pronto, e vai, vão concorrer, e são simples os editais do Tesouro Vivo, por quê são simples? Porque nós vem batendo martelo, na reunião nós criticava, muitos são calados, eu não, eu sou daquele que vai para cima, porque... Eu também, né? Passou uma semana aqui, o mês passado teve uma reunião com a secretaria de Cultura do Estado, e a segunda cultura dela estava, e ela disse uma coisa muito bonita, nós devemos brigar pela cultura, como briga pela saúde, pela educação, e se nós ficarmos calados, ah, ele não liga não, fica calado e tal, e nós não, só brigando para, aí conseguimos, conseguir esse áudio aí, foi mestre, porque qualquer pessoa pode pegar o celular e pegar as perguntas e fazer para o mestre, treinar ele e fazer o áudio, mas é simples, tem que ser simples mesmo, se não for, vai ganhar só esse pessoal que tem que pagar uma editora, paga a empresa, e eu vou ficar de fora, eu sempre bati nas reuniões com os mestres aí que eu acompanho, eu sempre bati na teca deles, olha, enquanto a Secult não mudar essas editais, os mestres não vão ganhar, e eles não vão não, porque ele vai ganhar um mais novo, uma pessoa que pagou a empresa, e eles, não tem como não, um edital de R\$100 mil reais, por exemplo, de R\$70 mil, paga a empresa ali R\$20 mil, R\$10 mil, e ninguém ganha não, ganha não, porque ganha só eles.

Acaba que quem é o dono do talento, não fica com o dinheiro, né?

Não, fica não, é isso aí, tá aí, tem várias editais aí, mas os mestres não ganham, eles não ganham, porque eles não sabem escrever, são simples, entendeu, e botando um edital simples, o neto faz, uma filha faz, ou um vizinho faz, entendeu, e aí não, onde é que ele vai arrumar um produtor, meu irmão, no interior, que lá não tem ninguém, meu irmão, e minha Secretaria

de Cultura ajuda eles, pra fazer um edital, aí tendo um edital como você falou aí, mais simples, é melhor, uma linguagem mais simples, para as perguntas mais simples, porque tem muita pergunta aqui, e a sorte que agora tem esse, no celular agora, tem que criar o, como é que se diz, agora eu me esqueci, que tem no Whatsappzinho lá, aquela bolinha, não sei se o teu tem, uma bolinha que fica aqui, o que você escolhe, isso, você bota lá, já faz o projeto todinho, acredita?

Sim, a inteligência artificial.

Isso. A gente bota lá, por exemplo, eu boto lá, Marquinhos Calungueiro, trabalho com teatro de bonecos tantos anos, e quero um edital sobre, circula, ele cria todo, aí eu pego só as ideias, e jogo com o meu, que eu tenho os meus projetos, aí eu misturo eles, eu não boto tudo que ela escreve não, entendeu? Eu boto só aquelas palavras que mudaram, que mudaram muito, como assim, sobre uma pessoa física, indígena, índios, todas essas pessoas a gente tem que incluir no edital, pessoas negras, ciganas, você tem mais chance de ganhar, antigamente não tinha isso. Incluir as minorias, né? Incluir as minorias, e talvez sobre o lado visual, tem que colocar aquelas pessoas de libras, e aqui são muito difíceis, é muito difícil para fazer libras aqui, aí a gente bota o quê? Rampas, banheiros adequados, tem que colocar, se não colocar não ganha nada. Alguma coisa de acessibilidade tem que colocar, né? Senão não é selecionada, é verdade. É o mais difícil, é o mais difícil que tem nos editais, é acessibilidade, para nós aqui do interior, sabe? O mais difícil é isso, porque é muito complicado, você tem que ter cadeirante, ô, um cadeirante subir, um a um banheiro adequado, você falar, por exemplo, naquela hora que, eu não me esqueci do nome agora, por exemplo, eu sou o Marquinho, tô de roupa branca, cabelo preto.

Ah, sim! Audiodescrição.

Audiodescrição! Se você não colocar, você não ganha, não. É. Audiodescrição. Pois é, tamo junto aí, muito obrigado pela sua pesquisa.

Muito obrigada pela sua participação.

Graças a Deus, muito obrigada mesmo, viu? A família, tem muito artista aqui, a família. Meu pai é o mestre, ele me ensinou. Nós todos aqui, graças a Deus, trabalha nessa arte aí. E tamo junto aí, precisando de nós aqui, tamo aí.

Muito obrigada mesmo.

É nós. Boa noite, obrigadão, viu? Tá certo. Valeu.

Entrevista 4

Eu queria agora só saber um pouquinho da sua opinião, você que já tem experiência com editais, que já tinha um costume de receber os editais naquela linguagem mais rebuscada. Você logo de cara percebeu a diferença nesse edital de 2022?

Sim.

Essa diferença teve algum significado pra você na sua participação? Assim, na hora de fazer o projeto, na hora de se inscrever....

Então, na verdade, você está fazendo, enquanto pesquisador, algo que a gente tem muita dificuldade de estabelecer, que é o checklist inicial do edital, que é justamente pegar aquele documento com trezentas páginas e resumir em uma ou duas laudas, no máximo, para dizer assim, é isso aqui que o edital quer, só isso. As outras coisas são protocolares. Então, o edital, às vezes, ele vem ali no corpo de texto, hoje em dia estou colocando capa, algumas coisas para tentar favorecer esse entendimento, mas qual é a minha visão de maneira geral como agente cultural? Enquanto você estava me chamando para a reunião, eu estou numa dificuldade imensa com o pessoal da área do circo, e é importante que isso esteja sendo gravado para você entender essa questão, que eles trabalham com cultura há mais de 20 anos, é uma família inteira da área circense, mas eles não são letrados, eles não têm acesso a nenhum tipo de informação escrita, tudo é por áudio. Então, estou tendo a dificuldade de traduzir para eles o que é que o edital quer, em tempo real, dizer, olha, é isso aqui que eu quero saber de vocês, e parando para ouvir vários áudios em que eles se contradizem, voltam às informações, repetem o que já disseram, mas não respondem o que me disseram, ou o que eu perguntei, perdão. Isso, para quem está numa lógica operacional técnica como eu, é muito difícil, porque, daqui que eu pare, para entender o que é que eles estão me dizendo no áudio, quando, às vezes, em uma linha digitada resolveria, entendeu?

Eu entendo.

É... dificulta, mas está sendo um aprendizado. Paralela a isso, a leitura que a gente costuma fazer dos editais é mais no que qualifica a proposta, ou seja, quais são os critérios que vai garantir uma população boa e o que é que inabilita. Então, eu vou evitar que o projeto seja inabilitado e vou tentar alinhar o projeto ao que o edital pede. Então, é basicamente copiar as informações do edital e transformar isso num texto que seja aprovado. Então, simplificar a leitura, simplificar a linguagem é muito urgente, principalmente num período em que as pessoas não têm tempo, né? E que o serviço público melhorou bastante. Você, que está fazendo avaliação de políticas públicas, sabe, mas ele ainda segue alguns ritos burocráticos.

Ele melhorou bastante em descentralizar algumas informações, em pulverizar, em fazer live, em tirar dúvida e não sei o quê, mas, às vezes, né? Reproduzindo aqui falas de alguns amigos artistas, não são produtores, o artista, ele não quer saber da planilha, ele não quer saber de responder burocracia, ele quer apresentar o processo criativo dele. Então, a lógica de um músico, de uma artesã, ela é totalmente diferente disso que ele precisa preencher nesse formulário. Então, quem trabalha nessa perspectiva de elaboração de projeto ou de adequação de um projeto à proposta de um edital, acaba tendo que fazer esse filtro e nem sempre você consegue traduzir para a conta do artista ou do produtor o que é que o edital está pedindo e nem sempre você consegue dizer para o edital aquilo que o artista queria fazer. Então, uma das coisas também vantajosas, principalmente no âmbito da Secult, são o período de consulta pública do edital, que lhe permite, num período de 30 dias, entender já o que vai ser. Então, você já tem um tempo de preparação que, infelizmente, pela agenda lotada de todo mundo, acaba nem contemplando. Ah, vai abrir ainda as inscrições, aí a galera nem olha. Mas, para quem trabalha, já sabe basicamente. Ah, vai ser isso aqui que eles vão pedir. Se mudar, vai ser qualquer coisa.

Então, esse período de consulta pública favorece. Mas ainda está bem distante da realidade de quem está, de fato, na produção cotidiana da arte e da cultura. Haja visto o exemplo que eu trouxe para você agora. O recurso para democratizar o acesso existe. As políticas estão sendo desenhadas. Mas ela ainda não está chegando a quem de direito. Então, imagina essa família na área circense que há mais de 20 anos atua e que carece desse tipo de investimento, tem um edital só para eles, só para a linguagem do circo, mas eles não conseguem acessar. Aí você vai me dizer, João, mas hoje os editais, alguns, já permitem a inscrição para o vídeo. Para você gravar e a pessoa fazer essa proposta. De fato. Mas, ainda assim, a resposta do vídeo precisa ser alinhada com o que o edital pede. As respostas ao vídeo precisam ser respostas técnicas. Então, mesmo que eu tenha a capacidade de dizer, olha, você precisa responder assim, assim, nesse roteiro aqui, a pessoa não tem o know-how técnico, ela não tem a malícia, digamos assim, ela não tem o olhar de produção para alinhar o discurso dela com o que o edital quer. Ela vai dizer o que ela sente. Aí o que é que o parecerista, que aí é o outro lado também, o parecerista se depara, ele se depara com um formulário em que ele vai dizer se aquela resposta condiz ou não com o critério que ele precisa avaliar e ele precisa atribuir uma nota. Então, por mais que a proposta seja linda e maravilhosa, se ela não estiver de acordo, não pontua ou se pontuar, a pontuação é baixa. Entende? Então, acaba sendo um jogo de cartas marcadas. Eu falo isso com uma certa tranquilidade porque eu já estive nos três lugares. Já estive no lugar de quem avalia, já estou no lugar de quem elabora, mas já estive no lugar de quem queria ser

aprovado e não era. Sim. Então, para você ser aprovado, não, eu fiz um projeto belíssimo. Na cabeça de quem está propondo, a proposta dele é a melhor de todas. E, de fato, tem ideias maravilhosas, mas se ela não conversar com o edital, ela está fora. Ela não vai ser bem avaliada. Você vai responder aqueles termos técnicos, não é? Se ela não atender aqueles critérios de pontuação, esqueça, porque vai ter outra que vai atender. Vai pontuar, vai gabaritar. Então, hoje, por exemplo, os editais de bibliotecas comunitárias, a maioria das que a gente conseguiu aprovar, todas elas gabaritaram porque respondiam as perguntas que o edital queria que fosse respondido. Atende assim, assim, assim. Promove a democratização do acesso à leitura? Promove. Então, automaticamente, para quem está avaliando, ok. Aí, às vezes, teve outra com a mesma finalidade, só que não botou a palavra que o avaliador queria ler. E que é o que acontece, para finalizar a minha fala. Travou um pouco aí a conexão.

Não, mas aqui está tranquilo, deu para ver e ouvir direitinho.

Carmen? Está me vendo? Está ouvindo? Agora, sim.

Não, aqui não travou, não. Aqui deu para ver e ouvir direitinho.

Não, é só para resumir. É o que acontece muito hoje nas leis de incentivo. Por exemplo, a Lei Rouanet. Para você aprovar um projeto na Lei Rouanet, basta que ele tenha finalidade cultural e que ele atenda os objetivos que a lei requer. Se ele não atender os objetivos da lei, ou seja, eu preciso fazer um CTRL-C, CTRL-V do que a lei está pedindo. Se ele não atingir, ele não vai ser avaliado ou satisfatório como objeto que se adequa a um artigo tal. Basicamente, está sendo isso. E há um risco muito grande de que esses editais se transformem nisso. Atende ou não atende? Não atende. Pronto, então está fora. Atende, então vamos garantir aqui os critérios. O que está diferenciando agora as propostas são aqueles critérios de bonificação. Se, por exemplo, promove a equidade de gênero, se tem uma proposta voltada para PCT, acessibilidade, inclusão. Então, a Secult do Estado agora está se preocupando muito com a política de inclusão, de acessibilidade. Todas as ações, por menores que sejam, têm que prever medidas de acessibilidade. Pode ser um prêmio pequeno de 10, 15 mil, 20 mil, tem que ter uma medida de acessibilidade garantida. É uma inovação. É bacana. E aí são coisas que estão vindo, mas quem vai acompanhando essa dinâmica, essa conversa, percebe que ainda não está naquilo que era para ser. Na minha visão, não que a gente precise ratear o dinheiro público, sair rasgando, até porque o gestor responde por isso depois, mas deveria haver formas mais simples da inscrição ser feita sem um texto técnico, sem uma coisa muito rebuscada, sem uma dinâmica que tolhesse a capacidade criativa, artística. Basicamente é isso a minha fala.

Mas é interessante, não é a primeira pessoa que me fala isso, que meio que fala que não adianta ter só a linguagem simples ali naquele início de edital se todo o processo ainda é muito burocrático e acaba excluindo as pessoas que ali têm o talento, têm o talento e só não têm esse conhecimento técnico para escrever o texto do jeito que deveria ser escrito. É impressionante.

Mas o seu trabalho, voltando de fato para esse resumo que você fez, ele serve demais para essa capacidade de síntese. As pessoas não têm tempo e principalmente para quem trabalha com edital, imagina agora trezentos editais abertos ao mesmo tempo e você diferenciar uma coisa da outra. Então, quando você consegue fazer isso, dizer, olha, esse edital pede isso aqui, a finalidade dele é essa, tem um prazo até tal dia e tal, é o checklist. Então, basicamente, a gente precisa muito de trabalhar com o checklist. O checklist, você manda para a pessoa, diz, olha, isso aqui, não olha mais para nada do edital, você só precisa se concentrar nisso aqui. Se tiver alguma coisa complementar, eu lhe falo, mas olha para isso aqui, é a referência. A pessoa deixa de ler um documento de 30, 40 páginas e tem só uma. É mais fácil dela se concentrar, imprimir, riscar, ver se é só isso mesmo. Então, é mais tranquilo. Eu parabenizo você por isso. Que não deve ser tão difícil para quem é da área linguística, né?

Mais ou menos. Mas ainda é difícil, porque acaba, às vezes, essa transformação da linguagem simples acaba sendo meio subjetiva, né? E aí, assim, por exemplo, às vezes uma palavra que eu escolho para fazer essa transformação com uma palavra que eu acho que é fácil, quando chega ali na ponta, não é tão fácil assim.

Então, a gente também ainda tem muita essa discussão.

Sim, sim. Eu queria te agradecer. Muito, muito obrigada. Eu sei que o seu tempo está muito corrido.

Nada, obrigada aí pela paciência. É isso.

Eu que agradeço. Tchau.

Tchau.

Entrevista 5

Eu queria saber agora a sua opinião sobre, para você que já tem esse contato com editais, com editais culturais, que já tem toda uma experiência, você de cara já percebeu diferença quando viu o edital de 2022? Isso te causou algum impacto? Fez diferença?

Faz, faz uma diferençazinha. Até no sentido, principalmente, da gente localizar informações, né? De uma forma um pouco mais prática. Então, acho que essa é o principal motivo, assim, né? Quando a gente vai buscar informação, a gente meio que já sabe onde está, né? Geralmente, tem um sumariozinho ali, já que linka direto, tem um hyperlink às vezes, né? Então, isso facilita demais essas informações. Diferente de quando é um texto bruto, a gente tem que ficar caçando ali, onde pode estar o que a gente está querendo saber, né? Então, facilita, facilita.

Tu acha que, assim, poderia trazer benefícios no sentido de que mais pessoas acessassem esses editais e participassem, democratizar, de certa forma?

Sim, sim, né? Essa linguagem edital é muito burocrática, né? Muito burocrática. Acaba espantando o artista que, no geral, não nasceu para essa burocacia, né? Tem que aprender a ser esse burocrata, esse produtor, né? Então, acaba por democratizar, sim.

No caso desse primeiro edital, né? Que tu participou, que é o de 2022, tu lembra, assim, qual a sensação no momento em que tu deu de cara ali com aquele edital diferente? Assim, o que você percebeu ali no momento? Se você teve alguma sensação diferente? Tu lembra, mais ou menos? Pra poder falar um pouco a respeito.

Assim, é justamente essa experiência que eu acho que é da... do lidar com esse próprio documento a partir dessa inscrição, né? Então, eu senti essa facilidade um pouco de manuseio desse documento, né? O documento acaba por a gente conseguir manusear de uma forma um pouco mais prática, né? Um pouco mais prática. Porque, geralmente, a gente tem fóruns de debate pra quem trabalha com essa questão de projeto. Geralmente, um vai auxiliando um ao outro. Eu noto que, depois disso, acho que mudou, diminuiu um pouquinho as perguntas nesses fóruns, né?

Interessante isso. Então, gera menos dúvida também?

É, um pouquinho, né? Pelo menos, se soluciona mais fácil, né? As dúvidas sempre tem, mas se soluciona de forma um pouco mais prática, né?

Aham. No caso, essa facilidade, tu acha que ela veio só ali pro início do processo ou pro processo como um todo?

Assim, acho que é complicado dizer o restante do processo porque segue sendo o mesmo processo de forma muito burocrática. Assim, pra gente, que pelo menos nesse primeiro momento aí tava lidando com esse primeiro manuseio com alguns ganhos editais, a gente foi ganhando experiência ao longo desse tempo, mas não sei se pra ao longo do processo, assim, ele facilita. Não, acho que vem, a coisa que talvez facilite é justamente pescar alguma dúvida que surja ao longo do processo de forma um pouco mais prática. Isso é a mesma questão do primeiro momento, né? Mas, no geral, acho que influencia pouco esse caminhar do processo porque eu acho que são duas coisas, né? Eu acho que são duas coisas, são coisas distintas, né? Só pra finalizar aqui, só pra eu ter aqui um pouquinho do perfil dos participantes, tu já tinha experiência antes com editais, né? Antes do edital de 2022, né?

Tinha, tinha. A gente escreve edital desde 2013, né, por aí, embora viemos ganhar o primeiro em 2019 pra 20, né? A gente conseguia algumas outras ações, a página de festivais e tal, mas editais mesmo a gente conseguia em 2019 pra 20, né? Então, é mais ou menos esse período pra cá. Aí, de lá pra cá, a gente tá direto, assim, né?

Qual é a tua formação? Eu sou dentista.

Dentista?

É, por formação, mas, assim, eu tenho uma vivência com teatro e com literatura já há 20 anos, né? A gente tem um grupo de teatro, é uma associação cultural, que esse ano completa 19 anos. Temos um centro cultural aqui independente, né, na cidade aqui, que esse ano completa 10 anos. Tenho uma trajetória literária já com 10 títulos publicados, né? Então, tô nesse mundo da arte há um bocado de tempo já, né? Aí, informação também, né? Assim, questão de cursos e ações culturais, né? Fiz quase, quase concluí um curso de gestão, de gestão, de especialização em gestão e produção cultural. Não consegui terminar por questões de agenda artística que acabou chocando muito, mas tenho essa experiência. E há uns quatro anos, além de fazer projetos direcionados às nossas ações aqui, a gente também terceiriza esse serviço também, né, para outros artistas, outros profissionais, outras instituições que precisam.

O pessoal fala muito sobre isso, mesmo assim, de às vezes precisar mesmo terceirizar essa parte de produzir o projeto, da produção ali do projeto, de escrever o projeto, né?

E também tive experiência na gestão aqui das cidades também, na parte da cultura, né?

Na Secretaria de Cultura, é?

Sim, como secretário. Tem um pouquinho de tempo, mas tem, né?

Não, perfeito. Muito obrigada, viu? Vou tomar muito do seu tempo, não, que eu sei que você está bem ocupado, mas muito obrigada por você participar e por disponibilizar aí o seu tempo.

Nada, querida. Até a próxima.

Entrevista 6

Os resultados do experimento eu quero comparar com a opinião de vocês, que já são pessoas que participam de editais, que já têm o costume de ler aquele texto do edital, que é mais, que é um texto, é uma linguagem mais rebuscada. De você, eu queria saber se você acha que, mesmo você já tendo toda essa experiência, se para você trouxe algum benefício o texto do edital vindo linguagem simples?

Certo. Aí, no caso, você quer que eu coloque assim, como foi a minha experiência, né, ter contato com a linguagem do texto, é isso, né?

Isso.

Pronto. Esse edital, esse edital foi o primeiro projeto em si que eu, enquanto juventude indígena, por exemplo, eu sou uma mulher jovem, que assim, a gente já recebe muitos projetos por meio do governo do estado, né, da Secult, só que sempre eram as pessoas, as lideranças que elaboravam esses projetos e submetiam, né? E aí, dessa proposta, eu sempre tive uma, a perspectiva, eu sempre tive a ideia de ter uma biblioteca, né, na comunidade, e aí, eu já tinha conseguido alguns recursos, assim, sem fins financeiros, para colocar pelo menos um mínimo, né, biblioteca, um mínimo para as executoras das atividades. Só que aí houve a necessidade de ter mais outra ampliação do espaço, mais materiais didáticos para ser colocados lá. Eu senti a necessidade de ter uma pessoa que me ajudasse no processo, porque eu estudava, né, no período que eu comecei a biblioteca, eu estudava. Então, assim, o meu tempo era mínimo, né? Então, eu disse assim, eu preciso de alguém que possa me ajudar a fazer a catalogação do material e também consiga fazer aquisição de outros materiais também. E aí, eu fiz, eu fui estudar a proposta do projeto, que na época, né, que a gente submeteu, de fato, foi a proposta, assim, bem acessível, porque até falei com os meninos, gente, dá para a gente conseguir construir... Tá conseguindo escutar? Tá, né? Tá conseguindo escutar?

Tô, tô conseguindo.

Tá, pronto. E aí, ou seja, né, até falei assim, porque aqui a gente tem o grupo Articulação da Juventude Indígena. E aí, a gente começou a estudar a possibilidade da gente escrever projetos voltados para a juventude. E aí, um dos primeiros que a gente conseguiu foi esse, da biblioteca, que foi equivalente a 20 mil reais. E aí, a gente conseguiu, eu até penso assim, meu Deus, eu não sei se eu vou conseguir, se eu vou conseguir, né, com a minha proposta. Mas o que vale é a gente tentar, né? E aí, a gente conseguiu, o projeto tá em evidência, embora a gente já tenha prestado conta, e a gente, mas o projeto ainda continua, e a perspectiva é que ele continue mesmo com, sem financiamento, porque a proposta é, de fato, a gente conseguir

implementar a possibilidade de educação, né, para além do espaço escolar, né? E aí, aqui, como a gente é um território indígena, a gente costuma dizer que o território também é um espaço que ensina, né? A educação, a gente tem dois tipos de educação, né? Que é a educação escolar indígena e a educação indígena. E a biblioteca vem com essa perspectiva mesmo, de a gente contribuir no fortalecimento da educação indígena. E aí, assim, o edital, de fato, uma coisa que me assustava bastante era a questão do... Porque a escrita, pra mim, não foi tão densa, assim, de escrever, né? A proposta pra mim não foi tão densa, os documentos também não foram. E aqueles documentos que me causavam, assim, ter alguns termos que, como eu não tinha contato com esse material ainda, me gerou algumas dúvidas. Só que como eu tenho uma das lideranças aqui, que faz, né, que já faz há muito tempo, já tem contato com esses documentos, aí eu ligava. O senhor pode me tirar uma dúvida? Esse documento, eu consigo acessar, eu tenho que fazer impressão, eu consigo fazer assinatura digital, eles querem material. E aí, assim, eu conseguiria ter mais informação pra deixar tudo de forma esclarecida, porque, assim, a liderança que eu entrei em contato falou assim, ó, não coloca muita informação, eles querem que você vá direto ao ponto, o que você quer? Você quer o recurso, tá? Você quer o recurso pra você comprar mais material pra biblioteca. Até o nome. Quando a gente criou mesmo, fez a escrita e submeteu, a biblioteca não tinha nome, assim, estava só como Jenipapo Kanindé, né? Aí depois, quando o projeto já estava acontecendo, as atividades já estavam sendo realizadas, eu, a gente decidiu que mudaríamos o nome da biblioteca e colocaria de forma que contemplasse o território. Aí, assim, é muito importante essa questão da linguagem, Carmem, porque eu entrei em contato via e-mail, porque como não é digital, a gente estava com nome, então eu disse assim, eu preciso formalizar com o governo do estado que a biblioteca tenha um nome. Porque, assim, tinha um nome, que era Jenipapo Kanindé, que era o nome do nosso povo. Hoje, a biblioteca se chama Uca Lerissá, que significa Casa da Leitura. Aí, assim, eu fiz um ofício, aí assim, eu já tenho uma relação de contato com esses documentos, aí eu fiz um ofício sinalizando que, durante a escrita do projeto, a biblioteca estava titulada como Jenipapo Kanindé, que remetia ao nome do povo, que era o território que está localizado no município de Aquiraz e tal. No entanto, durante o diálogo com as lideranças locais e com as pessoas que participam do espaço da biblioteca, foi decidido em comunidade que o nome da biblioteca seria Uca Lerissá, Casa da Leitura do Povo Jenipapo Kanindé. Entendi.

Aí, vim para lá, aí eles me deram retorno novamente para a gente fazer a mudança. Porque aí, quando eles entrassem em contato de novo, eles não iriam, não ia ter divergência de informação. Então, assim, eu achei um sucesso. E no edital não tem isso, assim, não tem essa

coisa de mudança de nome, se a gente para pra pensar. Só que foi tão esclarecedora, as informações lá estavam tão esclarecedoras, de forma que a linguagem da leitura estava tão mais acessível que, assim, eu mesma que disse assim, não, eu vou submeter um ofício para lá, para eles ficarem cientes que a biblioteca tem um nome agora. E aí, a gente, depois desse projeto, a gente foi contemplado com outro. Só que, assim, como agora atualmente eu não estou mais à frente, porque eu acabei que eu estou à frente, mas não diretamente. Ficou outras meninas aqui que estão comigo desde sempre, e aí elas ficaram, e a gente conseguiu, acho que foi um... Eu não tenho muita informação sobre esse outro projeto, mas ele também foi muito importante, porque me ajudou a ter alguém, a ter um agente indígena de leitura, né? Porque a gente, assim, precisava de uma pessoa que ficasse lá na minha ausência. E aí a gente conseguiu convidar uma jovem também, que ela é artesã. Eu disse assim, gente, preciso envolver as pessoas da comunidade que trabalham com a cultura local para estar na biblioteca, porque a gente precisa fazer com que as crianças, os jovens, os idosos, né? Toda a comunidade entenda que a biblioteca é um espaço de lazer, sabe? É um local onde você pode fazer arte, onde você pode brincar, onde você pode se divertir, onde você pode dormir, se você quiser. E aí disse assim, esse espaço é um espaço de lazer. E aí a gente conseguiu esse financiamento, tanto que o financiamento desse primeiro projeto já tinha terminado, né? A gente tinha concluído, e aí a gente tinha conseguido outro apoio para a permanência mesmo, para a gente conseguir permanecer por mais tempo com outras atividades lá também.

Que legal!

Aí a gente conseguiu fazer o fardamentozinho das crianças. O nosso público agora é só criança. A gente está com cerca de 25 crianças que frequentam, porque o nosso território é um território pequeno. A gente disse que já é muito grande o fato das crianças estarem indo. E não é mais a gente indo atrás delas, em busca delas, sabe? É elas indo assim, ah, que dias vai ter a biblioteca? O que vamos fazer, entendeu? Então, assim, eu até falo assim, das vezes que eu... Essa é a minha primeira experiência de falar um pouco de como é que tem sido, como foi esse processo de criação da biblioteca de fato. E aí, assim, eu costumo dizer que por mais que a gente já tivesse um espaço, por mais que a gente já tivesse um trabalho sendo executado, mas esse projeto, o fato também de eu ter tido a independência de poder construir, sabe? Porque, assim, por muito tempo, Carmem, eram as outras pessoas que construíam os projetos para a gente, os territórios tradicionais. Então, isso vale muito ser acrescentado, e eu ressalto bastante nas vezes que eu tenho de dialogar com as pessoas sobre como foi esse processo. Porque, por muito tempo, as pessoas escreviam para nós como que a gente não tivesse o conhecimento de escrever, sabe? E a gente... E imagina se na época eu tinha o quê? Eu tinha...

Eu estava na faculdade já, nesse período, mas com muito medo ainda, porque a gente tinha acabado de entrar na faculdade, né? E aí, nesse processo, eu ficava assim, não, eu não vou... Todas as vezes que a gente era convidado para elaborar projetos, eu falava, gente, os mais jovens, sabe? Porque os mais jovens já elaboravam, já tinham feito cursos. E aí, uma das estratégias que eu fiz, que foi até pela... Eu não vou me lembrar agora o nome da... Mas foi daqui do Ceará também. Eu não... Como eu tinha uma dificuldade... Eu disse, meu Deus, acho que eu não vou conseguir escrever na linguagem que os editores solicitam, né? E aí, eu fui fazer um cursinho, um cursinho básico mesmo, de 20 horas, de execução de projetos culturais. Porque, como a gente queria trabalhar com isso, ia elaborar e fazer, então, eu disse assim, gente, a gente precisa... Eu fico na parte... Aí, a gente se divide. Eu e Dani ficamos com a parte da escrita, do corpo do texto, de contextualizar, de trazer os contextos históricos, se for instituição, se for organização, se for um espaço, no caso, biblioteca. E o Dani, que é... Daniel, que fica na parte das artes, ele que fica mais na parte de... Colocar as propostas de oficinas, e o Yuri fica na parte da contabilidade, do financeiro. E somos todos jovens, né? Somos todos jovens. E aí, a gente... Quando eu peguei o edital, eu fiquei assim... É meu primeiro projeto, e eu queria saber se vocês teriam a possibilidade de construirmos juntos, né? Aí, cada um ficou com um pouco do texto, assim, do material do edital. E aí, eu fiquei mais na parte de entender qual era o objetivo mesmo. Os objetivos, o que o projeto poderia financiar, o que não podia conter, o que eu precisava fazer, já que era o meu nome que eu queria para a execução, né? E aí, eu fui abrindo meu mapa cultural, aí a gente também não tinha muito... E agora? Como entrar? Como fazer um mapa cultural? Aí, fomos olhar... Fomos ler um material, a gente conseguiu ler, e a gente fez o meu mapa cultural, e na mesma oportunidade, a gente fez o mapa cultural para o Daniel, porque no mesmo período, a gente também tinha feito outra proposta de projeto. Não, minto. Foi num momento depois, foi um ano depois, ou foi seis meses depois, não me recordo agora. A gente fez um projeto também para o Daniel, só que do Daniel, a gente se envolveu mais... Eu fui na parte mais da questão da leitura, quanto à biblioteca, e o Daniel ficou mais envolvido na parte das artes. E aí, a gente levava, a gente tinha uma série de oficinas voltadas para a questão das artes, e a gente também foi para um projeto financiado, esse foi um projeto, o financiamento foi um pouco maior, foi de 40 mil reais, que era a gente executar várias atividades, oficinas sobre grafismo indígena. Porque uma coisa que eu tinha observado durante o meu trabalho na biblioteca é que a gente tem poucos jovens e poucas crianças que trabalham com grafismo indígena. E aí eu disse assim, só tem o Dani e tem os meninos mais jovens, só que na faixa etária dos 16, 17. E eu disse assim, a gente precisa explorar um pouco mais os mais velhos e as crianças para

trabalhar com grafismo indígena. Aí a gente viu a oportunidade também desse projeto do Dani, e aí também foi no edital, a gente foi estudar no edital, e a gente tentou três projetos. Do Dani, que foi para trabalhar com grafismo indígena, aí tentei outro no meu nome, só que foi voltado para as mulheres, alguma coisa das mulheres, só que não conseguimos obter um bom resultado, porque existe uma classificação e a gente não ficou desclassificado totalmente, só que a gente não conseguiu a pontuação adequada para conseguir o recurso. E aí a gente tentou dois para cá e outro para outro território, que aqui a gente conseguiu contato com... Quando a gente foi estudar fora, a gente teve contato com vários indígenas e com muitos jovens. E aí dentro desses diálogos, porque, querendo ou não, quando sai um edital, a gente diz assim, gente, sai um edital tal, fulano, você trabalha com arte, vamos tentar esse projeto com arte, fulano, você trabalha com audiovisual, vamos tentar esse projeto com audiovisual, fulano, você trabalha na parte da educação, sai um edital das bibliotecas comunitárias, então você fica com essas propostas. E assim foi feito, a gente tinha tentado uma para uma indígena nascer, que era lá da Caucaia, só que a gente também não conseguiu. E aí a gente até entendeu, porque depois a gente foi ler o edital, a gente foi ler o material, porque a gente tinha salvo, a gente tinha feito um texto à parte e depois foi colocando nas... Tipo assim, no formulário do edital. E aí depois a gente disse assim, realmente isso não estava... Porque isso tinha sido a segunda proposta, né? Depois desse primeiro edital. E aí por mais que esse edital... Porque esse da biblioteca eu achei bem simples mesmo, de fato era algo inovador, não era para a comunidade tradicional, que no caso indígena, era envolvendo as crianças... E esse outro era do zero. E aí depois a gente até hoje tem tudo guardado nos nossos drives, né? Que são os materiais que a gente ia produzindo e ia guardando nos drives. E aí a gente até falou assim, gente, meu Deus, de fato, não tinha como passar, estava muito fora donexo, muito fora do contexto. Eu acho que a gente sonhou muito alto. É, porque eu acho que a gente pensou coisas muito mirabolantes, principalmente para a questão da arte, né? E eu acho que a gente faltou um pouco botar o pé no chão para tentar ver as coisas mais concretas, né? Ficou muito no abstrato. E aí depois o do Dani foi o único que passou e foi o último a ser enviado. Eu até falei assim, meu Deus! Só que o do Dani tinha coisas mais concretas, dava para você observar, e depois a gente fez uma releitura, né? Porque a gente foi tentando novas propostas, e aí depois a gente teve que fazer uma revisão do que a gente já estava fazendo. Por exemplo, a biblioteca fez a revisão do que já tinha, porque hoje a gente precisa... o espaço, por exemplo, vamos tentar aqui depois, futuramente, umas almofadas, onde vamos conseguir esse recurso, já que nós não temos, entendeu? E a gente precisa revisar.

E depois a gente estava vendo o do Dani, foi o projeto que de fato foi aprovado, porque ele estava mais ligado com a proposta do edital. Dentro mesmo dos objetivos, né? Exato, exato. E aí, por isso que os outros não deram, não passou. Só que aí eu fiquei assim, foi o último a ser enviado, porque a gente fez os três no mesmo dia. Só para você ter noção, o edital foi enviado no mesmo dia. As três propostas de projeto foram enviadas no mesmo dia. E nesse mesmo dia foi o dia que a gente parou para estudar o edital. A gente não... A gente não fez assim, vou pegar aqui o edital e vou estudar a possibilidade. Não, a gente pegou o edital de manhã, aí estudando, aí de tarde a gente falou com o Dani, eu disse assim, Dani, eu sei que você não gosta muito da escrita, então tenta externalizar, manda um áudio para mim explicando quais são as tuas ideias sobre a arte, sobre o grafismo indígena. Aí ele mandava os áudios, a gente pegava os áudios dele, e eu pegava assim, os objetivos, e a gente fez como se fossem alguns mapas. Aí puxava uma rama, tipo assim, grafismo, aí cultura indígena, aí a importância do grafismo indígena, aí colocava outra rama e colocava a importância, porque aí isso ia servir, tudo isso assim, que no início não ia... Por que eu vou estar fazendo tudo isso? Iria servir também para juntar tudo e organizar e botar no corpo do edital, do formulário do edital, porque precisava explicar por que era importante, por que isso era fundamental, e aí quando se fala em... Aí a gente colocava palavras-chave, tipo, fortalecimento, cultura, grafismo indígena, ia colocando essas palavras-chave, porque ia dar um norte, assim, por que fortalece? Por que é importante? A gente está aqui falando de grafismo indígena, por que grafismo indígena é importante para o território indígena? E o que isso vai trazer? Qual a importância desse projeto ser financiado pelo recurso do governo do Estado, da Secretaria de Cultura? Então a gente ia colocando várias ramas, assim, né? Claro que quem é... Já que trabalha com a questão de edital, tem suas formas específicas de trabalhar, só que a gente, como era muito novo, tudo era muito novo para a gente, a gente ia trabalhando da forma que a gente conseguia entender e compreender a edital. Aí a gente pegava, assim, colava, copiava e colava, assim, todos os objetivos específicos, colocava no drive, no drive, e a gente ia editando, assim, colocava, peraí que eu vou colocar aqui, vou ficar responsável pelo título, vou aqui ficar responsável pelo objetivo geral, pelos objetivos específicos, e aí o Yuri, tá, eu vou colocar aqui, vou ficar na parte do resumo, na justificativa, aí na parte financeira, que era quando eu tinha um pouco mais de dificuldades, porque eu sempre tive mais dificuldades com números, né? Então, assim, o Yuri que já ficava com essa parte, a gente fazia, só que assim, eu contribuía dentro das minhas possibilidades, né? Porque como existiam muitas oficinas, e essas oficinas exigiam que os oficineiros também recebessem, né? Porque, assim, a gente, uma coisa que a gente falava, assim, a gente paga, por exemplo, quando se fosse uma oficina

numa universidade, numa universidade, a gente iria chamar os professores de lá e iria querer ser bem remunerados, né? E já, por que que a gente não valoriza o trabalho local, dos artistas locais, entendeu? E, assim, o projeto está aqui, as oficinas estão dentro do projeto, estão dentro do edital, entendeu?

Sim, tô entendendo!

E aí, assim, a gente colocava, tipo assim, diálogo, porque a gente precisava entender fazer com que a educação existisse ali, né? Então, teria que convidar a cacica, por que que a gente não poderia conceder um recurso para a cacica dar uma palestra? Só porque ela é para cacica e nós somos do território? Não, assim, lá não tem dizendo que inibir o fato de alguém do território de receber, entendeu? E aí, assim, a gente fez, assim, bem direitinho, colocou lá a oficina, uma das oficinas era objetivo, não, pera, a importância do grafismo indígena para o fortalecimento da luta do povo. De acordo? E aí, botava lá, tipo assim, quem vai ser os oficineiros, né? Aí botava lá a cacica pequena, Daniel, né? Aí bota lá José, que são os meninos que mais trabalham com isso, né? Aí colocava lá, organizava, e aí, quando era num dia, a gente conversava com eles, e aí a gente já colocava, né? E até eles ficavam assim, não, não precisa receber, é para a gente mesmo. Aí a gente meio que conscientizava, trazia um pouco desse processo, assim, da democratização e da descentralização desse recurso. Tipo assim, gente, aí eu chegava pra eles e conversava assim, ó, imagina só se viesse um grande artista que é professor da universidade não sei da onde, ele não ia ser pago. E a gente aqui vai trazer grandes, uns que sabem de artes que esses grandes artistas daqui não sabem. Porque não é todo mundo que trabalha com grafismo indígena, é todo mundo que sabe com a simbologia, não é todo mundo que sabe por que que é a importância, a forma como é feita a tinta, como é que é feito os palitinhos, entendeu? Então assim, por mais que a gente aqui consiga, tudo é da natureza, a natureza que nos dá, as tintas de Jenipapo é a natureza que nos dá o palito para fazer os traços do grafismo é a natureza que nos dá porque é do da palha do coqueiro, mas independente disso, vocês também vão sair de seus casos. Por exemplo, você é dona de casa, sai do seu espaço de, pra fazer suas coisas, pra estar aqui, pra repassar um pouco do seu conhecimento. Então assim, conhecimento também é tem valor, entendeu assim? E a gente precisa e aí eu até falo assim, o fato de vocês são professores na cultura indígena, que a gente costuma dizer que os detentores desses conhecimentos tradicionais são os mestres e doutores da mata, porque eu digo assim, nem eu que hoje adentrei o espaço da academia, acessei os espaços de formação, tem os conhecimentos que vocês detêm. Tem conhecimentos que vocês sabem que nunca ninguém ensinaram vocês. E muitos dos meus conhecimentos assim, a nível acadêmico mesmo, alguém precisou me ensinar. Então assim, sabe, Carmem, o processo

assim eu não sei se eu consegui contemplar como foi esse processo. É porque eu não conseguia te explicar de outra forma, porque foi tudo muito novo, então eu tinha que te explicar como que originou essa proposta, da onde que surgiu. Exato, eu precisava te explicar, porque se eu te explicasse pouco, pela metade resumida, tu ia ficar assim, mas peraí. Exatamente, mas peraí. Sim, mas como é que foi isso? Como foi que surgiu essa proposta da biblioteca, quem foi que repassou digital? E assim, uma questão também é que a gente logo quando a gente, os primeiros projetos que a gente conseguiu pra cá, foi voltado pra um museu, e todos eram pela SECULT, todos eram pra SECULT, porque a gente precisava de organização do espaço, compra de materiais, tudo era financiado pela SECULT. E aí a gente já tinha, por mais que a gente não tivesse pego o material pra leitura, então a gente já sabia da onde que vinha essas informações. E aí a gente, por exemplo, vinha e nesse período a gente recebia esses projetos, eram sempre pessoas externas ao território que elaboravam, que estudavam aqui, que faziam trabalhos aqui, que elaboravam esses projetos e traziam a proposta. E aí a gente sentava, conversava e avaliava se de fato a proposta contemplava o território. E aí assim, como a gente escutava muito, eu até falo que assim, escutar, a gente precisa muito falar, mas também muito escutar, porque assim, a possibilidade de escuta faz com que a gente entenda e aprenda muita informação. Foi nesse hábito de escutar, no período nós não tínhamos nenhuma forma de contribuir, porque a gente éramos muito novos, a gente começou a trabalhar, a conseguir esses projetos em 2010, quando começou a vir esses projetos. Não, um pouco antes. Só que a gente começou a ter acesso a esses projetos e mais, que eu estive presente foi em 2010, com outros projetos, e aí com outras pessoas sempre trazendo as informações. E aí a gente foi aprendendo muita coisa, assim, sabe? E assim, é tanto que não teve, ninguém pegou assim, ai Raquel, saiu edital, como hoje a gente faz, tipo assim, tudo eu mando pelo WhatsApp, saiu edital, eu mando pelo WhatsApp, não tem agora esse acesso mais acessível, só que antes não era assim, e aí assim, eu lembro que a gente começou a ter acesso a pequenas informações, quando existiam, não sei se tu lembra, da época do período que tinha um modem, que botava um chip, que era que tinha acesso internet, pronto, ali eu já tinha acesso, a gente sempre, uma das nossas funções, que eu participei do museu muitos anos, uma das nossas funções era olhar o site da Secult, que antes era bem defasada a informação, e olhar os editais, assim, sabe? Só que eu sinceramente... Porque assim, é... Não é todo mundo. Se você parar pra pensar, você pegar um.. é... pessoas jovens, sabe? E perguntar, você sabe onde tem editais? Se sabe onde, onde, é... em quais sites pesquisar isso? Em ler até o próprio edital, não é todo mundo. É, a gente imagina que todo mundo sabe, porque tem uma linguagem acessível, mas não é. Você precisa, de um tempo,

tendo acesso àquelas informações, mesmo você imaginando que você não sabe, não comprehende. Porque com a gente foi assim. A gente passou muito tempo só fingindo que lia. Só fingindo que está ali. Mas a gente sabia onde ia acessar.

Eu entendo.

Até então, só para você ter noção, a gente não tinha ciência que para ter acesso ao projeto, precisava de um mapa cultural. E a gente ficou se perguntando, e agora, como faz esse mapa cultural? Porque a gente tinha acesso, sabia dos editais, mas não sabia do mapa cultural. Aí, assim, vamos pesquisar. Será que precisa pagar? Será que demora muito tempo o acesso? Porque a gente imaginou que poderia ser algo mais burocrático, por exemplo. Aí, assim, é tanto que quando eu fiz o meu, a gente automaticamente fez o do Dani. Aí fez o meu e o do Dani, porque seriam as duas pessoas que possivelmente iriam ter os nomes abertos para solicitar o recurso. E submeter as propostas dos projetos. Aí, assim, assim foi. Hoje, a gente tem projetos de audiovisual aqui pela Secult. Porque a gente trabalha muito com a questão do audiovisual, com a juventude. E, assim, Carmem, nós, enquanto territórios tradicionais, território indígena e tantos outros territórios, a gente tem utilizado as tecnologias a nosso favor. Então, assim, a gente não tem como tirar uma boa foto sem formar os jovens para tirar uma boa foto. A gente não tem como fazer postagens acessíveis respeitando as leis da internet sem estudar a internet. Porque, assim, a gente consegue... E isso não tem nada de mal. E, assim, a gente tem feito, sabe? Vem cá, quais são as principais demandas do território? A gente tem percebido que as juventudes têm utilizado muitas redes sociais. Pois a gente vai pegar e formar essa juventude para utilizar as redes sociais. E, assim, a gente tem feito. Tanto que há um tempo a gente conseguiu implementar aqui e não era um espaço físico, era um espaço de formação, que era a primeira escola de cinema indígena que estava aqui. Então, assim, a gente conseguiu tirar muitos... Isso foi em 2018, também foi de um financiamento de projetos que não foi por pessoa física, foi pela associação. Mas que, assim, foi pela associação, mas quem está na associação são mulheres, são mulheres do território, entendeu? Ou seja, elas também tiveram acesso a essas informações com relação de que forma elaborar. E isso é de fundamental importância a gente ter acesso a essas informações desses editais e saber os objetivos, os principais objetivos, os gerais específicos. Porque, assim, nós que vamos direcionar a proposta do projeto para dizer quais são as nossas demandas do território. Ou seja, existe uma proposta de projeto porque existe uma demanda aqui, existe uma necessidade aqui. E quem vai direcionar somos nós para o projeto. Então, assim, nós que vamos descrever a forma como esse projeto pode contribuir aqui com o desenvolvimento da comunidade, com o fortalecimento da cultura. Então, assim, eu costumo dizer muito que... Até

esse dia eu estava conversando com os meninos que eu citei anteriormente. Do quanto tem sido mais fácil a gente conseguir elaborar propostas para cá, para o território, pensando nessas possibilidades, na elaboração desses projetos. E a gente mesmo tem essa responsabilidade porque é um recurso público. E eu sei de você tem ali aquela sensibilidade que você está aqui trabalhando com o seu território, tem uma responsabilidade com o território, tem uma responsabilidade com o Estado. Então, assim, eu fico muito admirada porque a gente está falando de propostas elaboradas por juventude. Não é por pessoas que já são capacitadas com essas ideias. Porque quando as pessoas chegam e veem as propostas dos projetos executados, imaginam muito o quê? Que são outras pessoas que vêm, porque isso aconteceu muito já aqui, que vêm e a gente sempre foi muito aberta e livre a isso. Traz a proposta e a gente só executava, sabe? A gente não administrava o dinheiro, a gente também não a escrevia, não contabilizava e também não prestava conta. Quem prestava conta sempre eram outras pessoas. E aí, com o tempo, a gente começou a ter adesão nesse conhecimento, as lideranças também começaram a ter adesões nesse conhecimento, começaram a fazer isso. E automaticamente, a gente, por participar de uma série de momentos com as lideranças e de apresentação desses editais, e assim, por um tempo eu me coloquei à disposição a ficar de forma voluntária no secretário da associação, mas no sentido de aprender, porque a associação tinha acesso a muitos editais de projetos e eu queria saber de que forma eles conseguiam ter esse acesso. Aí eu fiquei um mês, assim, suficiente também para me entender, mais ou menos. Eu já tinha acesso, já sabia um pouco mais da escrita, então a escrita não era, assim, um gargalho para mim, mas era parte financeira mesmo. Mas muito mais porque eu nunca fui muito de me ligar por questão de...

A sua profissão é nessa área mais da linguagem? A sua formação é em que?

Eu sou assistente social de formação.

Ah, muita leitura.

É, exato. E aí, no caso, a gente conseguiu, assim, as nossas áreas são bem diversas, né? Então, por exemplo, eu sou formada em serviço social, Daniela é formada em museologia, e o Yuri é em biologia, e o Dani, ele não tem nenhuma formação, mas ele é artista, né? Ele é artista indígena, trabalha nessa parte mais artística mesmo. E é isso, assim, a gente consegue ter... Até esses dias a gente estava com... Me convidaram para elaborar um projeto voltado para a questão do turismo comunitário, né? Porque a gente aqui trabalha com turismo comunitário e é uma forma também da gente colocar... Poder levar a nossa iniciativa aqui de turismo sustentável para outros territórios, né? Ou seja, a renda para trabalhar aqui é a renda circular, que fica no território. Tudo a gente compra... Os turistas vêm e compram tudo do território.

Então, assim, de pegar essa proposta... Tem uma proposta, acho que é do Estado. Eu não estou me lembrando. Sei que eu vi por cima de tal. E, assim, eu vi que existe um financiamento para essas iniciativas, né? Porque, assim, o governo tem também que pensar nessa perspectiva da sustentabilidade, dos objetivos de desenvolvimento sustentável, que são das ODSs, que é o que mais tem trabalhado. E, assim, com o tempo, a gente vai aderindo a esses conhecimentos ou a gente vai formando outras pessoas, assim, né? Às vezes, as meninas perguntam muito de que eu estudo os editados, eu digo que eu não estudo os editados. Eu só vou fazendo a leitura, vou pegando as partes que são principais mesmo para fazer uma boa elaboração do texto e do material para ser submetido.

Caramba, perfeito! Só, assim, te perguntar aqui só para finalizar. Você que passou por essa experiência, assim, de, de repente, pegar um editado e ter que trabalhar, na sua opinião, é importante que seja em linguagem simples para facilitar, por exemplo, facilitar mais esse acesso de quem não tem costume, para não, assim, porque às vezes as pessoas têm medo, quando a linguagem é muito mais rebuscada, talvez para tornar mais acessível?

Sim, com certeza. Com certeza, sabe, Carmem, até porque talvez se a linguagem fosse um pouco mais burocrática, sabe? Com certeza a gente não teria continuado, sabe? A gente não teria tentado mais de uma proposta, a gente não teria submetido, sabe? E eu acho que uma estratégia até de aproximação desses territórios, de potencializar os agentes culturais desses territórios para fazer esses materiais sozinhos, sabe? A gente tem potência, a gente tem conhecimento, a gente tem técnicas também, sabe? Porque, assim, as técnicas que a gente utilizou para os materiais do Daniel, do projeto Daniel, foi técnicas simples do próprio território, sabe? Que não tinha nada, que não fosse sustentável. Até a própria alimentação das oficinas, a gente pensou nas meninas que trabalham com a cozinha, sabe? Porque, ou seja, isso é uma forma também de potencializar, sabe? E eu entendo que a forma de pensar, do próprio Estado pensar essa possibilidade, sabe? De trazer essa linguagem mais acessível, é também potencializar os territórios, sabe? É mostrar o potencial desses agentes que estão nesses territórios, entendeu? Então, sem dúvida, foi cruz sinal. Eu falo assim, muito por experiência própria, porque, talvez, se fosse muito, muito difícil, eu teria desistido, porque a gente não teria muito... Primeiro que a gente já foi no prazo, né? O da biblioteca, não, que foi mais tempo, a gente teve mais tempo para estudar, para ver as coisas, mas, por exemplo, do Dani, que eu estou citando, assim, um pouco mais de informação, porque, de fato, foi o que teve mais, a gente teve menos tempo, porque a gente já estava no prazo, estourando, e a gente tinha até meia-noite para mandar, e a gente mandou, era nove horas da noite, então, a gente

não teria muito tempo para fazer nada, então, assim, o fato de ter tudo mais acessível foi o que possibilitou que a gente conseguisse também fazer essa elaboração.

Para mim, está perfeito! Muito obrigada!

De nada, desculpa!

Não tenho palavras para te agradecer por aceitar participar, eu sei que o tempo é corrido, muito obrigada, de coração, viu?

Eu que agradeço e me coloco à disposição, caso tenha aplicado alguma informação, assim, talvez eu falei muito, eu acho que eu tenho...

Não, mas assim, é como você disse, foi crucial para mim entender todo o processo.

Sim, mas assim, me coloco à disposição para tirar as dúvidas, pode entrar em contato pelo WhatsApp mesmo, eu vejo com mais facilidade no WhatsApp, viu? Eu que agradeço e espero que dê tudo certo a sua pesquisa.

Obrigada, viu? De verdade, muito obrigada!

Tchau!